

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 14/05/2023, foi aplicada a prova objetiva do II Concurso Nacional da **Magistratura do Trabalho**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de anulação, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, tratam-se das questões 35, 92 e 94.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da Magistratura do Trabalho**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/c19916ef-c7da-47c7-8a7f-f5b1ad834c8e>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/7828ed28-33c4-460d-82b6-f65f22b1c7d3>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – MAGISTRATURA DO TRABALHO

QUESTÃO 1 - José sofreu acidente de trabalho e foi aposentado por invalidez. Para o seu lugar, a empresa Trabalhos Raros Ltda. contratou outro trabalhador, Florindo, alertando-o, contudo, da condição de interino em relação a José. Quatro anos após, em reavaliação obrigatória periódica realizada pelo órgão previdenciário oficial, José foi considerado apto para retorno ao trabalho, pelo que compareceu à empresa portando a guia de alta expedida pelo órgão previdenciário para retorno imediato ao serviço, sem restrições, tendo sido confirmada pelo médico da empresa a referida aptidão.

Diante do quadro descrito e considerando o que especificamente dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho a respeito:

- a) a empresa Trabalhos Raros Ltda. poderá manter Florindo e indenizar José, que, no caso, não faz jus a estabilidade;
- b) a empresa Trabalhos Raros Ltda. poderá realocar José na função que exercia e romper o contrato com Florindo, sem precisar indenizá-lo;
- c) a empresa Trabalhos Raros Ltda. poderá realocar José na função que exercia, mas, neste caso, estará obrigada a indenizar Florindo, caso o despeça;
- d) a empresa Trabalhos Raros Ltda. deverá manter Florindo, posto que o contrato com José teve rompimento automático na data da aposentadoria por invalidez;
- e) a situação configura o chamado limbo previdenciário. A confirmação do médico da empresa é ineficaz, devendo ela simplesmente orientar José a reaver o benefício em razão da já consolidada aposentadoria por invalidez.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme artigo 475, caput e § 1º, da CLT, se o empregado aposentado por invalidez recuperar a capacidade de trabalho e sua aposentadoria for cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade. Não há, no caso, estabilidade do empregado.

QUESTÃO 2 - Peripécia na Bola, Jogador de futebol, mantém há três anos com o PontaPé Futebol Clube, entidade de prática desportiva brasileira de renome internacional, contrato especial de trabalho desportivo. O atleta recebe do clube salário fixo de R\$ 20.000,00 mensais, mais acréscimos remuneratórios que somam, em média, R\$ 9.000,00 mensais, além de direito de imagem derivado de contrato civil no valor de R\$ 8.500,00 mensais.

Ocorre que há três meses o clube está, sem justificativa, em débito com o atleta em relação ao direito de imagem, não obstante em dia com todas as demais parcelas de natureza trabalhista.

Na situação descrita, com base no que expressamente dispõe a regulamentação especial da profissão de atleta, é correto afirmar que:

- a) Peripécia na Bola pode considerar automaticamente rescindido o contrato especial de trabalho desportivo, ficando livre para transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva da mesma modalidade, desde que nacional, e exigir cláusula compensatória desportiva, além dos haveres devidos;



b) para considerar o contrato especial de trabalho desportivo rescindido, necessita de decisão judicial prévia que lhe autorize o direito de transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva da mesma modalidade, nacional ou estrangeira;

c) PontaPé Futebol Clube terá o contrato especial de trabalho desportivo com Peripécia na Bola rescindido, ficando o atleta livre para transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva da mesma modalidade, nacional ou estrangeira, e exigir cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos;

d) somente o débito quanto a parcelas de natureza estritamente salarial dariam a Peripécia na Bola o direito de considerar automaticamente rescindido o contrato especial de trabalho desportivo e a liberdade de transferência para outra entidade de prática desportiva da mesma modalidade, desde que nacional, e exigir cláusula indenizatória desportiva, além dos haveres devidos;

e) deve Peripécia na Bola extrajudicialmente notificar a entidade de prática desportiva empregadora para, querendo, purgar a mora, no prazo de quinze dias, sob pena de rompimento do contrato e liberdade para transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva da mesma modalidade, desde que nacional, e exigir cláusula Indenizatória desportiva e os haveres devidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme art. 31, caput e § 1º da Lei do Desporto.

As alternativas A está incorreta, devido ao uso do termo “desde que nacional”, conforme art. 31, caput, da Lei do Desporto.

A alternativa B está incorreta. Não há necessidade de decisão judicial, conforme art. 31, caput da Lei do Desporto.

A alternativa D está incorreta, pois também se incluem os direitos de imagem, conforme art. 31, § 1º da Lei do Desporto.

A alternativa E está incorreta, pois a rescisão é automática, conforme art. 31, caput, da Lei do Desporto.

QUESTÃO 3 - Em 05/12/2007, a empresa Empresta Valores Ltda. contratou o empregado Josias para o cargo de gerente da filial Norte da companhia. Recebia gratificação de função 50% superior à dos demais empregados.

No exercício da função, entre outras atribuições, podia admitir, aplicar penalidades e despedir empregados; planejar objetivos, distribuir serviços e cobrar resultados.

Contudo, em 05/04/2016, o desempenho de Josias deixou de ser o habitual. Além de sucessivas reclamações direcionadas à direção pelos clientes, o faturamento da filial caiu consideravelmente.

Diante do fato e de ter sido indagado a respeito da queda de desempenho, Josias assegurou à empresa que estaria muito bem de saúde, com exames em dia e sem quaisquer problemas familiares.

Contudo, como os problemas constatados persistiram por mais nove meses, em 05/01/2017, a empresa realocou Josias no cargo de supervisor de estoque, com gratificação de função 10% inferior ao que lhe pagava anteriormente e contratou outro trabalhador para o cargo que ocupava e que, em pouquíssimo tempo, demonstrou ótimo rendimento, batendo todas as metas esperadas de desempenho. Ao novo trabalhador, direcionou o valor que pagava a Josias.

Com fundamento no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho e na jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho na época dos fatos, a alteração da função, como feita, é:



- a) lícita, especificamente em razão da acentuada queda de rendimento do trabalhador, mas não a redução da gratificação de função, diante do princípio da estabilidade salarial;
- b) ilícita, por configurar rebaixamento, assim também a redução da gratificação de função, por ofender, nas circunstâncias, o princípio da estabilidade salarial;
- c) lícita, posto não existir estabilidade em cargo de confiança, podendo o empregador nesta hipótese suprimir ou reduzir a gratificação, independentemente do tempo de exercício no cargo;
- d) ilícita, por configurar rebaixamento, mas a redução da gratificação de função não ofende o princípio da estabilidade salarial, porque justificada pelas circunstâncias;
- e) ilícita, por configurar rebaixamento, assim também a redução da gratificação de função, por ofender o princípio da irredutibilidade salarial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Configura rebaixamento, porém não ofende a estabilidade salarial, posto que não completou 10 anos na função, e a partir da reforma trabalhista, ocorrida em julho de 2017, não há mais aplicabilidade da Súmula 372, I do TST, passando a valer o artigo 468, §§ 1º e 2º, da CLT.

QUESTÃO 4 - Com base no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, o mandato dos membros da comissão de representantes dos empregados nas empresas com mais de duzentos empregados, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, será de:

- a) um ano, composta por quatro candidatos eleitos pelos trabalhadores em escrutínio secreto e por um nomeado pelo empregador, que a presidirá. Os membros escolhidos, com exceção do representante da empresa, só poderão ser despedidos por falta grave ou motivo de força maior;
- b) dois anos e decorrerá de lista sêxtupla, composta por candidatos eleitos pelos trabalhadores em escrutínio secreto, para escolha de três nomes pelo empregador. Os membros escolhidos só poderão ser despedidos por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro;
- c) um ano e decorrerá de eleição realizada pelos trabalhadores para escolha de três a sete membros conforme o porte da empresa. Desde o registro da candidatura até o fim de seus mandatos, os membros escolhidos só poderão ser despedidos por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro;
- d) um ano e decorrerá de lista sêxtupla, composta por candidatos eleitos pelos trabalhadores em escrutínio secreto, para escolha de três nomes pelo empregador. Desde o registro das candidaturas até o fim de seus mandatos, os membros escolhidos só poderão ser despedidos por falta grave ou motivo de força maior;
- e) um ano, prorrogável por apenas um período igual, e decorrerá de eleição realizada pelos trabalhadores para escolha de três a sete membros, conforme o porte da empresa. Desde o registro da candidatura até o fim de seus mandatos, os membros escolhidos só poderão ser despedidos por falta grave ou motivo de força maior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Conforme artigo 510-A, caput e parágrafo 1º, incisos I a III, CLT, c/c art. 510-D, caput e parágrafo 3º, CLT, o mandato será de um ano e decorrerá de eleição realizada pelos trabalhadores para escolha de três a sete membros conforme o porte da empresa. Desde o registro da candidatura até o fim de seus mandatos, os membros escolhidos só poderão ser despedidos por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.



QUESTÃO 5 - Determinada empresa, que contava com vinte empregados lotados em cargos distintos, desenvolvia há muitos anos certa atividade de exploração de dado tipo de minério, que veio a ser considerada ilícita por hipotética lei federal.

Em decorrência da nova lei, a empresa despediu os trabalhadores e determinou que procurassem seus direitos junto ao poder público.

Considerando a situação exposta e o que expressamente dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho quanto ao exame da responsabilidade pelas indenizações acaso devidas pelas terminações contratuais:

a) somente por ato administrativo de autoridade federal, estadual ou municipal, e não por ato legislativo como ocorreu no caso, a pessoa de direito público responsável pela paralisação definitiva da atividade responderia pelos ônus trabalhistas decorrentes da necessária extinção dos referidos contratos;

b) a resolução ou promulgação de lei que impossibilite a continuação de atividade, como ocorreu no caso, leva a pessoa de direito público responsável pela paralisação temporária ou definitiva a arcar com a indenização decorrente da necessária extinção dos contratos de trabalho por ela afetados;

c) a hipótese caracteriza motivo de força maior diante da necessidade do desligamento por motivo inevitável e imprevisível, e assim a empresa deve diretamente aos trabalhadores indenização por metade, não se configurando fato do príncipe;

d) é do empregador a responsabilidade pelo risco do negócio, pelo que cabe exclusivamente a ele, salvo nos casos de falta grave, pedido de demissão e força maior, indenizar os trabalhadores despedidos;

e) a hipótese caracteriza fato previsível pela arriscada natureza do negócio, respondendo a empresa integralmente perante os trabalhadores pelos efeitos, exclusivamente porque definitivos, da paralisação da atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Conforme art. 486 da CLT, no caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.

QUESTÃO 6 - Firmino foi contratado em Curitiba para trabalhar no Banco Altos Valores S/A. Iniciou, em 01/12/2016, como escriturário e foi gradativamente galgando os postos de gerente de contas, gerente de posto de atendimento e gerente geral de agência, que, nos termos do contrato, lhe exigiram sucessivas transferências.

Na condição de gerente de contas, trabalhou de 01/10/2017 a 01/12/2018 em pequena agência no Interior de São Paulo; como gerente de posto de atendimento, de 02/12/2018 a 03/12/2019 em Florianópolis, Santa Catarina, e, finalmente, como gerente de agência, no ápice da carreira, de 03/12/2019 a 01/10/2022 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, quando foi despedido.

Firmino ajuizou em Curitiba, onde atualmente reside, reclamação trabalhista postulando o pagamento de adicional de transferência de 25%, bem como de ajuda de custo, esta nos valores correspondentes às despesas de mudança de uma para outra localidade, incluindo as de passagens de avião.

O Banco Altos Valores contestou a ação aduzindo que as transferências ocorridas estavam contratualmente previstas na carreira e, não bastasse, foram definitivas inclusive pelo tempo de duração de cada uma, notadamente a última, assim não ensejando pagamento de adicional e que a ajuda de custo pretendida carece de amparo legal, mormente porque, com



base no Plano de Cargos e Salários da empresa, o bancário teve substancial aumento salarial em cada transferência ocorrida, o que restou comprovado nos autos.

Com base na jurisprudência uniformizada da Subseção de Dissídios Individuais I do TST, é correto afirmar que Firmino:

a) não faz jus a adicional de transferência por terem sido definitivas as ocorridas pelo tempo de duração de cada uma e não tem direito à ajuda de custo postulada, compensada com os aumentos salariais obtidos quando da aceitação das transferências;

b) não faz jus a adicional de nenhuma das transferências, por terem sido definitivas as ocorridas, considerado o tempo de duração de cada uma, mas tem direito à ajuda de custo postulada, porque os aumentos salariais obtidos quando das transferências têm natureza jurídica distinta da ajuda de custo postulada;

c) não faz jus apenas ao adicional da última transferência, em razão do longo tempo de sua duração e tem direito à ajuda de custo postulada, porque os aumentos salariais obtidos quando das transferências têm natureza jurídica distinta dessa parcela;

d) faz jus ao adicional apenas quanto às duas primeiras e transferências, pelos exíguos tempos de duração e a condição de necessárias e provisórias para efeito de progressão funcional e não tem direito à ajuda de custo postulada, porque os aumentos salariais obtidos quando das transferências foram compensatórios dessa parcela;

e) faz jus ao adicional referente às três transferências, não sendo o lapso temporal critério único para avaliação de sucessividade e de provisoriedade de transferências, inclusive quando necessárias para progressão funcional, e tem direito à ajuda de custo postulada, que tem natureza jurídica distinta dos aumentos salariais obtidos quando das transferências.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, de acordo com artigos 469, §1º e 3º, e 470 da CLT, c/c OJ 113 SDI-1. O lapso temporal não é o único critério para avaliação de sucessividade e provisoriedade de transferências (alternativas B e C incorretas).

As alternativas A e D estão incorretas, pois a ajuda de custo tem natureza indenizatória, ao passo que o aumento salarial tem natureza remuneratória, não havendo de se falar em compensação.

QUESTÃO 7 - Juvenildo era há vinte anos motorista de ônibus Interestadual, trabalhando para a empresa Transportadora Ligeirinha Ltda.

Ocorre que, em setembro de 2022, quando se dirigia à cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, no exato instante em que atravessava a metade de uma extensa ponte, um raio a partiu e o veículo, junto com toda a ponte e os demais veículos que no momento a atravessavam, caiu em precipício de 50 metros de altura, tendo o motorista falecido em razão do acidente, e assim, também, todos os passageiros, inclusive os dos demais veículos.

Apurou-se, posteriormente, que dois pneus do ônibus e os freios do coletivo estavam em péssimas condições de rodagem.

De acordo com a doutrina e a jurisprudência majoritárias, na situação hipotética acima descrita, a terminação do contrato tecnicamente caracteriza:

a) hipótese de resolução contratual sem culpa, fundada em caso fortuito externo, que pela imprevisibilidade dispensa a empresa transportadora do dever de indenizar quem de direito do núcleo familiar ou dependente do motorista falecido pelo acidente;

b) hipótese de resolução contratual fundada em motivo de força maior, que pela inevitabilidade não dispensa a empresa transportadora do dever de indenizar apenas por metade quem de direito do núcleo familiar ou dependente do motorista falecido pelo acidente;



c) caso típico de rescisão contratual, que nos termos do art. 2º, caput, CLT, não dispensa o dever de indenizar integralmente quem de direito do núcleo familiar ou dependente do motorista falecido diante do risco pelo exercício de qualquer atividade;

d) hipótese de rescisão contratual fundada em motivo de força maior, que pela inevitabilidade não dispensa a empresa transportadora do dever de indenizar apenas por metade quem de direito do núcleo familiar ou dependente do motorista falecido pelo acidente;

e) caso típico de resolução contratual fundada em culpa recíproca, posto que um dos pneus do veículo estava em más condições e o motorista falecido não estava usando cinto de segurança quando ocorreu o acidente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, posto que a responsabilidade no caso é objetiva, por risco da atividade.

As alternativas A, B e D estão incorretas, pois a indenização deverá ser integral.

A alternativa E está incorreta, posto que não é caso de culpa recíproca.

QUESTÃO 8 - Almerindo trabalha na empresa Meteoro Ltda. há quinze anos e há cinco anos preside o sindicato da categoria profissional correlata à atividade principal da empresa. Desde então, diante das demandas exigidas pelo mandato, encontra-se afastado de suas funções na empresa, que possui duas unidades de estabelecimento: uma na cidade de Cubatão/SP, à qual Almerindo está ligado desde o início do contrato, e outra na cidade de Porto Alegre/RS.

Diante dos prejuízos acumulados experimentados na unidade de Cubatão, resultantes de causas climáticas que há cerca de três anos alteraram substancialmente o mercado na localidade para o tipo de negócio desenvolvido pela empresa, ela decidiu fechar essa filial e concentrar a sua atividade em Porto Alegre.

Com base na hipótese relatada, a empresa Meteoro:

a) poderá despedir Almerindo independentemente de Inquérito, bastando indenizá-lo;

b) poderá despedir Almerindo, mas, por se tratar de dirigente sindical, precisará valer-se de prévio inquérito;

c) poderá despedir Almerindo independentemente de inquérito, sendo, no entanto, lícita a transferência para a cidade de Porto Alegre;

d) pelo princípio da inamovibilidade deverá manter Almerindo em seu quadro funcional até o término do mandato de dirigente sindical, mesmo que feche a unidade de Cubatão;

e) deverá oferecer a Almerindo a transferência para a cidade de Porto Alegre, mas só poderá despedi-lo após comprovação da necessidade de fechamento da filial mediante prévio inquérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme Súmula 369, IV, do TST, pois havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade do dirigente sindical.

As alternativas B e E estão incorretas, pois não há de se falar em prévio inquérito.

A alternativa A está incorreta, pois a estabilidade não subsiste, conforme Súmula 369, IV, do TST, não havendo de se falar em indenização.

A alternativa D está incorreta, conforme Súmula 369, IV, do TST.

QUESTÃO 9 - José foi contratado por empresa estrangeira de cruzeiros marítimos em navio de bandeira estrangeira na cidade de Santos, situada em São Paulo, para trabalhar como camareiro na temporada de 2022, em viagens pela costa brasileira.



Ficou acertado entre as partes que José receberia o salário em moeda estrangeira em espécie (euro), e que os direitos trabalhistas incidentes seriam os da lei do país do armador, coincidentemente a de inscrição da embarcação, que não abrange FGTS e gratificação natalina.

Desembarcado ao fim do contrato, que durou três meses, ajuizou reclamação trabalhista postulando o pagamento do salário de todo o período trabalhado, dito não legalmente recebido, bem como o FGTS e a gratificação natalina proporcional do período.

Com base nas normas trabalhistas vigentes no espaço e no que literalmente dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho., o pagamento do salário deverá ser considerado:

a) como não feito ou inexistente e aplicável a lei do pavilhão, em que o FGTS e a gratificação natalina não são parcelas devidas, por se tratar de empresa estrangeira autorizada a explorar o negócio de navegação de cabotagem no Brasil;

b) nulo e aplicável a lei do pavilhão, em que o FGTS e a gratificação natalina não são parcelas devidas por se tratar de empresa estrangeira autorizada a explorar o negócio de navegação de cabotagem no Brasil;

c) anulável e aplicável a lei do pavilhão, em que o FGTS e a gratificação natalina não são parcelas devidas, por se tratar de empresa estrangeira autorizada a explorar o negócio de navegação de cabotagem no Brasil;

d) eficazmente realizado, sendo devidos o FGTS e a gratificação natalina proporcional ao período trabalhado, porque aplicável, no caso, a lei brasileira;

e) como não feito ou inexistente, sendo devidos o FGTS e a e gratificação natalina proporcional ao período trabalhado, porque aplicável, no caso, a lei brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois a jurisprudência majoritária do TST (sete das oito Turmas), quanto à hipótese de trabalhador brasileiro contratado para desenvolver suas atividades em navios estrangeiros em percursos em águas nacionais e internacionais, é de que nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 7.064/82, aos trabalhadores nacionais contratados no País ou transferidos do País para trabalhar no exterior, aplica-se a legislação brasileira de proteção ao trabalho naquilo que não for incompatível com o diploma normativo especial, quando for mais favorável do que a legislação territorial estrangeira.

Em decorrência da Teoria do Centro de Gravidade, (most significant relationship), as normas de Direito Internacional Privado deixam de ser aplicadas quando, observadas as circunstâncias do caso, verificar-se que a relação de trabalho apresenta uma ligação substancialmente mais forte com outro ordenamento jurídico.

QUESTÃO 10 - Fulano foi contratado pela empresa ABC Trabalho Temporário para atender demanda complementar de serviços de uma empresa do ramo do comércio varejista, Lojão Vendemos Tudo Ltda., conforme previsto em contrato escrito e regularmente celebrado entre essas empresas. O contrato de trabalho temporário de Fulano em relação à tomadora de serviços foi ajustado por um período de 180 dias, sendo ele contratado para exercer a função de vendedor no estabelecimento comercial desta. Fulano apreciava muito o ambiente de trabalho e almoçava, diariamente, no refeitório da empresa Lojão Vendemos Tudo Ltda., juntamente com seus colegas de trabalho.

No entanto, certa vez, em razão de uma trivial discussão, durante a jornada de trabalho, Fulano foi agredido fisicamente por um gerente da tomadora de serviços, necessitando receber atendimento médico, o que ocorreu no ambulatório desta.

Diante da situação hipotética acima, em conformidade com a Lei nº 6.019/1974, é correto afirmar que:



- a) além de Fulano estar inserido diretamente na atividade-fim da tomadora de serviços, o fato de ele almoçar no refeitório e ser atendido no ambulatório desta, demonstra a existência de subordinação jurídica e caracteriza a irregularidade do contrato de trabalho temporário;
- b) o contrato de trabalho temporário de Fulano não poderá ser prorrogado em relação à empresa Lojão Vendemos Tudo Ltda., visto que o período máximo dessa modalidade contratual é de 180 dias;
- c) embora Fulano tenha sido agredido fisicamente durante a jornada de trabalho, tal fato não poderia ensejar a rescisão indireta do seu contrato de trabalho temporário, pois o ato faltoso foi praticado por parte do preposto da empresa tomadora de serviços, e não pela empresa ABC Trabalho Temporário, sua real empregadora;
- d) caso houvesse cláusula contratual proibindo a contratação direta de Fulano pela empresa Lojão Vendemos Tudo Ltda, ao final do prazo celebrado de 180 dias, tal disposição seria nula de pleno direito;
- e) por disposição expressa da lei, no caso de falência da empresa ABC Trabalho Temporário, a Lojão Vendemos Tudo Ltda. seria subsidiariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias em relação ao período em que Fulano esteve sob suas ordens e direção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois conforme artigo 11, caput e parágrafo único, da lei 6.019/74, será nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

A alternativa A está incorreta, pois não existem tais vedações.

A alternativa B está incorreta, pois é possível prorrogar o contrato, conforme art. 10, § 2º, da Lei 6.019/74.

A alternativa C está incorreta, pois o ato faltoso poderia ter sido praticado tanto por preposto da empresa tomadora de serviço, quanto pela sua real empregadora.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 16 da Lei 6.019/74, a responsabilidade seria solidária.

QUESTÃO 11 - Aristóteles, brasileiro, casado, com formação superior em Administração de Empresas, possui vínculo de emprego com a empresa Alfa Administração Ltda. e trabalha na função de administrador pleno, recebendo salário mensal fixo de R\$ 17.000,00. Juntamente com outros 23 empregados, Aristóteles labora na sede da empresa. Sua carga horária semanal de trabalho é de 44 horas, sendo a jornada fixada no contrato de trabalho a seguinte: de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, com 1 hora de Intervalo Intra-jornada (das 12h às 13h), e, aos sábados, das 8h às 12h (sem qualquer período de descanso). Aristóteles registra, diariamente, de forma fidedigna, seu horário de início e de término da jornada por meio de registro eletrônico de ponto, havendo, contudo, a pré-assinalação do referido horário de intervalo intra-jornada. A empresa não desconta nem computa como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 5 minutos.

Diante da situação hipotética acima, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) a anotação da hora de entrada e de saída por Aristóteles decorre da imperatividade legal, na medida em que os estabelecimentos com mais de 10 empregados estão obrigados a adotar o controle de jornada por meio de registro manual, mecânico ou eletrônico;
- b) os registros de ponto de Aristóteles, diante da pré-assinalação do período de repouso, são inválidos como meio de prova;



c) caso a empresa Alfa Administração Ltda. e Aristóteles entendessem oportuna a redução do intervalo intrajornada de 1 hora para até 30 minutos diários, poderiam fazê-lo mediante ajuste individual;

d) o trabalho aos sábados em jornada de 4 horas por Aristóteles não observa o intervalo mínimo legal de 15 minutos, ensejando o pagamento, de natureza indenizatória deste período suprimido, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho;

e) o trabalho aos sábados em jornada de 4 horas por Aristóteles não observa o Intervalo mínimo legal de 15 minutos, ensejando o pagamento, de natureza remuneratória, deste período suprimido, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.

Comentário

A alternativa correta é a **letra C**, pois conforme art. 444, parágrafo único, da CLT, Aristóteles é considerado empregado hipersuficiente, tendo em vista que possui diploma de nível superior e percebe salário mensal superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do RGPS. Assim sendo, possui livre estipulação quanto às hipóteses previstas no art. 611-A da CLT, entre elas, o inciso III, que prevê ajustes acerca do intervalo intrajornada até o limite de, no mínimo, 30 minutos, para jornadas superiores a seis horas.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 74, § 2º, da CLT, será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores, e não 10.

A alternativa B está incorreta, pois a entrada e a saída eram corretamente marcadas, sendo válidas como meio de prova.

As alternativas D e E estão incorretas, pois conforme art. 71, § 1º, da CLT, apenas para jornadas superiores a 4 horas é obrigatório haver intervalo intrajornada.

QUESTÃO 12 - Considere as três situações hipotéticas a seguir.

Heráclito é empregado da Fazenda Que Encanto, que explora atividade agroeconômica, e trabalha no cultivo e na colheita de arroz, que é destinado à venda para as Indústrias da região, encerrando sua jornada de trabalho sempre às 21h.

Sócrates é empregado de Sofia, mãe de João e de Maria, e exerce a função de motorista particular, tendo como atribuições exclusivas levá-la na hidroginástica, bem como buscar os filhos dela na faculdade, na natação e nas aulas de espanhol, encerrando sua jornada de trabalho às 22h30.

Fiona é empregada da Clínica Curamos Você Ltda. e exerce a função de técnica de enfermagem, laborando em jornada de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso.

Diante das assertivas acima, em conformidade com a legislação trabalhista, é correto afirmar que:

a) em razão dos horários de trabalho de Heráclito, no que se refere ao período das 20h até as 21h, ele fará jus ao adicional noturno de 25% sobre a remuneração normal pelo labor realizado nesta última hora de jornada;

b) a jornada de trabalho de Fiona, por se tratar de horário em exceção à regra sobre duração normal do trabalho, não pode ser ajustada mediante contrato individual escrito com a empresa Clínica Curamos Você Ltda., pois depende de convenção ou acordo coletivo de trabalho;

c) caso Fiona desempenhe atividades insalubres ao longo de sua jornada, este regime de trabalho não exigirá licença prévia das autoridades em matéria de higiene do trabalho;

d) por se tratar de empregado doméstico, a hora noturna de Sócrates terá duração de 60 minutos, e não de 52 minutos e 30 segundos;

e) por se tratar de empregado doméstico, Sócrates não terá direito ao adicional noturno.



Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois conforme art. 60, parágrafo único, da CLT, excetuam-se da exigência de licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho as jornadas de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.

A alternativa A está incorreta, pois não há horas extras entre 20 e 21h. É considerado noturno o trabalho executado na lavoura entre 21:00 horas de um dia às 5:00 horas do dia seguinte.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 59-A da CLT, a jornada de Fiona poderá ser ajustada mediante acordo individual escrito.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 14, § 1º, da LC 150/2015, o doméstico faz jus à hora noturna reduzida, de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

A alternativa E está incorreta, pois o doméstico faz jus ao adicional noturno. Conforme art. 14, § 2º, da LC 150/2015, a remuneração do trabalho noturno do doméstico deve ter acréscimo de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora diurna.

QUESTÃO 13 - Avelino celebrou contrato de trabalho com o Banco Caixa Forte S/A, em 05/02/2019, para prestar serviços na função de atendente bancário. Em 15/10/2022, o Banco Caixa Forte S/A foi integralmente adquirido pela instituição financeira Banco Fortuna S/A, operação interempresarial que se deu de forma idônea, com plena observância à lei. Diante disso, ocorreu a transferência de todo o ativo e também da integralidade das agências bancárias de uma para outra empresa, permanecendo Avelino e todos os demais empregados trabalhando normalmente para o Banco Fortuna S/A, nas mesmas funções e em idênticas condições de trabalho. Em 28/11/2022, em razão de avaliação de produtividade, Avelino foi despedido sem justa causa pelo Banco fortuna S/A, recebendo as verbas resilitórias a que fazia jus.

Diante da situação hipotética acima, considerando que Avelino entende ser credor de horas extraordinárias realizadas durante toda a contratualidade, bem como pretende saber qual é a responsabilidade dos bancos Caixa Forte S/A e Fortuna S/A em caso de ajuizamento de reclamação trabalhista, em conformidade com a lei e o entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) o Banco Caixa Forte S/A deverá responder pelo pagamento de eventuais horas extraordinárias de Avelino contraídas desde a data da admissão até 14/10/2022, recaindo sobre o Banco Fortuna S/A as obrigações trabalhistas a partir de 15/10/2022 até o término da relação empregatícia;
- b) a mudança interempresarial ocorrida entre as empresas provocou a automática transferência de direitos e obrigações trabalhistas do Banco Caixa Forte S/A para o Banco Fortuna S/A, passando este a responder por eventuais horas extraordinárias de Avelino relativas a todo o período contratual;
- c) o Banco Caixa Forte S/A e o Banco Fortuna S/A deverão responder solidariamente por eventuais horas extraordinárias devidas a Avelino ao longo da contratualidade;
- d) o Banco Caixa Forte S/A deverá responder de forma subsidiária ao Banco Fortuna S/A por eventuais horas extraordinárias devidas a Avelino;
- e) a atribuição da responsabilidade pelo pagamento das horas extraordinárias de Avelino deverá observar a existência de cláusula restritiva de responsabilização trabalhista no contrato havido entre os bancos envolvidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, posto que se trata de sucessão empresarial. Conforme art. 448-A da CLT, quando caracterizada a sucessão empresarial, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.



QUESTÃO 14 - A evolução histórica do trabalho demonstra que o labor humano, em suas diversas dimensões, passou por profundas transformações ao longo do tempo, o que permanece ocorrendo até os dias atuais.

Sob a perspectiva histórica do trabalho e do Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

a) a servidão foi um tipo de trabalho característico da sociedade feudal, fundamentada na posse da terra pelos senhores feudais. Os servos não possuíam liberdade de trabalho, mas recebiam proteção militar e política dos senhores feudais, bem como tinham autonomia comercial em relação a tudo que produziam;

b) as corporações de ofício, surgidas a partir do século XII, incluíam três categorias: mestre, companheiro e aprendiz. Os mestres centralizavam todo o poder, organizando seus estatutos e estabelecendo livremente as condições de trabalho, excetuando-se a necessidade de observação do limite mínimo de idade de 14 anos para a contratação dos aprendizes;

c) por meio da Encíclica Rerum Novarum, o papa Leão XIII, dentre outros temas, abordou a condição de trabalho do proletariado, defendendo que, dentre os deveres principais do patrão, estava preservar a isonomia salarial entre os operários, pois defendia que na sociedade civil todos deveriam ter o mesmo nível social, em igualdade de condições;

d) o direito do trabalho é produto do século XIX, nascendo como reação à crescente exploração do trabalho humano. No Brasil, a Constituição de 1891, embora consagrasse o princípio da não intervenção do Estado nas relações de trabalho, destacou-se como a primeira carta constitucional a abordar em seu texto a necessidade de um direito ao “trabalho livre, justo e remunerado”;

e) a Lei Chapelier, em 1791, atrelada aos cânones da Revolução Francesa de liberdade e igualdade do homem, aboliu as corporações de ofício, abrindo espaço, assim, para liberdade de trabalho, profissão, arte ou ofício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. De fato, a Lei Chapelier, de 1791, aboliu as corporações de ofício. A alternativa A está incorreta, pois os servos não tinham autonomia comercial.

A alternativa B está incorreta, pois não havia limitação para trabalho do menor de 14 anos.

A alternativa C está incorreta, pois a Encíclica Rerum Novarum era contra o socialismo, e não defendia que todos deveriam ter o mesmo nível social, em igualdade de condições. O documento escrito no final do século XIX pelo Papa Leão XIII abordava as questões mais delicadas do relacionamento entre empregado e patrão, como o salário justo, o limite da jornada de trabalho, o trabalho insalubre, o trabalho da mulher e o da criança, assim como o trabalho escravo.

A alternativa D está incorreta, pois a CF de 1891 não falava em necessidade de um direito ao “trabalho livre, justo e remunerado”.

QUESTÃO 15 - Os princípios são conceituados, segundo o professor uruguaio Américo Plá Rodriguez, como “linhas diretrizes que informam algumas normas e inspiram diretamente ou indiretamente uma série de soluções, pelo que podem servir para promover e embasar a aprovação de novas normas, orientar a interpretação das existentes e resolver os casos não previstos”.

Sobre os princípios de Direito do Trabalho, com base na Consolidação das Leis do Trabalho e na jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

a) diante do princípio da primazia da realidade, os registros realizados pelo empregador na carteira de trabalho do empregado geram presunção juris et de jure;



- b) na aplicação do princípio da prevalência da norma mais favorável, por meio do critério técnico da teoria do conglobamento, extrai-se que se prefere a norma mais favorável após o confronto em bloco das normas objeto de comparação;
- c) o princípio da proteção está ligado à própria razão de ser do direito individual e coletivo do trabalho, uma vez que se busca compensar a desigualdade existente no âmbito do contrato individual do trabalho e na seara das negociações coletivas de trabalho;
- d) quando do exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, o juiz do trabalho analisará tão somente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, e deverá balizar a sua atuação pelo princípio da tutela ao hipossuficiente;
- e) o princípio da prevalência da condição mais benéfica revela que tudo aquilo que o empregador fornecer habitualmente ao empregado, desde que previsto de forma expressa no contrato individual de trabalho, será incorporado ao patrimônio jurídico do trabalhador, revestindo-se do caráter de direito adquirido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Segundo a Teoria do Conglobamento, na ocorrência de um conflito entre o que foi estabelecido na Convenção Coletiva e o Acordo Coletivo ou outro instrumento normativo deverá prevalecer o mais favorável ao empregado, no seu conjunto ou em sua totalidade. Pela Teoria, não deverá haver fracionamento. Ou seja, não é possível, simplesmente, escolher os melhores itens de cada regulamentação e juntá-los.

A alternativa A está incorreta, pois conforme Súmula nº 12 do TST, as anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "juris et de jure", mas apenas "juris tantum".

A alternativa C está incorreta, pois o Princípio da proteção busca compensar as desigualdades nas relações individuais.

A alternativa D está incorreta, conforme art. 8º, § 3º, da CLT.

A alternativa E está incorreta, pois há várias parcelas que podem ser concedidas, mas que não se incorporarão, por não terem natureza salarial.

QUESTÃO 16 - A empresa ABC Ltda, por meio de negociação com seus empregados, instituiu programa de participação nos lucros ou resultados, mediante comissão composta por cinco empregados eleitos como representantes dos trabalhadores e outros cinco empregados escolhidos pelo empregador, além de um representante designado pelo respectivo sindicato profissional, o qual foi indicado após a entidade sindical ter sido notificada quanto a formação da comissão paritária. Após o fornecimento de todas as informações necessárias pela empresa à comissão de empregados e amplo processo de debate sobre o tema, restou definido o Instrumento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), contendo claramente as regras aplicáveis, os mecanismos de aferição quanto ao pactuado, o período da distribuição e vigência do programa, além das metas e índices de produtividade aplicáveis.

Diante da situação hipotética acima, do entendimento dominante do Tribunal Superior do Trabalho e da Lei que regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, é correto afirmar que:

- a) o programa de PLR da empresa ABC Ltda. poderá contemplar metas individuais ou coletivas, além de metas referentes à saúde e à segurança do trabalho;
- b) em havendo paridade quanto ao número de representantes dos empregados e dos representantes da empresa ABC Ltda. na comissão de PLR, será facultativa a ciência à entidade sindical para que indique um representante seu para integrar a comissão paritária;
- c) em caso de impasse entre a empresa e a comissão paritária quanto à negociação da PLR, deverá o representante sindical deveria acionar o sindicato, por escrito, no prazo de dez dias,



para o ajuizamento de dissídio coletivo, visando buscar a fixação das condições da PLR por meio do poder normativo da Justiça do Trabalho;

d) considerando que a PLR não foi instituída por meio de convenção coletiva de trabalho, ou acordo coletivo de trabalho, os valores pagos e distribuídos a tal título aos empregados terão natureza remuneratória e sobre eles incidirão os encargos trabalhistas cabíveis;

e) a empresa ABC Ltda. e a comissão paritária poderão estabelecer múltiplos programas de PLR, contudo, sendo vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de PLR em mais de duas vezes no mesmo ano civil e em periodicidade inferior a um trimestre civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois conforme art. 2º, § 5º, II, da Lei 10.101/2000, as partes podem estabelecer múltiplos programas de participação nos lucros ou nos resultados, observada a periodicidade estabelecida pelo art. 3º, § 2º, o qual dispõe ser vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em mais de 2 (duas) vezes no mesmo ano civil e em periodicidade inferior a 1 (um) trimestre civil.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 2º, § 4º, II, da Lei 10.101/2000.

A alternativa B está incorreta, pois a ciência à entidade sindical não é facultativa, conforme art. 2º, § 10, II, da Lei 10.101/2000; facultativa é a participação pelo sindicato.

A alternativa C está incorreta, conforme art. 4º da Lei 10.101/2000.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 2º, I e II, da Lei 10.101/2000, não é só por negociação coletiva que se pode instituir a PLR. Ademais, a PLR não tem natureza remuneratória, conforme art. 3º, caput, da Lei 10.101/2000.

QUESTÃO 17 – Com relação à validade da norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente, o Supremo Tribunal Federal fixou no Tema 1046 tese com repercussão geral. Segundo tal entendimento, a título exemplificativo, poderá ser considerado inconstitucional dentro do nosso ordenamento jurídico.

a) alterar a data de pagamento da folha de salários para o décimo dia útil de cada mês;

b) deixar de aplicar a hora reduzida noturna, com à adoção da contagem da hora normal;

c) reduzir adicional de penosidade para 15%;

d) reduzir o adicional de extras para o mínimo de 40%;

e) definir o gozo do repouso semanal remunerado para apenas dois domingos por mês.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa correta é a letra D, com base no que dispõe o inciso X, do Art. 611-B, da CLT c/c o art. 7º, XVI, da Constituição da República, a seguir transcritos.

Inciso X, do Art. 611-B, da CLT: “Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: [...] X - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal;”.

Art. 7º, XVI, da Constituição da República: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;”.

Cabe, ainda, consignar a tese fixada no tema 1046: “São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.”

As alternativas, “a”, “b”, “c” e “e” não atendem ao comando da questão.



QUESTÃO 18 – A partir de uma noção ampla de liberdade, é possível chegar à contextualização de uma conduta antissindical. Dentre as hipóteses abaixo, NÃO implica cerceamento do direito garantido constitucionalmente de livre associação para fins lícitos:

- a) pagamento de bonificação pela empresa a empregados que não participaram de movimento grevista, em razão da sobrecarga de trabalho que tiveram pela paralisação dos grevistas;**
- b) na assinatura do contrato de emprego, a entrega, a pedido do recém-contratado, de formulário pendente de assinatura, contendo declaração de oposição do trabalhador ao desconto das contribuições assistencial e confederativa;**
- c) despedida imotivada de empregado eleito dirigente sindical de entidade associativa que ainda não obteve a concessão do registro sindical do órgão estatal competente;**
- d) omissão da empregadora de enquadrar apenas os dirigentes sindicais recentemente eleitos, antes de sua posse efetiva, conforme novo plano de cargos e salários implementado pela empresa;**
- e) empresa que, para concluir uma negociação coletiva, compromete-se à pagar uma quantia em dinheiro para o sindicato dos trabalhadores.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Em relação à alternativa “b”, a correta, considerando que o próprio empregado solicita a carta de oposição, não há que se falar em interferência do empregador na conduta do empregado, inexistindo violação à liberdade sindical.

Consigne-se que não há definição legal, tampouco relação de atos antissindicais previstos em lei. O conceito é dado pela doutrina, que define ato antissindical como toda conduta que afronte a liberdade sindical, em sua dimensão individual ou coletiva. Nesse contexto, as alternativas “a”, “c”, “d”, e “e” configuram atos que afrontam a liberdade sindical.

QUESTÃO 19 – Com base no Julgamento da ADI 5794/DF, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se acerca da alteração legislativa que suprimiu a compulsoriedade da contribuição sindical. Nos termos dessa decisão é correto afirmar que:

- a) a extinção da contribuição sindical necessita de aprovação por lei complementar, em paralelismo à idêntica obrigatoriedade existente para a criação de contribuições;**
- b) a instituição da facultatividade do pagamento de contribuições sindicais demanda lei específica, de modo a evitar a inserção de benefícios fiscais em diplomas sobre matérias completamente distintas;**
- c) a alteração normativa, ao afastar o pagamento obrigatório da contribuição sindical, configurou indevida Interferência na autonomia da organização dos sindicatos garantida constitucionalmente;**
- d) a contribuição sindical compulsória, criada no período do Estado Novo, converge com a liberdade de associação dos trabalhadores aos sindicatos;**
- e) a previsão de pagamento de honorários sucumbenciais representou a ampliação das formas de financiamento da assistência judiciária gratuita prestada pelos sindicatos dos trabalhadores perante a Justiça do Trabalho.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa correta é a letra E, com base jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos termos da ementa: “[...] 13. A Lei nº 13.467/2017 não compromete a prestação de assistência judiciária gratuita perante a Justiça Trabalhista, realizada pelos sindicatos inclusive quanto a trabalhadores não associados, visto que os sindicatos ainda dispõem de múltiplas formas de custeio, incluindo a



contribuição confederativa (art. 8º, IV, primeira parte, da Constituição), a contribuição assistencial (art. 513, alínea 'e', da CLT) e outras contribuições instituídas em assembleia da categoria ou constantes de negociação coletiva, bem assim porque a Lei n.º 13.467/2017 ampliou as formas de financiamento da assistência jurídica prestada pelos sindicatos, passando a prever o direito dos advogados sindicais à percepção de honorários sucumbenciais (nova redação do art. 791-A, caput e § 1º, da CLT), e a própria Lei n.º 5.584/70, em seu art. 17, já dispunha que, ante a inexistência de sindicato, cumpre à Defensoria Pública a prestação de assistência judiciária no âmbito trabalhista.” (ADI 5794/DF).

A alternativa A está incorreta, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos termos da ementa: “[...] 2. A extinção de contribuição pode ser realizada por lei ordinária, em paralelismo à regra segundo a qual não é obrigatória a aprovação de lei complementar para a criação de contribuições, sendo certo que a Carta Magna apenas exige o veículo legislativo da lei complementar no caso das contribuições previdenciárias residuais, nos termos do art. 195, § 4º, da Constituição. Precedente (ADI 4697, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 06/10/2016).”

A alternativa B está incorreta, conforme ementa a seguir: “[...] 3. A instituição da facultatividade do pagamento de contribuições sindicais não demanda lei específica, porquanto o art. 150, § 6º, da Constituição trata apenas de “subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão”, bem como porque a exigência de lei específica tem por finalidade evitar as chamadas “caudas legais” ou “contrabandos legislativos”, consistentes na inserção de benefícios fiscais em diplomas sobre matérias completamente distintas, como forma de chantagem e diminuição da transparência no debate público, o que não ocorreu na tramitação da reforma trabalhista de que trata a Lei nº 13.467/2017.” Precedentes (ADI 4033, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 15/09/2010; RE 550652

A alternativa C está incorreta, com base na jurisprudência do STF, a seguir transcrita: “[...] 10. Esta Corte já reconheceu que normas afastando o pagamento obrigatório da contribuição sindical não configuram indevida interferência na autonomia dos sindicatos”. ADI 2522, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006.

A alternativa D está incorreta, nos termos do entendimento jurisprudencial fixado na ADI 5794/DF. Nesse sentido a ementa: “[...] 11. A Constituição consagra como direitos fundamentais as liberdades de associação, sindicalização e de expressão, consoante o disposto nos artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, tendo o legislador democrático decidido que a contribuição sindical, criada no período autoritário do estado novo, tornava nula a liberdade de associar-se a sindicatos”.

QUESTÃO 20 – Em recente julgamento do RE 999,435/SP, apreciando o Tema 638 da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal fixou tese acerca da necessidade de negociação coletiva para à dispensa em massa de trabalhadores. Com base nesse julgado, é correto afirmar que:

- a) a iniciativa da rescisão consiste em ato unilateral do empregador, razão pela qual a dispensa em massa de trabalhadores prescinde de negociação coletiva;**
- b) a Intervenção sindical pode ocorrer no curso do processo de desligamento em massa dos trabalhadores, desde que celebrada norma coletiva sobre o pagamento das parcelas resilitórias;**
- c) considera-se dispensa em massa aquela que envolver o término simultâneo ou em curto espaço de tempo de mais de duzentos contratos de trabalho, por razões de ordem técnica, econômica e financeira enfrentadas pela empresa;**
- d) é imprescindível a participação prévia dos sindicatos profissionais como requisito de validade das dispensas massivas, de modo a envolvê-los no processo coletivo com foco na manutenção dos empregos;**



e) a dispensa em massa decorre da necessidade de o ente empresarial reduzir definitivamente o quadro de empregados, exigindo-se a intervenção sindical inclusive nos termos dos contratos a prazo determinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O fundamento da alternativa D é a tese fixada pelo STF no tema 638. Vejamos: “A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.”

A alternativa A está incorreta. Nessa assertiva há afronta à tese definida no tema 638, uma vez que afirma que a dispensa em massa prescinde de negociação coletiva.

A alternativa B está incorreta. A intervenção sindical deve ser prévia e não exige a celebração de norma coletiva, nos termos da tese fixada no tema 638.

A alternativa C está incorreta. De acordo com a doutrina e jurisprudência trabalhista, a definição de dispensa em massa não tem como parâmetro um número certo de trabalhadores. Da mesma forma, a CLT, em seu art. 477-A, ao mencionar a dispensa coletiva, não apresenta tal delimitação.

A alternativa E está incorreta, já que não se exige a intervenção sindical nos termos do contrato a prazo.

QUESTÃO 21 – Sobre o poder normativo da Justiça do Trabalho e as alterações constitucionais trazidas pela EC nº 45/2004, é correto afirmar, com base na jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, que:

a) a anuência mútua das partes para ajuizamento de dissídio coletivo trabalhista fere frontalmente o princípio constitucional de livre acesso à Justiça, impondo indevida condicionante em afronta a cláusulas pétreas;

b) com à exigência do mútuo acordo, o dissídio coletivo de natureza econômica aproxima-se de uma arbitragem pública, diante da necessidade de concordância expressa ou tácita das partes quanto à submissão do Impasse à Justiça do Trabalho;

c) para resolução dos conflitos coletivos, deve-se privilegiar a Imposição do poder estatal sobre meios alternativos de pacificação e de autocomposição dos conflitos trabalhistas;

d) diante da previsão constitucional de pressuposto processual intransponível, exige-se o mútuo consenso das partes para o ajuizamento de dissídios coletivos de natureza jurídica ou econômica;

e) a concordância do sindicato ou do membro da categoria econômica para instauração de instância precisa ocorrer de maneira expressa, não se admitindo a materialização dessa negativa de forma tácita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A doutrina destaca a importância da resolução dos conflitos trabalhistas por métodos alternativos, e que a exigência do “comum acordo”, converte o dissídio coletivo em espécie de “arbitragem pública” (PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto. Constituição e Liberdade Sindical. São Paulo: LTr, 2007.)

A alternativa A está incorreta, já que não há afronta ao princípio constitucional de livre acesso à Justiça, nos termos da tese fixada no tema 841. Vejamos: É constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, conforme o artigo 114, § 2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004.

A alternativa C está incorreta, pois segundo o art. 114, §2º, CF/88, a negociação ou arbitragem – meios alternativos – são prévios à imposição do poder estatal.



A alternativa D está incorreta. O comum acordo é exigido apenas para os dissídios de natureza econômico, nos termos da tese fixada no tema 841. Não há tal exigência para os dissídios de natureza jurídica.

A alternativa E está incorreta. Sobre o tema, a jurisprudência do TST entende: “[...] O entendimento pacífico nesta Corte é o de que o comum acordo, exigência trazida pelo art. 114, § 2º, da Constituição Federal para o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica, é pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo e que, embora idealmente devesse ser materializado na forma de petição conjunta da representação, é interpretado de maneira mais flexível, no sentido de se admitir a concordância tácita na instauração da instância, desde que não haja a oposição expressa do suscitado, na contestação. [...] Processo extinto sem resolução de mérito, pela falta de comum acordo.” (RO-63500-29.2008.5.04.0000, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, SDC, DEJT 27/11/2015)

QUESTÃO 22 – O direito fundamental de greve emana do exercício da autonomia privada coletiva e consiste em instrumento de pressão, com vistas ao atendimento de rol de reivindicações da categoria. A respeito do tema, é correto afirmar, com base na jurisprudência dominante dos tribunais superiores, que:

- a) o ordenamento jurídico pátrio consagra expressamente a possibilidade de seu cabimento para defesa de interesses que transcendem a esfera dos deveres atribuídos ao empregador;**
- b) considerando o descompasso entre a titularidade coletiva do interesse tutelado e a responsabilidade individual do trabalhador, a declaração de abusividade da greve não permite necessariamente a punição do empregado partícipe;**
- c) o empregador está autorizado a realizar a contratação de trabalho temporário, bem como a transferir seus empregados de um setor para outro, com vistas à substituição de trabalhadores em greve;**
- d) a adesão ao movimento paredista gera a suspensão do contrato de trabalho, não devendo ser pagos os dias de paralisação, ressalvada a hipótese de quando a greve é deflagrada pelo atraso no pagamento de salários;**
- e) não é considerado abusivo o movimento paredista direcionado contra os poderes públicos e que reivindique condições não suscetíveis de negociação coletiva.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Nesse sentido, a jurisprudência do TST, conforme ementa, a seguir: “[...] O art. 7º da Lei nº 7.783/89 prevê que a participação em greve é hipótese de suspensão do contrato de trabalho. Assim, muito embora a greve seja direito constitucionalmente garantido aos trabalhadores, configura hipótese de suspensão do contrato de trabalho, razão pela qual a regra geral é de que os dias de paralisação não sejam remunerados. Nesse sentido, o supracitado artigo permite o desconto dos dias de paralisação, independentemente de a greve ser abusiva ou não, uma vez que é dos participantes o risco de não receber o pagamento de salários nos dias em que não houvera prestação de serviços em razão de greve. Esse é, inclusive, o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Mandado de Injunção nº 670, no sentido de que a regra geral é de que a deflagração da greve implica suspensão do contrato de trabalho, não devendo ser pagos os dias de paralisação, salvo no caso em que a greve fora deflagrada justamente por atraso no pagamento aos servidores públicos civis, ou por outras situações excepcionais que justifiquem o afastamento da premissa de suspensão contratual. [...] Agravo não provido, com imposição de multa” (Ag-RR-1041-97.2020.5.10.0001, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 16/12/2022).

A alternativa A está incorreta. A greve é um instrumento de equilíbrio social, que tem como finalidade pressionar o empregador a oferecer melhores condições de trabalho. Embora o art. 9º da CF assegure o direito de greve e estabelece que compete aos trabalhadores decidir sobre a



oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender, a jurisprudência do TST entende que a greve utilizada para defender interesses que transcendem os deveres atribuídos ao empregador é abusiva. Nesse sentido: "RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS Nº 13.015/2014 E Nº 13.467/2017 - DIREITO DE GREVE. GREVE POLÍTICA. DESCONTO SALARIAL RELATIVO AO DIA DE PARALISAÇÃO. LEGALIDADE. Em interpretação ao art. 7º da Lei nº 7.783/1989, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos deste Tribunal Superior firmou entendimento no sentido de que a adesão ao movimento de greve gera a suspensão do contrato de trabalho, de modo que é válido o desconto relativo aos dias parados, salvo em casos específicos em que o movimento paredista é deflagrado em razão de atraso no pagamento de salários, realização de lockdown ou outra situação que comprometa a integridade física do empregado submetido a situação de risco no ambiente de trabalho. No caso em apreço, consta expressamente do acórdão regional que a categoria profissional dos bancários decidiu paralisar a prestação de serviços a fim de protestar contra a reforma trabalhista e previdenciária. Daí se extrai que não havia nenhuma condição específica de descumprimento das normas da categoria nem da legislação vigente que pudesse justificar a atuação contra o empregador. Na realidade, o movimento decorreu de reivindicação com o intuito de manter a legislação trabalhista em vigor e impedir a reforma proposta pelo Estado, sem possibilidade de que o empregador pudesse dar uma solução direta à pretensão defendida. Assim, conclui-se que a greve direcionou-se contra os poderes públicos a fim de reivindicar condições não suscetíveis de negociação coletiva, tratando-se, portanto, de uma greve política, que é considerada abusiva, conforme julgados proferidos pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-10693-35.2017.5.15.0089, 2ª Turma, Relator Ministro Sergio Pinto Martins, DEJT 02/12/2022).

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art.15 da Lei de greve, Lei nº 7.783/89 é possível a responsabilização pelos atos políticos ou crimes praticados no curso da greve, o que será apurado, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal

A alternativa C está incorreta. O Art. 2º, §1º, da Lei 6.019/74, veda a contratação de trabalho temporário para substituição de trabalhadores em greve, salvo nos casos previstos em lei. Além disso, de acordo com o art. 7º, parágrafo único, da Lei nº 7.783/89, é vedada a contratação de trabalhadores substitutos durante a greve, salvo as hipóteses previstas nos artigos 9º.

A alternativa E está incorreta. Esse é o entendimento da Jurisprudência do TST. Vejamos: "[...]. Assim, conclui-se que a greve direcionou-se contra os poderes públicos a fim de reivindicar condições não suscetíveis de negociação coletiva, tratando-se, portanto, de uma greve política, que é considerada abusiva, conforme julgados proferidos pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-10693-35.2017.5.15.0089, 2ª Turma, Relator Ministro Sergio Pinto Martins, DEJT 02/12/2022).

QUESTÃO 23 – A Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho trata da liberdade sindical e da proteção ao direito de sindicalização. O modelo sindical brasileiro diverge dos preceitos propostos pelo normativo internacional principalmente pela:

- a) liberdade plena de organização sindical em todos os níveis de representação profissional e econômica;**
- b) sujeição das organizações de trabalhadores e de empregadores à dissolução ou à suspensão administrativas;**
- c) proibição de filiação dos trabalhadores e dos empregadores a organizações Internacionais de mesma natureza;**
- d) proibição de sindicalização dos integrantes das forças armadas e da polícia;**
- e) necessidade de autorização para constituição de um sindicato.**

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa correta é a letra, já que modelo sindical brasileiro diverge dos preceitos propostos pelo normativo internacional, uma vez que não adota a liberdade plena. A doutrina bem delinea o tema: “temos no país assim, uma contrariedade entre a liberdade sindical propalada internacionalmente e aquela estampada em nosso país de fato no art. 8º da CRFB/88 e dispositivos da CLT, já que não seria esta verdadeiramente plena, eis que especialmente: (i) limita a criação dos sindicatos a somente um na base territorial mínima, ou seja, trata do princípio da unicidade sindical [...]”.

Alternativa B é incorreta, como base no teor do art. 4º da Convenção 87, bem como a CF estabelece a impossibilidade de dissolução ou suspensão administrativa (art. 5º, XIX)

Alternativa C é incorreta, uma vez que o art. 5º da Convenção 87 da OIT prevê a possibilidade de filiação a organizações internacionais de trabalhadores ou empregadores. Não há vedação expressa quanto a isso e no texto constitucional.

Alternativa D é incorreta com base no teor do art. 142, §3º, IV, da CF/88, que dispõe ser vedada a sindicalização e greve ao militar. Nesse contexto, a vedação constitucional é compatível com o art. 9º, I, da Convenção 87.

Alternativa E é incorreta, com base no art. 3º Convenção 87 c/c art. 8º, I, da CF/88 que trata da não exigência de autorização prévia.

QUESTÃO 24 - Electra foi aprovada em concurso público para o cargo de técnica do Ministério do Meio Ambiente, em regime estatutário, e nele tomou posse.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A nomeação de Electra para o exercício de cargo de confiança, por seu cunhado que ocupa cargo de assessoramento no Ministério do Meio Ambiente, não viola a Constituição da República de 1988.

II. Como Electra exerce as mesmas tarefas que um analista do Ministério do Meio Ambiente, é possível a equiparação salarial com esse último por decisão do Poder Judiciário, sob o fundamento de isonomia.

III. Caso Electra fosse servidora estadual, o reajuste de seu vencimento não poderia ser vinculado a índice federal de correção monetária.

IV. Em processo perante o Tribunal de Contas da União, no qual é apreciada a legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de Electra, lhe são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente III;**
- b) somente I e II;**
- c) somente II e IV;**
- d) somente III e IV;**
- e) I,II,III e IV.**

Comentários

A questão trata sobre aspectos relacionados à agentes públicos.

A alternativa correta é a **Letra A**.

Para responder a questão, vejamos item a item.

O item I está incorreto, tendo em vista o que dispõe a Súmula Vinculante n. 13: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da



União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

O item II está incorreto, conforme Súmula Vinculante n. 37: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

O item III está correto, conforme Súmula Vinculante n. 42: “É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.”

E por fim o item IV está incorreto, conforme Súmula Vinculante n. 3: “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.”

QUESTÃO 25 – O Ministério Público do Trabalho(MPT) instaurou, sob sua presidência, inquérito civil, após o recebimento de notícia de fato em que é relatada a inobservância de direitos sociais de trabalhadores.

Considerando o exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. O MPT poderá requisitar, de organismo particular, a realização de perícia, no prazo mínimo de dez dias úteis.

II. O retardamento em fornecer dados técnicos Indispensáveis a propositura de ação civil pública, requisitados pelo MPT no curso do inquérito civil, constitui crime.

III. No curso do inquérito civil, se constatada a Inobservância de direitos trabalhistas, o sindicato que representa os trabalhadores prejudicados poderá tomar do inquirido o compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

IV. O inquérito civil também pode ser instaurado pelo Ministério do Trabalho, no caso de recebimento de denúncia em que é relatada a inobservância da legislação trabalhista.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I e II;**
- b) somente II e III;**
- c) somente III e IV;**
- d) somente I, II e IV;**
- e) I,II,III e IV.**

Comentários

A questão trata sobre inquérito civil, disciplinada na Lei n. 7347/85, lei que trata da ação civil pública. A alternativa correta é a **Letra A**.

Para responder a questão, vejamos item a item.

O item I está correto, conforme o art. 8º, §1º, da Lei n. 7347/85: “O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.”

O item II está correto, conforme o art. 10 da Lei n. 7347/85: “Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.”

O item III está incorreto, conforme o art. 5º, *caput* e §6º, da Lei n. 7347/85: “Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (...) § 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”



Por fim, o item IV está incorreto, pois não cabe ao Ministério do Trabalho a instauração de inquérito civil, e sim ao Ministério Público, conforme o art. 8º, §1º, da Lei n. 7347/85: "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis."

QUESTÃO 26 - Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), analise as afirmativas a seguir.

I. Na aquisição de hortifrutigranjeiros, no período necessário para a realização do correspondente processo licitatório, é dispensável a licitação, devendo a contratação direta ser realizada com base no preço do dia.

II. Na contratação direta de cantora consagrada pela crítica especializada, é inexigível a licitação.

III. Na aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo, é dispensável a licitação.

IV. É inexigível a licitação na contratação de serviço técnico especializado de publicidade e divulgação prestado por profissional de notória especialização.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I e II;
- b) somente III e IV;
- c) somente I, II e IV;
- d) somente I, III e IV;
- e) I, II, III e IV.

Comentários

A questão trata sobre licitações, mais especificamente sobre dispensa e inexigibilidade de licitações.

A alternativa correta é a **Letra A. Para responder a questão, vejamos item a item.**

O item I está correto, conforme art. 75, IV, "e", da Lei n. 14.133/21: "É dispensável a licitação: (...) IV - para contratação que tenha por objeto: (...)) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;"

O item II está correto, conforme art. 74, II, da mesma lei: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;"

O item III está incorreto, pois no caso de fornecedor exclusivo, a licitação é inexigível, e não dispensável, conforme art. 74, I: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;"

O item IV está incorreto, pois é vedada a inexigibilidade nos casos de serviços de publicidade e divulgação, conforme art. 74, III, da referida lei: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

QUESTÃO 27 - Quanto aos bens públicos, considerando o disposto no Código Civil, é correto afirmar que:

- a) os bens públicos dominicais não podem ser alienados;
- b) o uso comum dos bens públicos não pode ser retribuído;



- c) o terreno destinado a serviço de autarquia municipal é bem público de uso especial;**
- d) são públicos os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado que integram a Administração Pública;**
- e) os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são considerados de uso especial.**

Comentários

A questão trata sobre licitações, mais especificamente sobre dispensa e inexigibilidade de licitações.

A alternativa correta é a **Letra C**, conforme redação do art. 99, II, da Código Civil: “São bens públicos: (...) II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;”

A alternativa A está incorreta, conforme art. 101 do CC: “Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 103 do CC: “O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 98 do CC: “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Por fim, a alternativa E está incorreta, conforme art. 99, parágrafo único, do CC: “Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.”

QUESTÃO 28 - Quanto aos serviços públicos, considerando o disposto na Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) o fomento à produção agropecuária pode ser realizado pelos Estados;**
- b) o serviço de energia elétrica pode ser organizado por meio de lei complementar estadual;**
- c) a promoção de programas de construção de moradias pode ser realizada pelos Municípios;**
- d) o licenciamento de motocicletas para o transporte remunerado de passageiros não pode ser regulamentado por lei estadual sem autorização em lei complementar federal;**
- e) o serviço de distribuição de gás canalizado é privativo dos Estados, que podem explorá-lo diretamente ou mediante concessão, sendo vedada a sua regulamentação por medida provisória.**

Comentários

A questão trata sobre competências dos entes federativos em serviços públicos:

A alternativa incorreta é a **Letra B**, conforme redação do art. 21, XII, “b”, da CF/88: “Compete à União: (...) XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: (...) b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;”

A alternativa A está correta, conforme art. 23, VIII, da CF: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;”

A alternativa C está correta, conforme art. 23, IX, da CF: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;”



A alternativa D está correta, conforme ADI 2606/SC: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO ESTADO DE SANTA CATARINA. LICENCIAMENTO DE MOTOCICLETAS DESTINADAS AO TRANSPORTE REMUNERADO DE PASSAGEIROS. COMPETÊNCIA DA UNIÃO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. 1. É da competência exclusiva da União legislar sobre trânsito e transporte, sendo necessária expressa autorização em lei complementar para que a unidade federada possa exercer tal atribuição (CF, artigo 22, inciso XI, e parágrafo único). 2. Inconstitucional a norma ordinária estadual que autoriza a exploração de serviços de transporte remunerado de passageiros realizado por motocicletas, espécie de veículo de aluguel que não se acha contemplado no Código Nacional de Trânsito. 3. Matéria originária e de interesse nacional que deve ser regulada pela União após estudos relacionados com os requisitos de segurança, higiene, conforto e preservação da saúde pública. Ação direta de inconstitucionalidade procedente.”

A alternativa E está correta, conforme art. 25, §2º, da CF: “Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.”

QUESTÃO 29 - Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é INCORRETO afirmar que:

- a) os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba Incentivo creditício de ente público estão sujeitos às sanções legais;**
- b) aquele que exerce, transitoriamente e sem remuneração, por designação, função em ente público é considerado um agente público para os efeitos legais; c**
- c) aquele que, mesmo não sendo agente público, concorra com imprudência para a prática do ato de improbidade está sujeito às sanções legais;**
- d) a suspensão dos direitos políticos, a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e a perda da função pública não estão previstas entre as sanções legais aplicáveis ao responsável por ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública;**
- e) as sanções previstas na lei podem ser aplicadas isoladamente, de acordo com a gravidade do fato.**

Comentários

A questão trata sobre improbidade administrativa.

A alternativa incorreta é a **Letra C**, pois a imprudência é uma forma de ocorrer o ato na forma CULPOSA. Com as atualizações da Lei n. 14.230/21, os atos culposos deixaram de ser tipificados como ato de improbidade administrativa, somente restando a modalidade dolosa. Conforme o art. 3º da Lei nº 8.429/92: “O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.”

A alternativa A está correta, conforme o art. 1º, §6º, da Lei n. 8.429/92: “Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo”.

A alternativa B está correta, conforme o art. 2º, da referida lei: “Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.”

A alternativa D está correta, conforme o art. 12, III: “na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e



proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;”

A alternativa E está correta, conforme o art. 12, *caput*: “Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato”

QUESTÃO 30 - Quanto às excludentes de antijuridicidade, analise as afirmativas a seguir.

I - Aquele que pratica o fato para salvar de perigo iminente, que não provocou por sua vontade, direito próprio, é considerado em estado de necessidade.

II - Aquele que tem o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade, salvo quando for razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado.

III - A tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero.

IV - Age em legítima defesa o agente de segurança pública que, usando moderadamente dos meios necessários, repele agressão atual e injusta à vítima mantida refém durante a prática de crime.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I e II;**
- b) somente III e IV;**
- c) somente I, II e IV;**
- d) somente II, III e IV;**
- e) I, II, III e IV.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto, uma vez que o estado de necessidade não comporta o perigo iminente, mas apenas o perigo atual. A propósito, o art. 24, *caput*, do CP estabelece: “Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se”.

O item II está incorreto, uma vez que, sem exceções, “não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo”, conforme dispõe o §1º do art. 24 do CP.

O item III está correto, porque de acordo com acórdão do plenário do Supremo Tribunal Federal que referendou a medida liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779. Conforme consta do dispositivo do acórdão: “O Tribunal, por unanimidade, referendou a concessão parcial da medida cautelar para: (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, *caput*, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, *caput* e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento, nos termos do voto do Relator”.



O item IV está correto, porquanto em conformidade com art. 25, par. único, CP, que estabelece: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes”.

A alternativa correta, portanto, é a **letra B**, uma vez que apenas os assertivas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 31 - Sabina candidatou-se a uma vaga de emprego em uma escola de arte. O representante legal do empregador, assim definido na legislação trabalhista, exigiu-lhe a apresentação de teste negativo de gravidez para admissão no emprego.

Considerando o disposto na Lei nº 9.029/1995, analise as afirmativas a seguir.

I - Trata-se de prática discriminatória que constitui crime, sendo cominada a pena de detenção, de um a dois anos, e multa.

II - O sujeito ativo do crime é a pessoa física do empregador, e não o seu representante legal.

III - Não constitui crime o oferecimento pelo empregador a Sabina de serviço de planejamento familiar realizado por meio de instituição privada submetida às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

IV - Caso Sabina se candidatasse à vaga de emprego de modelo de modas para posar para artistas plásticos, o empregador poderia exigir a apresentação de teste negativo de gravidez para admissão.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I

b) somente I e III;

c) somente II e III;

d) somente II e IV;

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto, uma vez que a exigência de teste negativo de gravidez para admissão no emprego constitui crime punível com pena de detenção, de um a dois anos, e multa. A propósito, o art. 2º, inc. I, da Lei n. 9.029/95 estabelece: Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias: I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez; [...] Pena: detenção de um a dois anos e multa”.

O item II está incorreto, porquanto o representante legal do empregador também pode ser sujeito ativo do crime previsto na Lei n. 9.029/95. Sobre isso, o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 9.029/95 dispõe: “São sujeitos ativos dos crimes a que se refere este artigo: I - a pessoa física empregadora; II - o representante legal do empregador, como definido na legislação trabalhista; III - o dirigente, direto ou por delegação, de órgãos públicos e entidades das administrações públicas direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O item III está correto, uma vez que o oferecimento de serviço de planejamento familiar, conforme estabelecido na assertiva, constitui exceção à configuração do crime previsto no art. 2º, inc. III, “b”, da Lei n. 9.029/95. Referido dispositivo estabelece: “Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias: [...] II - a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem; [...] b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS). Pena: detenção de um a dois anos e multa.”



O item IV está incorreto, uma vez que a norma proibitiva não comporta tal exceção. Com efeito, o art. 1º da Lei n. 9.029/95 estabelece que “É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal”. Além disso, o próprio tipo penal disposto no art. 2º, inc. I da mesma Lei não apresenta exceção: Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias: I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez; [...] Pena: detenção de um a dois anos e multa”.

A alternativa correta, portanto, é a **letra B**, uma vez que apenas os assertivas I e III estão corretas.

QUESTÃO 32 - Maia, ao ser despedida por sua empregadora Asterope, ajuizou uma ação trabalhista em face dela e requereu o pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade. Celeno foi nomeada como perita do Juízo para verificar a existência de insalubridade e Alcione depôs como testemunha da ré na audiência de instrução. Considerando o disposto no Código Penal, analise as afirmativas a seguir.

I - Se Alcione sabe que Maia realizava horas extras, mas nega conscientemente a verdade em seu depoimento na audiência de instrução, configura-se o crime de falso testemunho, punido com a pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

II - Se Alcione se retrata na ação trabalhista antes da sentença, o fato deixa de ser punível.

III - Se Asterope oferece dinheiro para que Celeno afirme falsamente no laudo pericial que Maia não trabalhava em condições insalubres, configura-se crime punido com reclusão, de três a quatro anos, e multa.

IV - Se Celeno aceita o suborno de Asterope e afirma falsamente no laudo pericial entregue no processo que Maia não trabalhava em condições insalubres, configura-se o crime de falsa perícia, com causa de aumento de pena de um sexto a um terço.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I e II

b) somente II e IV:

c) somente I, II e III;

d) somente I, III e IV;

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, uma vez que a conduta praticada por Alcione configura o crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do CP: “Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa”.

O item II está correto, porquanto a retratação configura causa extintiva da punibilidade prevista no §2º do art. 342 do CP, caso oferecida antes da sentença do processo em que ocorreu o crime. O §2º do art. 342 do CP dispõe: “O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade”.

O item III está correto, uma vez que o suborno ao perito configura o crime previsto no art. 343 do Código Penal, com pena de reclusão de três a quatro anos, e multa. O art. 343 do CP estabelece: “Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação: Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa”.



O item I está correto, já que a aceitação do suborno pelo perito configura causa de aumento da pena de falsa perícia, prevista no §1º do art. 342 do CP: "Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. § 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta".

Deste modo, a alternativa correta é a **letra E**, uma vez que todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 33 - Considerando as disposições do Código de Ética da Magistratura, as disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e a Constituição da República de 1988, em relação à conduta dos magistrados, é correto afirmar que:

- a) exige-se do magistrado que seja eticamente independente e que não interfira, de qualquer modo, na atuação jurisdicional de outro colega, exceto em respeito às normas legais;**
- b) ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumprir e dispensar das partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação. Porém, será considerado tratamento discriminatório injustificado se a audiência for concedida a apenas uma das partes ou seu advogado, mesmo que se assegure igual direito à parte contrária, caso seja solicitado;**
- c) a atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, somente nos casos previstos em lei, de modo a favorecer sua publicidade, e considerando os casos de sigilo legal;**
- d) o magistrado deve comportar-se na vida privada de modo a dignificar a função, mas seu exercício da atividade jurisdicional não lhe impõe restrições e exigências pessoais distintas das acometidas aos cidadãos em geral;**
- e) a liberdade de convicção do magistrado permite sua participação em atividade político-partidária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme literalidade do artigo 4º do Código de Ética da Magistratura (CEM): "*Art. 4º Exige-se do magistrado que seja eticamente independente e que não interfira, de qualquer modo, na atuação jurisdicional de outro colega, exceto em respeito às normas legais*".

A alternativa B está incorreta. Não será considerado tratamento discriminatório injustificado se for assegurado à parte contrária o direito a audiência, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso I, do CEM: "*Art. 9º Ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumprir dispensar às partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação. Parágrafo único. Não se considera tratamento discriminatório injustificado: I - a audiência concedida a apenas uma das partes ou seu advogado, contanto que se assegure igual direito à parte contrária, caso seja solicitado*".

A alternativa C está incorreta. A documentação dos atos deve ser feita mesmo quando não previsto legalmente, conforme artigo 10 do CEM: "*Art. 10. A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto nos casos de sigilo contemplado em lei*".

A alternativa D está incorreta. O exercício da atividade jurisdicional impõe restrições e exigências distintas das acometidas aos cidadãos em geral, como traz o artigo 16 da CEM: "*Art. 16. O magistrado deve comportar-se na vida privada de modo a dignificar a função, cômico de que o exercício da atividade jurisdicional impõe restrições e exigências pessoais distintas das acometidas aos cidadãos em geral*".



A alternativa E está incorreta. É vedada a participação em atividade político-partidária, nos termos no artigo 7º do CEM: "*Art. 7º A independência judicial implica que ao magistrado é vedado participar de atividade político-partidária*".

QUESTÃO 34 - A respeito dos direitos e deveres da magistratura, bem como a responsabilidade civil e administrativa dos magistrados, analise as afirmativas a seguir.

I - Os juízes do Trabalho substitutos que estejam em estágio probatório não poderão praticar todos os atos reservados por lei aos Juízes vitalícios.

II - Os desembargadores federais do Trabalho, nomeados para a vaga reservada ao quinto constitucional (Ministério Público e Advocacia), somente terão vitaliciedade após o período de dois anos.

III. O exercido de cargo de magistério superior, público ou particular, somente será permitido ao magistrado se houver correlação de matérias e compatibilidade de horários, vedado, em qualquer hipótese, o desempenho de função de direção administrativa ou técnica de estabelecimento de ensino.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente II;
- b) somente III;
- c) somente I e II;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está errado. Conforme artigo 22, §2º, da LOMAN, os Juízes do trabalho substitutos, mesmo que não hajam adquirido a vitaliciedade, poderão praticar todos os atos reservados por lei aos Juízes vitalícios. "*Art. 22 - São vitalícios: II - após dois anos de exercício:c) os Juízes do Trabalho Presidentes de Junta de Conciliação e Julgamento e os Juízes do Trabalho Substitutos; § 2º - Os Juízes a que se refere o inciso II deste artigo, mesmo que não hajam adquirido a vitaliciedade, poderão praticar todos os atos reservados por lei aos Juízes vitalícios*".

O item II está errado. A vitaliciedade para os desembargadores do trabalho é desde a posse, nos termos do artigo 22, inciso I, alínea d, da LOMAN: "*Art. 22 - São vitalícios: I - a partir da posse: d) os Ministros e Juízes togados do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho*".

O item III está certo. Literalidade do artigo 26, §1º, da LOMAN: "*§ 1º - O exercício de cargo de magistério superior, público ou particular, somente será permitido se houver correlação de matérias e compatibilidade de horários, vedado, em qualquer hipótese, o desempenho de função de direção administrativa ou técnica de estabelecimento de ensino*".

QUESTÃO 35 - "O sentido da palavra fonte relaciona-se com aquilo que origina ou produz. No plano jurídico, o estudo das fontes consiste em saber donde vem o Direito e donde dimana a Juridicidade das normas" (MATA-MACHADO, Edgar de Godoi da - Elementos de Teoria Geral do Direito - Belo Horizonte: Ed. Vega, 1976, p. 213). Ao examinar a estrutura de fontes formais e materiais do Direito, incluídas as fontes do Direito do Trabalho, no sistema jurídico brasileiro, considerando a relação entre direito objetivo e direito subjetivo, e a estrutura do processo legislativo, é correto afirmar que:

a) os debates políticos, discussões sociais, manifestações públicas da sociedade civil e outras expressões de conteúdo ideológico dos entes sociais constituem as fontes formais do Direito;



b) a jurisprudência não constitui fonte formal do Direito, caracterizando-se apenas como fonte material, pois as teses jurídicas dela decorrentes têm apenas efeito persuasivo, e não coercitivo;

c) o fenômeno da integração jurídica (preenchimento de lacunas no ordenamento jurídico/omissão da lei) não é admitido no direito positivo brasileiro, tanto como regra geral para qualquer área do Direito quanto como regra especial para o Direito do Trabalho;

d) as Emendas à Constituição da República de 1988 devem ser Propostas por Iniciativa de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo presidente da República, ou por dois terços das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;

e) a Constituição da República de 1988, as Leis Complementares, as Leis Ordinárias, as Medidas Provisórias, as leis Delegadas, os Decretos Regulamentares do Poder Executivo e as Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal são considerados fontes formais do Direito, por terem sua positividade relacionada com o poder legiferante do Estado.

Comentários

Questão passível de questionamento em recurso, pois há aparente erro em todas as alternativas, contudo a que parecem mais corretas é a alternativa E, seguida da alternativa B.

A alternativa A está incorreta. As fontes trazidas pela alternativa são consideradas como materiais e não formais, já que influenciam na elaboração destas.

A alternativa B está incorreta. Inicialmente, o conceito do termo jurisprudência é polissêmico, podendo ser interpretado de modos diversos.

Entendemos que a banca pode ter trazido o conceito amplo de jurisprudência. Assim, o erro da questão é tratar a jurisprudência como fonte material e sem caráter coercitivo; a jurisprudência é considerada fonte formal do direito e possui efeito coercitivo, como é o caso dos precedentes vinculantes.

Mas existe uma visão de que a banca quis mencionar o sentido estrito de jurisprudência, o qual não engloba os precedentes vinculantes, mas se restringe apenas as decisões ordinárias, as quais podem ser consideradas como fonte material e com efeitos apenas persuasivos.

A alternativa C está incorreta. A integração do direito é legalmente prevista no artigo 4º da LINDB ("*Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito*") e artigo 8º da CLT ("*Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público*").

A alternativa D está incorreta. O quorum para propositura de emenda constitucional é de 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado; ou ainda de mais da metade das Assembleias Estaduais, nos termos do artigo 60 da CF: "*Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II - do Presidente da República; III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros*".

A alternativa E está correta. De fato os atos apresentados são fontes formais do direito. A interpretação de que a Súmula Vinculante faz parte do poder legiferante do Estado é sensível e pode fundamentar um possível recurso, mas existe uma lógica para tal ao analisar a SV como ato que tem efeitos abstratos e vinculantes, fazendo parte da função atípica do poder judiciário.

QUESTÃO 36 - Os chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015, lançaram os novos



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais, a chamada Agenda 2030. Considerando a Agenda 2030 das Nações Unidas, analise os objetivos a seguir.

I. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares e alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

II. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos bem como construir infraestruturas resilientes, promover a Industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a Inovação.

III. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade e também assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;**
- b) somente II;**
- c) somente I e II;**
- d) somente II e III;**
- e) I, II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está certo. Conforme literalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 1 (*erradicação da pobreza, ou seja, eliminá-la em todas as suas formas e em todos os lugares*) e 5 (*alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*) da agenda 2030.

O item II está certo. Conforme literalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 4 (*educação de qualidade. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*) e 9 (*construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação*) da agenda 2030.

O item III está certo. Conforme literalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 12 (*assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis*) e 15 (*proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade*) da agenda 2030.

QUESTÃO 37 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem como um dos seus objetivos o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis sendo o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Considerando o texto aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 217-A, III), em 10 de dezembro de 1948, é correto afirmar que:

- a) as férias remuneradas e periódicas não fazem parte do direito ao repouso e ao lazer;**
- b) poderá haver casamento válido sem o consentimento livre dos nubentes, desde que previsto em norma legal;**
- c) caberá ao Estado a prioridade de direito na escolha do gênero de Instrução que será ministrada a seus filhos;**
- d) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei;**



e) todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. As férias remuneradas e periódicas fazem parte do direito ao repouso e ao lazer, conforme artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): "*Artigo 24º Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas*".

A alternativa B está incorreta. O casamento só será válido com o consentimento e vontade livre, nos termos do artigo 16, item 2, da DUDH: "*Artigo 16º 2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos*".

A alternativa C está incorreta. A prioridade será dos pais e não do Estado, como traz o artigo 26, item 3, da DUDH: "*Artigo 26º 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos*".

A alternativa D está correta. Literalidade do artigo 8 da DUDH: "*Artigo 8º Toda a pessoa direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei*".

A alternativa E está incorreta. Existem exceções ao direito de asilo, entre elas a perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas, conforme artigo 14, item 2 da DUDH: "*Artigo 14º 1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países. 2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas*".

QUESTÃO 38 - A Constituição da República de 1988 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõem sobre as normas de vigência e eficácia das leis no tempo e o princípio da irretroatividade das leis.

Com relação a esse tema, de acordo com o disposto nas normas Jurídicas brasileiras, é correto afirmar que:

a) a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência;

b) a lei posterior revoga a anterior somente quando expressamente o declare;

c) o sistema normativo brasileiro admite expressamente a hipótese de perda de vigência da lei por descumprimento reiterado;

d) mesmo depois de transitada em julgado a decisão de mérito, poderão ser deduzidas ou repelidas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido;

e) consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Não há repristinação automática, conforme artigo 2º, §3º, da LINDB: "*§3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência*".

A alternativa B está incorreta. A lei posterior revoga a anterior também quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, nos termos do artigo 2º, §1º, da LINDB: "*§1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior*".



A alternativa C está incorreta. Não há essa previsão legal.

A alternativa D está incorreta. Como traz o artigo 508 do CPC, após transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido. "Art. 508. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido".

A alternativa E está correta. Literalidade do artigo 6º, §2º, da LINDB: "§2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem".

QUESTÃO 39 - A Resolução CNJ nº 345/2020, que dispõe sobre o Juízo 100% Digital, aborda vários temas relacionados à Gestão da informação e de Demandas Judiciais, bem como à Gestão e Organização Judiciária.

Considerando o tratamento normativo dado pelo Conselho Nacional de Justiça à matéria, é correto afirmar que:

- a) as audiências e sessões no Juízo 100% Digital ocorrerão por videoconferência ou de forma presencial, quando necessário ao desenvolvimento regular do processo;**
- b) a existência de processos físicos em uma unidade jurisdicional impedirá a implementação do Juízo 100% Digital em relação aos processos que tramitem eletronicamente;**
- c) a parte demandada poderá se opor a essa escolha até sua primeira manifestação no processo, salvo no processo do trabalho, em que essa oposição deverá ser deduzida até a apresentação da defesa;**
- d) a qualquer tempo, o magistrado poderá Instar as partes a manifestarem o interesse na adoção do Juízo 100% Digital, exceto em relação a processos anteriores à entrada em vigor dessa Resolução, importando o silêncio, após duas Intimações, aceitação tácita;**
- e) o Juízo 100% Digital poderá se valer também de serviços prestados presencialmente por outros órgãos do Tribunal, como os de solução adequada de conflitos, de cumprimento de mandados, centrais de cálculos, tutoria, dentre outros, desde que os atos processuais possam ser convertidos em eletrônicos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. As audiências serão apenas por videoconferência, conforme artigo 5º da Resolução 345 do CNJ: "Art. 5º As audiências e sessões no "Juízo 100% Digital" ocorrerão exclusivamente por videoconferência".

A alternativa B está incorreta. A existência de processos físicos em uma unidade não impedirá a implementação do Juízo 100% Digital, nos termos do artigo 8º, §5º, da Resolução 345 do CNJ: "§5º A existência de processos físicos em uma unidade jurisdicional não impedirá a implementação do "Juízo 100% Digital" em relação aos processos que tramitem eletronicamente".

A alternativa C está incorreta. Como traz o artigo 3º da Resolução 345 do CNJ, a regra geral é que a oposição seja até a contestação: "Art. 3º A escolha pelo "Juízo 100% Digital" é facultativa e será exercida pela parte demandante no momento da distribuição da ação, podendo a parte demandada opor-se a essa opção até o momento da contestação".

A alternativa D está incorreta. A intimação para se manifestar pode inclusive em processos anteriores, conforme artigo 3º, §4º, da Resolução 345 do CNJ: "§4º A qualquer tempo, o magistrado poderá instar as partes a manifestarem o interesse na adoção do "Juízo 100% Digital", ainda que em relação a processos anteriores à entrada em vigor desta Resolução, importando o silêncio, após duas intimações, aceitação tácita".

A alternativa E está correta. Literalidade do artigo 1º, §3º, da Resolução 345 do CNJ: "§3º O "Juízo 100% Digital" poderá se valer também de serviços prestados presencialmente por outros órgãos do



Tribunal, como os de solução adequada de conflitos, de cumprimento de mandados, centrais de cálculos, tutoria dentre outros, desde que os atos processuais possam ser convertidos em eletrônicos".

QUESTÃO 40 - A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) constitui uma complexa regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Sobre seus dispositivos, é INCORRETO afirmar que:

- a) entre os fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais estão o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais;
- b) excluem-se do âmbito territorial de aplicação da LGPD, os dados pessoais provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na Lei;
- c) o tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos v de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais não são incluídos no âmbito de aplicação da LGPD;
- d) o consentimento dado pelo titular, para o tratamento de seus dados pessoais, poderá ser por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular, não sendo necessária cláusula destacada das demais cláusulas contratuais, quando fornecido por escrito;
- e) dado pessoal sensível é aquele que trata sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Literalidade do artigo 2º da Lei 13.709/18: "Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos: I - o respeito à privacidade; II - a autodeterminação informativa; III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais".

A alternativa B está incorreta. Literalidade do artigo 3º da Lei 13.709/18: "Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional; II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional".



A alternativa C está incorreta. Literalidade do artigo 4º, inciso III, da Lei 13.709/18: "*Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: III - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública; b) defesa nacional; c) segurança do Estado; ou d) atividades de investigação e repressão de infrações penais*".

A alternativa D está correta. A cláusula deverá ser destacada das demais no caso de fornecimento por escrito, conforme artigo 8º, §1º, da Lei 13.709/18: "*Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. §1º Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais*".

A alternativa E está incorreta. Literalidade do artigo 5º, inciso II, da Lei 13.709/18: "*Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural*".

QUESTÃO 41 – Em determinada comarca, na qual havia somente uma Vara do Trabalho, ao apresentar sua defesa em mais uma das diversas reclamações que já tinha respondido na mesma Vara, a empresa apresentou também exceção de suspeição do Juiz. Alegou que o magistrado já havia Julgado diversas outras reclamações sobre os mesmos fatos, sempre em desfavor dela, excipiente. Juntou cópias das diversas sentenças às quais se referia. O juiz, ao examinar tudo, rejeitou de plano a exceção.

Estando na posição desse juiz, é correto afirmar que os princípios que melhor fundamentariam sua decisão seriam:

- a) da imparcialidade e da coerência das decisões judiciais;**
- b) da publicidade e do Juiz natural;**
- c) da Inafastabilidade da Jurisdição e da competência territorial;**
- d) do livre convencimento motivado e da boa-fé;**
- e) da coerência das decisões judiciais e da não vinculação da causa petendi.**

Comentários

A questão trata sobre princípios do direito processual do trabalho.

A alternativa correta é a **Letra A**, pois o princípio da imparcialidade reforça a não-suspeição do magistrado, atuando de forma que não favoreça ou prejudique nenhuma das partes. Já o princípio da coerência das decisões judiciais impõe o caráter histórico do desenvolvimento dos precedentes (romance em cadeia, de Dworkin), como se formassem, cada vez mais, uma cadeia histórica de decisões, que vão dando densidade à norma jurídica geral construída a partir de um caso concreto. Assim, diante das mesmas circunstâncias fáticas, o magistrado deve decidir de igual forma, de forma a manter a coerência das decisões.

QUESTÃO 42 - Expedido o mandado de citação na execução trabalhista, o oficial de justiça, ao chegar no endereço apontado como do executado, constatou tratar-se da casa de um parente do exequente.

Certifica, então, ter ouvido do parente a Informação de que se achava há muitos anos com relações rompidas com o exequente e que nunca teve nenhuma relação de trabalho com ele, muito menos qualquer tipo de relação com a empresa executada Ao receber a certidão nos autos, o juiz, em seguida, julga extinta a execução, por fraude do exequente.

Ao receber a intimação da decisão judicial, o advogado do exequente verifica comeste que as alegações do suposto parente são, na verdade, um expediente adotado pelo principal sócio da empresa em razão da coincidência de sobrenomes, mas sem nenhum parentesco entre eles.



Considerando o exposto, a primeira medida tecnicamente adequada a ser apresentada pelo exequente seria:

- a) agravo de petição;
- b) mandado de segurança;
- c) pedido de reconsideração;
- d) embargos infringentes;
- e) reclamação correicional.

Comentários

A questão trata sobre recursos na fase de execução.

A alternativa correta é a **Letra A**.

Extinta a execução, decisão terminativa em fase de execução, cabe agravo de petição, conforme o art. 897-A, da CLT: “Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;”

QUESTÃO 43 – Tendo o advogado do exequente tomado conhecimento de que o executado possuía grande quantia em dinheiro, guardada em um cofre alugado em um banco privado, formula petição escrita, requerendo a penhora do valor em execução, imprime essa peça e, antes de juntá-la ao processo eletrônico, pede para despachá-la diretamente com o juiz, alegando urgência e necessidade de cautela, para evitar que o executado sacasse o dinheiro antes que se pudesse efetivar a sua apreensão.

O juiz, depois de ouvir o advogado, profere o seguinte despacho na petição escrita: "Diga o Réu. Intime-se"

Ao retirar-se do gabinete do juiz e ler o despacho, o advogado tenta retornar e ponderar com o juiz, mas estese recusa a ouvi-lo e diz que, se estivesse insatisfeito, que usasse o recurso cabível. O advogado então redige no próprio balcão da Vara uma peça de mandado de segurança e se dirige ao Tribunal Regional do Trabalho para despachá-la, levando consigo a primeira petição mencionada e já despachada pelo juiz. Pediu, na peça de mandado de segurança, que o Tribunal autorizasse que aquela peça primeira fosse juntada aos autos posteriormente, determinando-se antes que o Juiz expedisse o mandado de penhora.

Considerando o quadro acima, a conduta do advogado foi:

- a) incorreta, porque cometeu arrebatamento de peça dos autos;
- b) incorreta, porque a medida cabível seria a reclamação correicional;
- c) correta, porque a decisão do juiz foi teratológica e reclamava atuação imediata;
- d) correta quanto à medida, mas incorreta quanto a reter a peça dos autos;
- e) correta, porque decisão parcial sempre desafia mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**, pois cabe o mandado de segurança em decisão interlocutória em fase de execução, não sendo passível de recurso imediato.

No entanto, não poderia ter retido a peça, devendo a peça estar no processo. Não existe hipótese de peticionamento de peças fora dos autos.

QUESTÃO 44 – Determinada empresa propôs ação de consignação em pagamento em face de um dos seus diretores, oferecendo-lhe o pagamento de haveres trabalhistas diversos, no valor total de R\$ 4.000.000,00. Depositou a quantia em juízo e requereu a citação do consignatário.

Informado pelo juiz da Vara Empresarial da comarca de que a mesma empresa havia requerido recuperação judicial alegando não poder pagar os salários dos últimos sessenta dias da maior parte de seus empregados, o juiz do trabalho solicitou que essa informação lhe fosse repassada por ofício e, com ela, julgou extinta sem exame de mérito a



consignatária, condenando a empresa em custas de R\$ 80.000,00, calculadas sobre o valor da causa.

A empresa Interpôs recurso ordinário, comprovando o depósito de custas de R\$ 30.029,96, alegando ser esta a única quantia de que dispunha em caixa, sabendo-se que o juiz do trabalho transferira o valor consignado à disposição do Juízo empresarial. Pediu que o recurso fosse conhecido, reformando a sentença e ainda alegando que estaria impedida de obter outros valores para pagamento das custas, por decisão do juízo empresarial, o qual bloqueara seus outros ativos.

Certificada pela Secretaria a tempestividade do recurso e a regularidade da procuração do advogado que o assinara, deve o Juiz do trabalho despachar:

- a) negando seguimento ao recurso, por deserto;
- b) negando seguimento ao recurso, por falta de prova do saldo insuficiente em caixa;
- c) dando seguimento ao recurso, para que o Tribunal Regional do Trabalho decida o caso;
- d) abrindo prazo para o complemento do valor das custas;
- e) dando seguimento ao recurso, sujeita a questão das custas à deliberação do relator que for sorteado no Tribunal.

Comentários

A questão trata sobre recolhimento insuficiente de custas.

A alternativa correta é a **Letra D**.

Conforme a OJ nº 140 da SbDI-1 do TST: “Em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, concedido o prazo de 5 (cinco) dias previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.”

Ou seja, o recorrente recolheu insuficientemente as custas, devendo o magistrado abrir prazo para complementação das custas.

QUESTÃO 45 - Em uma audiência inaugural, não comparecendo o reclamante e apresentando seu advogado um atestado médico, sustentou o advogado da empresa reclamada que o atestado seria falso, exibindo fotografias, que haviam sido tiradas há pouco com um celular, do reclamante adentrando um clube de dança que ficava nas redondezas do foro.

Indagado a respeito, o advogado do autor disse não ter requerimento a fazer, deixando ao prudente arbítrio do juízo adotar a medida que entendesse cabível.

O juiz então suspende a audiência, alegando que precisaria estudar por alguns momentos o caso e, sigilosamente, determina ao oficial de justiça que compareça de imediato ao clube de dança e, lá encontrando o reclamante, o intime para depor em seguida, afim de esclarecer os fatos, sob as penas da lei.

A determinação judicial em questão foi:

- a) correta, para instruir o incidente;
- b) correta, para dar seguimento à audiência, superando a questão;
- c) correta, para averiguação, mas desnecessária quanto ao depoimento;
- d) errada, pois as fotografias já comprovavam a falsidade do atestado;
- e) errada, porque não cabe ao Juiz determinar depoimento pessoal nessa fase processual.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**.

O direito processual do trabalho é regido pelo princípio da busca da verdade real. O juiz, buscando averiguar a verdade dos fatos, pode determinar que o oficial de justiça intime a parte para depor sobre os fatos ali discutidos.



QUESTÃO 46 – Em determinada reclamação trabalhista, na oportunidade de defesa, a empresa confessa dever todos os títulos nos valores reclamados, exceto um deles.

O reclamante recusa, porém, a conciliação e pretende prosseguir quanto ao título contestado. O juiz julga então extintos com julgamento de mérito os títulos reconhecidos e fixa prazo para que a empresa deposite os valores desses títulos.

A empresa efetua o depósito dos valores determinados, mas se opõe ao seu levantamento pelo reclamante. O juiz decide na sequência:

- a) não liberar o dinheiro, porque o processo ainda não tinha sido julgado por inteiro;
- b) não liberar o dinheiro, porque a execução em questão seria provisória;
- c) não liberar o dinheiro, porque tratar-se-ia de execução de tutela provisória;
- d) liberar o dinheiro, já que a execução é definitiva;
- e) liberar o dinheiro, porque isso é admitido na execução provisória de parcelas alimentares.

Comentários

A questão trata sobre o julgamento parcial de mérito.

A alternativa correta é a **Letra D**,

O julgamento parcial de mérito consta do art. 356 do CPC: “O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles”

Uma das hipóteses para julgamento parcial de mérito é quando parcela dos pedidos se mostrar incontroverso. No caso, a parte depositou e não recorreu da decisão, tornando-a incontroversa. Na ausência de recurso nesta fase, ocorre o trânsito em julgado, cabendo a execução definitiva.

QUESTÃO 47 – Tendo o oficial de justiça penhorado um relógio do devedor, de marca internacional muito famosa e cara, opõe o mesmo devedor embargos à execução, alegando ser o bem impenhorável, já que se trataria de mera réplica, sem valor comercial e de uso pessoal, por apego meramente sentimental.

Realizada a perícia no bem, concluiu o perito ser o relógio uma falsificação bem elaborada, cujo valor naquela oportunidade não saberia precisar.

Diante dessa perícia, deve o juiz julgar:

- a) procedentes os embargos e mandar liberar o bem;
- b) procedentes os embargos e mandar substituir a penhora, sem liberação imediata do relógio;
- c) procedentes os embargos e mandar substituir a penhora, com liberação imediata do relógio;
- d) extintos os embargos sem exame de mérito e não liberar o relógio.
- e) improcedentes os embargos, sem liberação do relógio.

Comentários

A questão trata sobre embargos à execução.

A alternativa correta é a **Letra C**, pois trata-se de bem impenhorável, conforme art. 833, III, do CPC: “III - os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor;”

No entanto, há possibilidade de outra interpretação: o perito afirma que não sabe precisar o valor do item. Dessa forma, o gabarito também pode ser a Letra E.

Sugere-se o recurso.

QUESTÃO 48 – O recurso ordinário da decisão que denega a homologação ao acordo extrajudicial em jurisdição voluntária proposto em conjunto por trabalhador e empresa:

- a) pode ser firmado pelos advogados de ambas as partes;
- b) só é cabível em caso de vício na decisão, uma vez que esta é de natureza discricionária;
- c) não dispensa as contrarrazões da parte recorrida, por imposição do contraditório;



d) não é cabível, já que a decisão em questão não é terminativa, e o processo deverá prosseguir até a sentença de mérito;

e) não está sujeita a preparo, se ambas as partes requereram a gratuidade de Justiça, desde que a empresa tenha declarado sua miserabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**, jurisprudência do TST entende inclusive que pode ser interposto somente por uma das partes: “De acordo com o disposto no art. 855-B da CLT, inserido pela Lei nº 13.467/2017, no processo de homologação de acordo extrajudicial, exige-se que a apresentação da petição inicial se dê de forma conjunta, não havendo qualquer previsão quanto à atuação conjunta também em sede recursal. Logo, não há qualquer impedimento legal à interposição, por apenas uma das partes, de recurso ordinário em face de sentença que não homologou o acordo trazido à Justiça do Trabalho. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido ” (RR-12014-77.2019.5.15.0011, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 24/03/2023)

QUESTÃO 49 – Em relação às modificações operadoras pela Lei n. 13.467/2017 no processo do trabalho, é correto afirmar:

a) foi extinto o impulso oficial da execução;

b) foi proibida a intervenção de terceiros por determinação judicial;

c) foi aberta a possibilidade de homologação de acordo extrajudicial no curso da execução;

d) na sentença de arquivamento, a condenação em custas teve alterado o prazo para a certificação de sua exigibilidade;

e) passou-se a admitir a sucumbência de ambas as partes, salvo para os beneficiários da justiça gratuita.

Comentários

A questão trata sobre vedação de vinculação de receitas de impostos.

A alternativa correta é a **Letra D**, conforme art. 844, §2º e §3º, da CLT: “O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. (...) 2º Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consolidação, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável. § 3º O pagamento das custas a que se refere o § 2º é condição para a propositura de nova demanda.”

QUESTÃO 50 – Ao cumprir mandado de penhora contra uma determinada empresa, o oficial de justiça certificou que estava inativa e que não encontrou bens passíveis de satisfazer a execução, a não ser algumas joias que estavam à vista em um cofre aberto. Tendo uma sócia da empresa alegado que as joias eram propriedade particular dela, porém, sem apresentar comprovação naquele momento, o oficial de justiça lavrou o auto de penhora contra a empresa juntou-o aos autos, nomeando a sócia como fiel depositária. Esta opôs então embargos de terceiro, alegando ser parte ilegítima no processo e comprovando com as notas fiscais a propriedade das joias. Intimada a falar sobre os embargos, a exequente apresenta petição, requerendo a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, em desfavor da sócia em questão, requerendo ainda em tutela cautelar a manutenção da penhora. Ouvida, a sócia declarou que não haveria prova do desvio de finalidade na sua gestão da empresa nem qualquer outro fundamento que autorizasse a sua responsabilização.

Concluso os autos para decisão, cabe ao juiz:

a) julgar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica e manter cautelar a penhora;



- b) julgar procedentes os embargos, liberar a penhora e diferir a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica;
- c) julgar improcedentes os embargos e converter em diligencia o julgamento do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica;
- d) julgar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e, se for procedente, determinar nova penhora e julgar extintos os embargos com julgamento de mérito, liberando as joias;
- e) extinguir tanto os embargos quanto o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica por falta de cabimento, uma vez que a sócia responderá em qualquer caso.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**, conforme o §2º do art. 855-A da CLT: “A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)”

QUESTÃO 51 - Em determinada audiência, comparece para depor uma testemunha que não falava o idioma nacional, tratando-se de idioma com pouquíssimos falantes no país. Por coincidência, dominando-o o juiz fluentemente, resolve então dispensar intérprete e prosseguir com a oitiva da testemunha. O advogado da empresa insurgiu-se imediatamente contra essa decisão do juiz, dizendo que ela seria arbitrária e que as partes ficariam a depender das traduções e interpretações do juiz, sem saber se eram ou não fidedignas. Disse ainda que não participaria da audiência, se assim prosseguisse o juiz, sem nomear intérprete, e retirou-se da sala em seguida.

Quanto à conduta do advogado, é correto afirmar que foi:

- a) errada quanto ao intérprete;
- b) certa quanto ao intérprete;
- c) errada quanto ao Intérprete e abusiva quanto à saída da sala;
- d) certa quanto ao Intérprete e também quanto à saída, para obrigar o juiz a adiar a audiência;
- e) errada quanto ao intérprete e prejudicial à parte que assistia.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**, pois o magistrado ser intérprete quebra a imparcialidade. De forma que não é possível ao magistrado ser o próprio intérprete da demanda, cabendo-o nomear alguém. Além disso, não pode o advogado ausentar-se da sala sem autorização do magistrado, pois a este cabe o poder de polícia nas audiências.

QUESTÃO 52 - Duas empresas foram condenadas solidariamente a satisfazer as obrigações da primeira para com determinada trabalhadora. Ambas apresentam recursos ordinários, em separado. A primeira discute a extensão da condenação e a natureza dos títulos devidos. A segunda empresa, por sua vez, alega ser parte manifestamente ilegítima, já que seria uma empresa estrangeira, sem sede no país, sujeita às leis de seu país de origem e, por isso, com total autonomia em relação à primeira litisconsorte passiva. Apresentam uma guia de custas paga pela primeira empresa e uma guia de depósito recursal no valor vigente, recolhida está em nome da segunda empresa.

Ao exercer o juízo de admissibilidade prévio, o juiz deve:

- a) negar seguimento ao recurso da primeira empresa e dar prosseguimento ao da segunda;
- b) dar prosseguimento a ambos;
- c) negar seguimento ao segundo e dar prosseguimento ao primeiro dos recursos;
- d) trancar ambos os recursos;
- e) não decidir a questão, remetendo os autos ao Tribunal.

Comentários



A questão trata sobre depósito recursal.

A alternativa correta é a **Letra A**, conforme Súmula nº 128, III, do TST: “Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide”.

Assim, a segunda empresa efetuou o depósito recursal mas pediu sua exclusão da lide, não aproveitando este depósito à primeira empresa.

QUESTÃO 53 – A respeito do processo legislativo e das competências de Estados-membros e Municípios, considerando o texto da Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) a iniciativa para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos é privativa do chefe do Poder Executivo, admitidas emendas parlamentares, mesmo que implique aumento de despesa prevista no projeto de lei;

b) é constitucional emenda à lei orgânica do Município criando vantagem remuneratória aos servidores públicos municipais, com aumento de despesa, não implicando afronta à iniciativa privativa chefe do Poder Executivo para edição de normas que disponham sobre o aumento de remuneração dos servidores públicos;

c) o presidente da República poderá retirar medida provisória submetida à apreciação do Congresso Nacional nas situações em que, após sua edição, deixaram de existir os motivos de Relevância e urgência que a justificavam;

d) é constitucional a edição de medidas provisórias pelos Estados, desde que o instrumento esteja expressamente previsto na Constituição Estadual, com a observância dos princípios e limitações impostas pelo modelo adotado na Constituição da República de 1988;

e) a previsão em Constituição Estadual de iniciativa popular para apresentação de propostas de emendas constitucionais no processo de reforma da respectiva Constituição é incompatível com o Art. 60 da Constituição da República de 1988, pois viola o princípio da simetria no processo legislativo ao ampliar o rol de legitimados para a iniciativa de emenda constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**, conforme o decidido pelo STF na ADI 2.391: “No julgamento da ADI 425, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 19.12.03, o Plenário desta Corte já havia reconhecido, por ampla maioria, a constitucionalidade da instituição de medida provisória estadual, desde que, primeiro, esse instrumento esteja expressamente previsto na Constituição do Estado e, segundo, sejam observados os princípios e as limitações impostas pelo modelo adotado pela Constituição Federal, tendo em vista a necessidade da observância simétrica do processo legislativo federal.”

A alternativa A está incorreta, o STF no Tema de Repercussão Geral 686 decidiu que é inconstitucional a emenda parlamentar que implique aumento de despesa em projeto de iniciativa reservada ao Poder Executivo.

A alternativa B está incorreta, segundo a tese fixada no STF no Tema de RG 223: “É inconstitucional, por afrontar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a normatização de direitos dos servidores públicos em lei orgânica do Município.”

A alternativa C está incorreta, conforme o decidido na ADI 2.984: “Porque possui força de lei e eficácia imediata a partir de sua publicação, a medida provisória não pode ser "retirada" pelo presidente da República à apreciação do Congresso Nacional. (...) Como qualquer outro ato legislativo, a medida provisória é passível de ab-rogação mediante diploma de igual ou superior hierarquia. (...) A revogação da medida provisória por outra apenas suspende a eficácia da norma ab-rogada, que voltará a vigorar pelo tempo que lhe reste para apreciação, caso caduque ou seja rejeitada a medida provisória ab-rogente. Consequentemente, o ato revocatório não subtrai ao



Congresso Nacional o exame da matéria contida na medida provisória revogada. [ADI 2.984 MC, rel. min. Ellen Gracie, j. 4-9-2003, P, DJ de 14-5-2004.]”

A alternativa E está incorreta, conforme o decidido pelo STF na ADI 825: “A iniciativa popular de emenda à Constituição Estadual é compatível com a Constituição Federal, encontrando fundamento no art. 1º, parágrafo único, no art. 14, II e III e no art. 49, VI, da CF/88. Embora a Constituição Federal não autorize proposta de iniciativa popular para emendas ao próprio texto, mas apenas para normas infraconstitucionais, não há impedimento para que as Constituições Estaduais prevejam a possibilidade, ampliando a competência constante da Carta Federal. STF. Plenário. ADI 825/AP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 25/10/2018 (Info 921).”

QUESTÃO 54 - Considerando o texto da Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito dos direitos e deveres Individuais e coletivos, é correto afirmar que:

a) o cabimento da ação popular é condicionado à alegação e demonstração de prejuízo material aos cofres públicos, pois o Art.58, Inciso LXXI, da Constituição da República de 1988 define a legitimidade de qualquer cidadão para a sua proposição, porém limita seu objeto à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe;

b) são compatíveis com o Art. 5º, XIII, da Constituição de Republica de 1988, que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, a exigência de garantia para o exercício da profissão de leiloeiro e a proibição do exercício de comércio, previstas nos Arts. 6º a 8º e 36 do Decreto n. 21.981/1932;

c) o indeferimento da matrícula em cursos de reciclagem de vigilante e a recusa de registro do respectivo certificado de conclusão, em razão da existência de inquérito ou ação penal sem o trânsito em julgado de sentença condenatória, são compatíveis com o princípio da presunção de inocência, que deve ser interpretado de forma a preservar a segurança da sociedade quando se tratar de atividade exercida com porte de arma;

d) o condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa não ofende o direito assegurado no Art. 5º, XX, da Constituição da República de 1988, pois seu alcance deve ser interpretado à luz dos princípios da boa-fé e da vedação ao enriquecimento sem causa;

e) é compatível com os incisos IX e XIII do Art. 5º da Constituição da República de 1988 a exigência de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, bem como o pagamento de anuidade, para o exercício da profissão de músico, pois o direito ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é condicionado ao atendimento das qualificações profissionais e exigências que a lei estabelecer.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**, conforme o decidido pelo STF na ADPF 419: “2. As restrições dispostas no art. 36, “a”, §§ 1º e 2º, do Decreto 21.981/1932, perseguem fins legítimos de interesse público, na medida em que, dada a relevância das atribuições de leiloeiros, relacionadas à administração da hasta pública e à alienação dos bens de terceiros, visam a coibir conflitos de interesse, ou seja, a garantir a atuação profissional proba, livre de ingerências que possam comprometer o desempenho de suas funções.” e no Tema 455 de RG: “A exigência de garantia para o exercício da profissão de leiloeiro, prevista nos artigos 6º a 8º do Decreto 21.981/1932, é compatível com o artigo 5º, XIII, da CF/1988.”

A alternativa A está incorreta, pois cabe ação popular para anulação de atos lesivos contra quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos, conforme art. 1º da Lei nº 4.717/65: “Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos



Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos”

A alternativa C está incorreta, conforme o decidido pelo STF no Tema 1171: “Violam o princípio da presunção de inocência o indeferimento de matrícula em cursos de reciclagem de vigilante e a recusa de registro do respectivo certificado de conclusão, em razão da existência de inquérito ou ação penal sem o trânsito em julgado de sentença condenatória”

A alternativa D está incorreta, conforme o decidido pelo STF no Tema 922: “É inconstitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa”

A alternativa E está incorreta, conforme o decidido pelo STF no Tema 738: “É incompatível com a Constituição a exigência de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, bem como de pagamento de anuidade, para o exercício da profissão.”

QUESTÃO 55 – A respeito dos órgãos do Poder Judiciário e suas competências, considerando o texto da Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discutem o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário, pois o Art. 114, inciso III, da Constituição da República de 1988 estabelece a competência para as ações sobre a representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

b) compete à Justiça do Trabalho julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas, pois a competência prevista no Art. 114, incisos I e II, da Constituição da República de 1988 se define com base no regime de contratação;

c) compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar ação rescisória proposta pela União com o objetivo de desconstituir sentença transitada em julgado proferida por juiz estadual em causa não abrangida pela competência delegada prevista no Art. 108, §3º, da Constituição da República de 1988, mesmo quando afetar interesses de órgão federal, pois compete à Justiça prolatora da decisão rescindenda julgar a ação rescisória;

d) compete ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais sobre o regime disciplinar dos magistrados, cujas decisões terão efeito vinculante;

e) compete à Justiça do Trabalho o julgamento das ações de interdito proibitório em que se busca garantir o livre acesso de funcionários e de clientes às agências bancárias interditadas em decorrência de movimento grevista de trabalhadores da iniciativa privada.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**, conforme Súmula Vinculante nº 23: “A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada. “

A alternativa A está incorreta, conforme o decidido pelo STF no Tema 994: “Compete à Justiça comum processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.”



A alternativa B está incorreta, conforme o decidido pelo STF no Tema 544: “A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.”

A alternativa C está incorreta, conforme o decidido pelo STF no Tema 775: “Compete ao Tribunal Regional Federal processar ação rescisória proposta pela União com o objetivo de desconstituir sentença transitada em julgado proferida por juiz estadual, quando afeta interesses de órgão federal.”

A alternativa D está incorreta, porque o artigo 111-A, §2º, II, não faz menção a poderes correicionais como atribuição do CSJT: “o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.”

QUESTÃO 56 - Considerando a Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, é correto afirmar que:

a) é cabível ação direta de inconstitucionalidade ajuizada originariamente perante o Supremo Tribunal Federal impugnando abstratamente lei municipal, por alegada ofensa a normas da Constituição da República de 1988 que não são de reprodução obrigatória pelos Estados-membros;

b) é cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada originariamente no Supremo Tribunal Federal contra lei municipal, por alegada violação a preceito fundamental da Constituição da República de 1988, ensejando controle concentrado de constitucionalidade da norma municipal pelo Supremo Tribunal Federal;

c) a declaração de inconstitucionalidade de lei pelo Supremo Tribunal Federal, em controle abstrato, não gera efeitos repristinatórios de restauração das normas revogadas pela lei declarada inconstitucional, salvo determinação expressa no acórdão, em modulação dos efeitos da decisão;

d) considerando que se trata de ente federativo peculiar, ao qual são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, é cabível ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal, ajuizada originariamente perante o Supremo Tribunal Federal;

e) a revogação ou alteração substancial, mesmo que implique exaurimento da eficácia dos dispositivos questionados, não prejudica a tramitação e não implica perda de objeto da ação direta de inconstitucionalidade em andamento no Supremo Tribunal Federal, que deve prosseguir para julgamento final do mérito.

A alternativa correta é a **Letra B**, conforme o art. 1º da Lei nº 9.882/99: “A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;”

A alternativa A está incorreta, pois a ADI não se presta a impugnar ato normativo municipal, somente federal e estadual, conforme art. 102, I, “a”, da CF: “a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;”

A alternativa C está incorreta, pois a declaração de inconstitucionalidade opera efeitos ex tunc, gerando efeitos repristinatórios.



A alternativa D está incorreta, conforme Súmula nº 642 do STF: “Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.” A alternativa E está incorreta, conforme o decidido na ADI 951: “Há jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal no sentido de que a revogação da norma cuja constitucionalidade é questionada por meio de ação direta enseja a perda superveniente do objeto da ação.” e na ADI 4.939: “A jurisprudência do STF é firme no sentido de que a intercorrência de revogação da norma impugnada gera a prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade, em decorrência da perda superveniente do objeto.”

QUESTÃO 57 - A respeito dos princípios da isonomia e não discriminação nas relações de trabalho, considerando o texto da Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) é incompatível com o princípio da isonomia a fixação da remuneração do trabalho do preso em valores inferiores ao do salário mínimo previsto no art. 7º, IV, da Constituição da República de 1988, pois o fato de estar preso não justifica a diferenciação dos trabalhadores livres;

b) os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada;

c) lei estadual que fixa piso salarial regional e exclui de sua incidência os contratos de aprendizagem é incompatível com a Constituição da República de 1988, pois afronta o princípio da isonomia e o disposto no Art. 7º, inciso XXX, que proíbe a diferença de salários por motivo de idade;

d) o fato de os trabalhadores portuários avulsos sujeitarem-se a um regime de exploração diferenciado daqueles trabalhadores portuários com vínculo permanente torna legítima a diferenciação entre eles quanto ao adicional de risco, que não é devido aos trabalhadores avulsos mesmo quando implementadas as condições legais que ensejam o pagamento aos trabalhadores com vínculo permanente;

e) é cabível, com base no princípio da isonomia, a equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada), desde que ambos desempenhem a mesma função, na mesma localidade e com igual produtividade e perfeição técnica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme RE 778889: “Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.”

A alternativa A está incorreta, conforme a ADPF 336/DF: “O patamar mínimo diferenciado de remuneração aos presos previsto no art. 29, caput, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP) não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário-mínimo prevista no art. 7º, IV, da Constituição Federal. STF. Plenário. ADPF 336/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 27/2/2021.”

A alternativa C está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “Não viola a Constituição Federal a exclusão dos aprendizes do rol de beneficiados por piso salarial regional. STF. Plenário. ADI 6223/SP, Rel. Min. Edson Fachin, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 22/10/2021.”

A alternativa D está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “Sempre que for pago ao trabalhador com vínculo permanente, o adicional de riscos é devido, nos mesmos termos, ao trabalhador portuário avulso. O art. 7º, XXXIV, da CF/88 tem nítido caráter protetivo da igualdade



material. Se há o pagamento do adicional de riscos como direito do trabalhador portuário com vínculo permanente que labora em condições adversas, essa previsão também deve ser reconhecida aos trabalhadores portuários avulsos submetidos às mesmas condições. STF. Plenário. RE 597124/PR, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 3/6/2020 (Repercussão Geral – Tema 222).”

A alternativa E está incorreta, conforme jurisprudência do STF: ““A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas. (RE 635546, Relator(a): Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2021).”

QUESTÃO 58 - De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) até que seja promulgada lei complementar regulamentando o inciso I do art. 7º da Constituição da República de 1988, a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa fica limitada aos termos do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

b) é incompatível com a Constituição da República de 1988 a responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidente de trabalho, independentemente da natureza da atividade desenvolvida habitualmente pelo trabalhador ou de previsão em lei ordinária, pois a norma do art. 7º, XXVIII, prevê a obrigação de indenizar quando incorrer em dolo ou culpa;

c) é compatível com os arts. 7º, V, e 8º, I, da Constituição da República de 1988, norma de lei estadual que determina a participação do governo do Estado nas negociações entre entidades sindicais de trabalhadores e empregadores para definição dos pisos salariais das categorias;

d) o parágrafo único do art. 7º da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 72/2013, assegura à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos a adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas e a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;

e) a concessão de intervalos para repouso e alimentação durante a jornada de trabalho de seis horas é incompatível com o sistema de turnos ininterruptos de revezamento e o descaracteriza para efeitos do art. 7º, XIV, da Constituição da República de 1988.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme art. 10, II, do ADCT: “Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato; b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.”

A alternativa B está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “O art. 927, parágrafo único, do Código Civil é compatível com o art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, sendo constitucional a responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida, por sua natureza, apresentar exposição habitual a risco especial, com potencialidade lesiva, e implicar ao trabalhador ônus maior do que aos demais membros da coletividade. STF. Plenário. RE 828040/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 12/3/2020 (repercussão geral – Tema 932).”

A alternativa C está incorreta, conforme ADI 4364: “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei complementar estadual que fixa piso salarial para certas categorias. Pertinência temática. Conhecimento integral da ação. Direito do trabalho. Competência legislativa privativa da União



delegada aos Estados e ao Distrito Federal. Lei Complementar federal nº 103/2000. Alegada violação ao art. 5º, caput (princípio da isonomia), art. 7º, V, e art. 114, § 2º, da Constituição. Inexistência. Atualização do piso salarial mediante negociação coletiva com a participação do Governo do Estado de Santa Catarina. Violação ao princípio da autonomia sindical. Inconstitucionalidade formal. Procedência parcial. (...) 7. A parte final do parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 459/2009, ao determinar a participação do Governo do Estado de Santa Catarina nas negociações entre as entidades sindicais de trabalhadores e empregadores para atualização dos pisos salariais fixados na referida lei complementar, ofende o princípio da autonomia sindical (art. 8º, I, CF/88) e extrapola os contornos da competência legislativa delegada pela União. As negociações coletivas devem ocorrer com a participação dos representantes dos empregadores e dos trabalhadores, sem intromissão do governo (princípio da negociação livre). Ao criar mecanismo de participação estatal compulsória nas negociações coletivas, o Estado de Santa Catarina legisla sobre direito coletivo do trabalho, não se restringindo a instituir o piso salarial previsto no inciso V do art. 7º da Constituição Federal. 8. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente.”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 7º, parágrafo único, da CF: “São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social”. Observe que não estão incluídos no rol os incisos XIV (jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva) e XXIII (adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei).

A alternativa E está incorreta, conforme Súmula 675 do STF: “Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas não descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento para o efeito do art. 7º, XIV, da Constituição.”

QUESTÃO 59 - Considerando os direitos individuais e sociais trabalhistas na Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) a gestante possui direito à estabilidade no emprego desde que o empregador tenha ciência do estado gravídico em momento anterior ao da despedida motivada;**
- b) é incompatível com o Art. 7º, XI, da Constituição da República de 1988, norma de Constituição Estadual que preveja a participação de empregados na diretoria de empresas públicas ou de sociedades de economia mista, mesmo quando observar os parâmetros da legislação federal;**
- c) o termo inicial do período da licença-maternidade prevista no Art. 7º, XVIII, da Constituição da República de 1988, pode se dar entre o vigésimo oitavo dia antes do parto e a ocorrência deste, mediante atestado médico apresentado pela empregada, sendo irrelevante a data da alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe;**
- d) é compatível com o Art. 7º, XXIX, da Constituição da República de 1988, norma legal que fixa o cancelamento do registro ou cadastro no órgão gestor de mão de obra como marco inicial do prazo prescricional para ações relativas aos créditos decorrentes de trabalho avulso portuário;**
- e) é incompatível com o Art. 7º, XI, da Constituição da República de 1988, norma legal que determina a observância de diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo nas negociações coletivas para a participação nos lucros e resultados pelos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.**



Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme ADI 5132: “A disposição relativa ao termo inicial do prazo prescricional a que submetido o trabalhador avulso, prevista no art. 37, § 4º, da Lei nº 12.815/2013, é compatível com a Constituição Federal. STF. Plenário. ADI 5132/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, redator do acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 26/3/2021.”

A alternativa A está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “A incidência da estabilidade prevista no art. 10, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa. (...) O único requisito exigido é de natureza biológica. Exige-se apenas a comprovação de que a gravidez tenha ocorrido antes da dispensa arbitrária, não sendo necessários quaisquer outros requisitos, como o prévio conhecimento do empregador ou da própria gestante. Assim, é possível assegurar a estabilidade à gestante mesmo que no momento em que ela tenha sido demitida pelo empregador ele não soubesse de sua gravidez. STF. Plenário. RE 629053/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 10/10/2018 (repercussão geral).”

A alternativa B está incorreta, conforme ADI 1167/DF: “É constitucional norma originária da Lei Orgânica do DF que preveja que “a direção superior das empresas públicas, autarquias, fundações e sociedades de economia mista terá representantes dos servidores”. A Lei Orgânica do DF é uma manifestação do poder constitucional derivado decorrente, ou seja, ela possui o mesmo status jurídico ostentado pelas Constituições estaduais. STF. Plenário. ADI 1167/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 19/11/2014.”

A alternativa C está incorreta, conforme ADI 6327: “O termo inicial da licença-maternidade e do respectivo salário-maternidade começa a partir da alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, o que ocorrer por último, quando o período de internação exceder as duas semanas previstas no art. 392, §2º, da CLT, e no art. 93, §3º, do Decreto n.º 3.048/99. STF. Plenário. ADI 6327. MC-Ref, Relator Min. Edson Fachin, julgado em 03/04/2020.”

A alternativa E está incorreta, conforme ADI 5417 do STF: “É constitucional a determinação de que a participação de trabalhadores nos lucros ou resultados de empresas estatais deve observar diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo ao qual as entidades estejam sujeitas. STF. Plenário. ADI 5417/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 4/12/2020.”

QUESTÃO 60 - Considerando os princípios e Institutos das ordens econômica e social na Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) é compatível com o princípio da livre iniciativa lei estadual que exige dos supermercados que mantenham empregados próprios ou terceirizados que executem a função de empacotador, pois amparada no objetivo da busca do pleno emprego;
- b) o cumprimento da função social da propriedade rural resta configurado quando atendidos, simultaneamente, os requisitos de aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, não sendo exigível exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, por ausência de previsão constitucional;
- c) é compatível com o princípio da livre iniciativa, a liberdade de exercício de atividade econômica e o Art. 7º, IV, da Constituição da República de 1988, norma legal que exige integralização de capital social mínimo para abertura de empresa, em valor estabelecido em determinado número de salários mínimos;
- d) é incompatível com os princípios constitucionais da livre iniciativa e livre concorrência a edição de lei para estímulo a empresas que invistam em pesquisa e pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho;



e) o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, previsto no Art. 227 da Constituição da República de 1988, não abrange direito à proteção especial de garantia de direitos previdenciários e trabalhistas e de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme ADI 4637: “A exigência de integralização do capital social por empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), no montante previsto no art. 980-A do Código Civil, com redação dada pelo art. 2º da Lei nº 12.441/2011, não viola a regra constitucional que veda a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim e também não configura impedimento ao livre exercício da atividade empresarial. STF. Plenário. ADI 4637, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 04/12/2020.”

A alternativa A está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “São inconstitucionais as leis que obrigam supermercados ou similares à prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras, por violação ao princípio da livre iniciativa (art. 1º, IV e art. 170 da CF/88). STF. Plenário. ADI 907/RJ, Rel. Min. Alexandre de Moraes, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, julgado em 1º/8/2017 (Info 871). STF. Plenário. RE 839950/RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 24/10/2018 (repercussão geral).”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 186, caput e incisos I a IV da CF: “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 218, § 4º, da CF: “A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 227, § 3º, incisos II e III, da CF: “ O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;”

QUESTÃO 61 - Considerando a constitucionalização do Direito do Trabalho e as normas e princípio de Direito Coletivo do Trabalho na Constituição da República de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal é correto afirmar que:

a) a ampla legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender em Juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam abrange apenas a fase de conhecimento do processo, de modo que somente podem promover as liquidações e execuções de sentença mediante expressa autorização individual dos substituídos;

b) a intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo;

c) a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica é inconstitucional, pois afronta o princípio do livre acesso à Justiça e a norma do Art. 8º, III, da Constituição da República de 1988, que assegura ao sindicato legitimidade para defesa dos interesses da categoria em juízo;

d) é incompatível com o Art. 8º da Constituição da República de 1988 a criação de sindicatos de empregados de entidades sindicais, pois os organismos sindicais não formam uma



categoria econômica e não possuem representação sindical, o que inviabiliza a celebração de convenções coletivas de trabalho;

e) o princípio da unicidade sindical consta expressamente nas Constituições brasileiras a partir de 1946, sendo que o texto do Art. 8º, inciso II, da Constituição Federal de 1988 reproduz norma da Constituição Federal de 1967, com redação atribuída pela Emenda Constitucional de 1969.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme Tema 638 do STF, no RE 999435: “A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para dispensa em massa de trabalhadores que não se confunde com a autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.”

A alternativa A está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos. STF. Plenário. RE 883.642/AL, Rel. Ministro Presidente, julgado em 18/06/2015 (Repercussão Geral - Tema 823)”

A alternativa C está incorreta, conforme Tema 841 do STF, no RE 1002295: “É constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, conforme o artigo 114, § 2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004.”

A alternativa D está incorreta, conforme ADI 3890: “Os empregados de entidades sindicais podem associar-se entre si para a criação de entidade de representação sindical própria. STF. Plenário. ADI 3890/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 7/6/2021.”

A alternativa E está incorreta, pois o princípio da unicidade sindical foi introduzido no ordenamento jurídico pátrio em 1939, por meio do Decreto-Lei nº 1.402, e reafirmando na CLT (art. 516). Contudo, sua previsão no texto constitucional somente se deu com a promulgação da CF/88 (art. 8, II), não havendo norma constitucional nesse sentido nas Constituições de 1946 e 1967/69, mencionadas pela assertiva.

QUESTÃO 62 - A sociedade limitada X contratou a locação de uma loja no Shopping Center Y, a ser construído, com a finalidade de dar início a suas atividades empresariais. Tanto a construção do shopping quanto a locação de suas lojas são de responsabilidade da Construtora W, que se obrigou a entregar a obra pronta em doze meses. Ocorre que a Construtora W descumpriu sua obrigação relativa à construção do shopping, identificando-se no caso o inadimplemento absoluto por impossibilidade da entrega da loja e, por consequência, a impossibilidade de cumprir as obrigações relativas à locação. Tornando-se impossível o início de suas atividades empresariais, a sociedade limitada X ingressou com ação indenizatória, em face da construtora W, cujo pedido foi de reparação dos danos sofridos, em decorrência de inadimplemento contratual que a impediu de obter faturamento próprio.

Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) o inadimplemento contratual obriga a construtora W a indenizar a sociedade limitada quanto aos danos emergentes provados, isto é, aqueles relativos ao que relativamente perdeu;**
- b) além dos danos emergentes, a sociedade limitada X faz jus à indenização pelos lucros cessantes, cuja quantificação independe do início da sua atividade empresarial;**
- c) os lucros cessantes em caso de descumprimento de obrigação contratual assumida pela construtora W para a entrega do imóvel são presumidos;**



d) além dos lucros cessantes e danos emergentes, a sociedade limitada faz jus à indenização por perda da chance, proporcional à expectativa quanto à probabilidade de auferir lucro na exploração da atividade.

e) é devida a compensação pelos danos morais *in re ipsa* sofridos pela sociedade limitada X, decorrente do inadimplemento contratual e da frustração pelo início das atividades empresariais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois, conforme o já decidido pelo STJ no REsp 1.750.233/SP, em se tratando de atraso de obra de edifício com unidade adquirida na planta, tendo como vítima empresa a ser instalada no empreendimento, não há presunção de ocorrência de danos, devendo estes serem provados, seja os lucros cessantes, seja os danos emergentes, conforme art. 402 do CC: "Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.". Veja-se o trecho relevante da ementa do julgado acima citado: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. CONDENAÇÃO EM LUCROS CESSANTES. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. FIXAÇÃO DO VALOR DEVIDO PELA PERDA DA CHANCE. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. PESSOA JURÍDICA QUE NUNCA EXERCEU ATIVIDADE EMPRESARIAL. LAUDO PERICIAL BASEADO EM DANO HIPOTÉTICO. LUCROS CESSANTES NÃO COMPROVADOS. JULGAMENTO: CPC/15. [...] 8. Especificamente quanto à hipótese dos autos, o entendimento desta Corte é no sentido de não admitir a indenização por lucros cessantes sem comprovação e, por conseguinte, rejeitar os lucros hipotéticos, remotos ou presumidos, incluídos nessa categoria aqueles que supostamente seriam gerados pela rentabilidade de atividade empresarial que sequer foi iniciada. [...] (REsp n. 1.750.233/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 5/2/2019, DJe de 8/2/2019).".

A alternativa B está incorreta, pois, conforme julgado acima citado, a configuração de lucros cessantes depende do início da atividade empresarial, não cabendo indenização por lucros hipotéticos, remotos ou presumidos. A conclusão amolda-se, inclusive, ao texto do art. 403 do CC: "Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.".

A alternativa C está incorreta, pois, conforme acórdão acima citado, os lucros cessantes pelo atraso da entrega de imóvel no qual funcionaria estabelecimento empresarial, não são presumidos; ao revés, dependem de prova de sua efetiva ocorrência, cujo ônus é do autor da ação, para seu ressarcimento.

A alternativa D está incorreta, pois não é possível que se cumule, pelo mesmo fato, indenização por lucros cessantes e perda de uma chance, já que esta última é instituto intermediário entre o dano emergente e o lucro cessante, conforme precedente acima citado.

A alternativa E está incorreta, pois, em se tratando de pessoa jurídica, é possível que esta sofra danos morais (Súmula 227, do STJ: "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral"), mas estes não são presumidos, já que se exige a demonstração de efetiva ofensa à imagem e reputação da empresa (honra objetiva). Nesse sentido: "CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE DANOS MORAIS. OFENSAS A PESSOA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCP. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. EFEITO SUBSTITUTIVO. APELAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 2. Embora a decisão agravada tenha consignado que o Tribunal estadual não havia se pronunciado expressamente quanto à alegada exigência de prova impossível, destacou que o colegiado local



teria decidido a lide de forma suficiente, na medida em que se amparou no entendimento de que a condenação por danos morais à pessoa jurídica não dispensa a comprovação efetiva do dano. [...] (AgInt no AREsp n. 1.979.923/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 26/9/2022, DJe de 28/9/2022.)".

QUESTÃO 63 - A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica é aplicada quando:

- a) for exigida do credor a prova de fraude ou de abuso do direito imputado ao sócio administrador da sociedade, conforme previsto no Art. 50 do Código Civil;**
- b) o credor comprova a existência de confusão patrimonial, desde que esta seja reconhecida por meio da obtenção ilícita de valores no patrimônio do administrador sócio da sociedade;**
- c) com base no Art. 50 do Código Civil, o administrador que não integra o quadro societário da empresa for pessoalmente responsabilizado pelos danos sofridos pelos credores da pessoa jurídica;**
- d) reconhecida a responsabilização dos sócios da pessoa jurídica, ainda que não haja insolvência da pessoa jurídica nem fraude comprovada, o patrimônio dos sócios for suficiente para pagar as dívidas dos credores daquela;**
- e) o consumidor demonstra o estado de insolvência do fornecedor, ou a sua personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento de seus danos, conforme o Art. 28, parágrafo 5º, do Código de Defesa do Consumidor.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a prova da fraude ou abuso do direito importa na aplicação da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, conforme art. 50, *caput*, do CC: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

A alternativa B está incorreta, pois a exigência de que o credor comprove a confusão patrimonial reconhecida por meio da obtenção ilícita de valores no patrimônio do administrador sócio da sociedade, envolve a aplicação da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, conforme art. 50, §2º, II, do CC: " Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: [...] II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; [...]".

A alternativa C está incorreta, pois só cabe a responsabilização do administrador não sócio na desconsideração da personalidade jurídica nos casos de aplicação da teoria maior da responsabilidade, conforme expressa redação do art. 50, *caput*, do CC. Nesse sentido, veja-se o acórdão citado no Informativo 754 do STJ: "RECURSO ESPECIAL (ART. 105, INC. III, "a" e "c", da CRFB/88) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ACOLHIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INSURGÊNCIA DOS ADMINISTRADORES NÃO-SÓCIOS. TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - AUSÊNCIA DE PREVISÃO NORMATIVA ESPECÍFICA PARA APLICAÇÃO DO § 5º DO ART. 28 AOS ADMINISTRADORES NÃO-SÓCIOS - IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. [...] Com efeito, dada especificidade do parágrafo em questão, e as consequências decorrentes de sua aplicação - extensão da responsabilidade obrigacional -, afigura-se inviável a adoção de uma interpretação extensiva, com a atribuição da abrangência apenas prevista no artigo 50 do Código Civil, mormente no que concerne à responsabilização de



administrador não sócio. [...] (REsp n. 1.860.333/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 11/10/2022, DJe de 27/10/2022.)

A alternativa D está incorreta, pois a hipótese descrita é de corresponsabilidade solidária dos sócios por dívida societária, o que dispensa a desconsideração da personalidade jurídica. Pode-se citar como exemplos: a) o trespasse de estabelecimento empresarial, se o alienante deixar de explorar seu objeto (art. 133, I, do CTN: "Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;"); b) dívidas que envolvem o valor pela integralização do capital social não efetivada (art. 1.052 do CC: "Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."). A alternativa E está correta, pois o art. 28, §5º, do CDC, conforme acórdão acima citado, positiva uma das hipóteses de aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, justamente porque não se exige a prova de fraude, abuso da personalidade ou confusão patrimonial (teoria maior), bastando prova de insolvência do devedor original. Veja-se o texto legal: "Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores."

QUESTÃO 64 - João, que contratou o seguro de seu carro com a seguradora X, sofre acidente automobilístico cujo sinistro estava coberto pela apólice securitária. João acionou a seguradora em seguida, requerendo o pagamento do prêmio, o que foi prontamente concedido.

Considerando que João é qualificado como consumidor para fins da relação jurídica constituída com a seguradora, o prazo prescricional para que a seguradora X possa exercer sua pretensão frente ao causador do dano é de:

- a) cinco anos, com base no Código Civil, pois seria o prazo para o exercício do direito de regresso da seguradora frente ao causador direto do dano;**
- b) cinco anos, com base no Código de Defesa do Consumidor, pois o contrato de seguro se constitui como uma relação de consumo;**
- c) três anos, com base no Código Civil, pois o segurador sub-roga-se nos direitos do segurado, podendo buscar o ressarcimento frente ao terceiro causador do dano;**
- d) um ano, com base no Código Civil, pois seria o prazo para a pretensão do segurador contra o segurado;**
- e) um ano, com base no Código Civil, pois seria o prazo para a pretensão da reparação civil.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois, segundo entendimento do STJ, o prazo prescricional para ajuizamento, por parte da seguradora, de ação de regresso contra o causador do dano, é de 03 anos contados do efetivo pagamento da indenização ao segurado, conforme previsão do art. 206, §3º, V, do CC: "Prescreve: [...] §3º Em três anos: [...] V - a pretensão de reparação civil; [...]". Veja-se, nesse sentido: "DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. REPARAÇÃO CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. TERMO INICIAL. DATA EM QUE EFETUADO O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. [...] 4. O termo inicial do prazo prescricional do direito de a seguradora pleitear a indenização do dano causado por terceiro ao segurado é a data em que foi efetuado o pagamento da indenização securitária, sendo indiferente, para fins de contagem do início de fluência do prazo



prescricional, a data de venda do salvado (sucata). [...] (REsp n. 1.705.957/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 20/9/2019.)".

A alternativa B está incorreta, pois, em que pese o contrato de seguro se configurar como relação de consumo (art. 3º, §2º, do CDC), não há relação jurídica entre o segurador e o causador do dano, o que afasta a aplicação do CDC ao caso, tratando-se de hipótese de responsabilidade extracontratual (aquiliana). Veja-se o texto do dispositivo legal citado: "Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista."

A alternativa C está correta, pois, o prazo prescricional é de 03 anos, conforme art. 206, §3º, V, do CC e precedente acima citado, além do que, ao pagar a dívida do causador do dano, ocorre a sub-rogação dos direitos do credor satisfeito para a seguradora, na condição de terceira interessada, conforme art. 346, III, do CC: "A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor: [...] III - do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte..

A alternativa D está incorreta, pois o prazo de 01 ano é aplicado para as pretensões indenizatórias entre segurado e segurador e vice versa, conforme art. 206, §1º, II, do CC: "a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo: a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador; [...]".

A alternativa E está incorreta, pois, conforme art. 206, §3º, V, do CC, a pretensão de reparação civil (extracontratual ou aquiliana) prescreve em 03 anos.

QUESTÃO 65 - João contratou compromisso de compra e venda de imóvel com Maria, assumindo a obrigação de pagamento de dez parcelas de igual valor. Após o pagamento de três parcelas devidas, João tornou-se inadimplente e o contrato foi resolvido. Constava no contrato cláusula penal prevendo a perda integral dos valores pagos. Indignado com o que denominou "desproporção da sanção", João requereu judicialmente a declaração de invalidade da cláusula penal, sob o argumento de que estariam comprovados os elementos caracterizadores da lesão.

Sobre o caso descrito, é correto afirmar que:

- a) está configurada a lesão, defeito do negócio jurídico que gera a nulidade da cláusula penal, pois está presente o elemento da desproporção manifesta das obrigações assumidas;**
- b) a previsão contratual da cláusula penal compensatória é inválida, independente de sua manifesta desproporção, pois está prevista em contrato de compra e venda de imóvel;**
- c) para caracterizar a lesão, João deve provar a existência de desproporção manifesta entre as obrigações constituídas e a sua inexperiência, que não pode ser presumida, ou a premente necessidade de contratar;**
- d) tratando-se de contrato de compra e venda de imóvel entre particulares, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, que prevê, em seu Art. 51, II, a nulidade de cláusula que subtraia ao consumidor o reembolso de quantia já paga;**
- e) a cláusula penal compensatória, permite à Maria exigir de João o pagamento integral dos valores já pagos, ainda que João comprove a manifesta desproporção entre as parcelas e sua inexperiência.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois para a configuração como defeito do negócio jurídico, além da desproporção entre as prestações, deve o contratante demonstrar que se encontrava em premente necessidade ou não tinha experiência suficiente para a celebração do negócio com plena consciência de suas consequências, o que afetaria sua autonomia da vontade, tudo conforme art.



157 do CC: "Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta."

A alternativa B está incorreta, pois não há qualquer vedação legal à previsão de cláusula penal moratória em contrato de compra e venda de imóvel, em especial, quando o pagamento em dividido em parcelas, sendo a hipótese da cláusula penal moratória, inclusive, expressamente prevista no art. 409 do CC: "A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora."

A alternativa C está correta, pois se encontra em perfeita consonância ao texto do art. 157 do CC. Nesse sentido, precedente do STJ citado no Informativo 653 do referido Tribunal: "RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL ENTRE PARTICULARES. RESCISÃO DO CONTRATO. VALORES PAGOS. PERDA INTEGRAL. PREVISÃO EM CLÁUSULA PENAL. VALIDADE. NEGÓCIO JURÍDICO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. PROPOSIÇÃO DO PROMITENTE COMPRADOR. ALEGAÇÃO DE INVALIDADE. IMPOSSIBILIDADE. PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. [...] 3. Para a caracterização do vício de lesão, exige-se a presença simultânea de elemento objetivo - a desproporção das prestações - e subjetivo - a inexperiência ou a premente necessidade, que devem ser aferidos no caso concreto. 4. Tratando-se de negócio jurídico bilateral celebrado de forma voluntária entre particulares, é imprescindível a comprovação dos elementos subjetivos, sendo inadmissível a presunção nesse sentido. 5. O mero interesse econômico em resguardar o patrimônio investido em determinado negócio jurídico não configura premente necessidade para o fim do art. 157 do Código Civil. 6. Na hipótese em apreço, a cláusula penal questionada foi proposta pelos próprios recorrentes, que não comprovaram a inexperiência ou premente necessidade, motivo pelo qual a pretensão de anulação configura comportamento contraditório, vedado pelo princípio da boa-fé objetiva. 7. Recurso especial não provido. (REsp 1723690/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 12/08/2019)."

A alternativa D está incorreta, pois, em se tratando de compra e venda entre particulares, não se aplica o CDC, porque a configuração de uma das partes como fornecedor exige habitualidade ("desenvolvimento de atividade"), conforme o previsto no art. 3º, *caput*, do CDC: "Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços."

A alternativa E está incorreta, pois, nesse caso, em que ser possível a fixação de multa limitada ao valor total da obrigação, conforme art. 412, do CC, seria possível a revisão do contrato tanto pela presença da lesão quanto com base no dever de o juiz revisar contratos com cláusulas penais manifestamente desproporcionais ou em casos de cumprimento parcial da obrigação, conforme art. 413 do CC. Veja-se os textos dos referidos dispositivos legais: art. 412: "O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal". Art. 413: "A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio."

QUESTÃO 66 - A sociedade limitada X contrata empréstimo bancário com o Banco Y. Maria, sócia da sociedade limitada X, voluntariamente concede em garantia ao empréstimo contratado o imóvel único no qual mantém moradia com sua família, por meio de constituição de alienação fiduciária. Inadimplente a sociedade limitada X, o Banco Y, credor fiduciário, executa a garantia que recai sobre o imóvel, consolidando a propriedade resolúvel em seu favor.



A respeito do caso, é correto afirmar que:

- a) a impenhorabilidade do bem de família prevalece sobre a alienação fiduciária em garantia, ainda que livremente pactuada entre Maria e o Banco Y;**
- b) tal como na hipoteca, é presumido o benefício à entidade familiar de Maria na contratação de empréstimo bancário pela sociedade limitada X, gravado de garantia fiduciária;**
- c) a alienação fiduciária em garantia é inválida por tratar-se de bem de família a garantia ofertada, não tendo sido os valores obtidos com o empréstimo feitos em favor do imóvel ou da unidade familiar;**
- d) dado que a alienação fiduciária em garantia foi livremente pactuada, o imóvel pertencente à entidade familiar é impenhorável, tendo em vista que não se aplicam às exceções do Art. 3º, da Lei nº 8.009/1990;**
- e) o inadimplemento do contrato de empréstimo bancário pela sociedade limitada X, consolida a propriedade imóvel em nome do Banco Y, independentemente da natureza do bem dado em garantia por meio da alienação fiduciária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois, em que pese ser irrenunciável a proteção ao bem de família legal, este não é inalienável, pelo que pode ser objeto de alienação fiduciária em garantia, até mesmo porque a oferta do bem para este negócio e posterior alegação de sua impenhorabilidade ofende a boa fé objetiva. Nesse sentido, já decidiu o STJ, conforme precedente citado em seu Informativo 664: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E NULIDADE DA CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE. IMÓVEL INDICADO COMO GARANTIA DE CONTRATO DE MÚTUO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PROTEÇÃO DO BEM DE FAMÍLIA. DESCABIMENTO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REQUERIDA POR PESSOA JURÍDICA DIVERSA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. IRREGULARIDADE INSANÁVEL. NULIDADE RECONHECIDA. AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR. 1. A proteção legal conferida ao bem de família pela Lei n. 8.009/90 não pode ser afastada por renúncia do devedor ao privilégio, pois é princípio de ordem pública, prevalente sobre a vontade manifestada (AgRg nos EREsp 888.654/ES, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Seção, julgado em 14.03.2011, DJe 18.03.2011). 2. Nada obstante, à luz da jurisprudência dominante das Turmas de Direito Privado: (a) a proteção conferida ao bem de família pela Lei nº 8.009/90 não importa em sua inalienabilidade, revelando-se possível a disposição do imóvel pelo proprietário, inclusive no âmbito de alienação fiduciária; e (b) a utilização abusiva de tal direito, com evidente violação do princípio da boa-fé objetiva, não deve ser tolerada, afastando-se o benefício conferido ao titular que exerce o direito em desconformidade com o ordenamento jurídico. 3. No caso dos autos, não há como afastar a validade do acordo de vontades firmado entre as partes, inexistindo lastro para excluir os efeitos do pacta sunt servanda sobre o contrato acessório de alienação fiduciária em garantia, afigurando-se impositiva, portanto, a manutenção do acórdão recorrido no ponto, ainda que por fundamento diverso. [...] (REsp n. 1.595.832/SC, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 29/10/2019, DJe de 4/2/2020.). Logo, até mesmo em razão do princípio da especialidade, não prevalece a impenhorabilidade sobre a alienação fiduciária, o que demonstra a incorreção da alternativa.

A alternativa B está incorreta, pois só é possível a penhora de bem de família legal, gravado com hipoteca em face de dívida de sociedade empresária, sendo este de propriedade de um dos sócios da sociedade, se o credor provar que a crédito concedido foi revertido em proveito da entidade familiar, numa interpretação restritiva do texto do art. 3º, V, da Lei 8.009/1990: "A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: [...] V - para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar". Nesse sentido, precedente citado no Informativo



627 do STJ: "PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. BEM DE FAMÍLIA OFERECIDO EM GARANTIA HIPOTECÁRIA PELOS ÚNICOS SÓCIOS DA PESSOA JURÍDICA DEVEDORA. IMPENHORABILIDADE. EXCEÇÃO. ÔNUS DA PROVA. PROPRIETÁRIOS. 1. O art. 1º da Lei n. 8.009/1990 instituiu a impenhorabilidade do bem de família, haja vista se tratar de instrumento de tutela do direito fundamental à moradia da família e, portanto, indispensável à composição de um mínimo existencial para uma vida digna, ao passo que o art. 3º, inciso V, desse diploma estabelece, como exceção à regra geral, a penhorabilidade do imóvel que tiver sido oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar. 2. No ponto, a jurisprudência desta Casa se sedimentou, em síntese, no seguinte sentido: a) o bem de família é impenhorável, quando for dado em garantia real de dívida por um dos sócios da pessoa jurídica devedora, cabendo ao credor o ônus da prova de que o proveito se reverteu à entidade familiar; e b) o bem de família é penhorável, quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado, sendo ônus dos proprietários a demonstração de que a família não se beneficiou dos valores auferidos. 3. No caso, os únicos sócios da empresa executada são os proprietários do imóvel dado em garantia, não havendo se falar em impenhorabilidade. 4. Embargos de divergência não providos. (EAREsp n. 848.498/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 25/4/2018, DJe de 7/6/2018.). Assim, só haveria benefício presumido em favor da entidade familiar se o empréstimo se desse pela pessoa física dos cônjuges, ou se ambos fossem os sócios da pessoa jurídica devedora, o que não pode ser inferido pela leitura do enunciado da questão.

A alternativa C está incorreta, pois, conforme precedente acima citado (REsp n. 1.595.832/SC), não há nulidade na alienação fiduciária em garantia de bem de família, visto que a impenhorabilidade não importa em inalienabilidade do bem, aplica-se o princípio da especialidade ao caso, e deve ser obedecida a autonomia da vontade e protegida a boa fé objetiva.

A alternativa D está incorreta, pois o imóvel pode ser objeto do procedimento extrajudicial de expropriação previsto nos artigos 26, *caput* e 27, *caput*, da Lei 9.514/1997. Veja-se o texto dos referidos dispositivos legais: "Art. 26 - "Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário"; art. 27 - " Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário, no prazo de trinta dias, contados da data do registro de que trata o § 7º do artigo anterior, promoverá público leilão para a alienação do imóvel.". Veja-se que a alternativa confunde os procedimentos, visto que, neste caso, não há execução judicial e, assim, não há que se falar em penhora, mas em consolidação da propriedade e ulterior leilão extrajudicial do bem que passar a ser de propriedade do credor.

A alternativa E está correta, pois, conforme artigos 26 e 27 da Lei 9514/1997 e REsp n. 1.559.348/DF, o inadimplemento do contrato de empréstimo bancário pela sociedade, consolida a propriedade imóvel em nome do credor, independentemente da natureza do bem dado em garantia por meio da alienação fiduciária, já que a impenhorabilidade do bem de família legal não importa em sua inalienabilidade, além da aplicação do princípio da especialidade e da boa fé objetiva.

QUESTÃO 67 - Por meio de manifestação de vontade expressa, Maria declara que será doado imóvel de sua propriedade a João "quando ele manifestar seu interesse".

Sobre a cláusula aposta à manifestação de vontade, é correto afirmar que é condição:

- a) puramente potestativa, vedada pelos Arts. 115 e 122 do Código Civil.**
- b) simplesmente potestativa, portanto válida, pois estipulada em benefício do credor.**
- c) puramente potestativa, pois confere ao devedor a prerrogativa de impedir a eficácia do negócio jurídico.**
- d) defesa, pois priva de todo efeito o ato jurídico pretendido.**



e) ilícita, pois subordina a eficácia do negócio jurídico à vontade exclusiva de uma das partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois, em primeiro lugar, o art. 115 do CC não se aplica ao tema, já que trata da matéria "representação". Veja-se o texto do dispositivo legal: "Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado." Pode se inferir, porém, que o examinador quis citar o texto do art. 115 do CC/1916, cuja redação era a seguinte: "São lícitas, em geral, todas as condições, que a lei não vedar expressamente. Entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o ato, ou o sujeitarem ao arbítrio de uma das partes.". De qualquer forma, a remissão ao dispositivo legal equivocado torna a alternativa incorreta.

Em segundo lugar, o enunciado não trata de condição puramente potestativa (aquela cujo implemento fica ao exclusivo arbítrio de uma das partes), prevista no art. 122 do CC: "São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.". Veja-se que a proibição legal envolve a seriedade da avença e a proteção à boa fé objetiva, protegendo-se, ainda, a estabilidade das relações jurídicas, já que sua previsão prejudicaria o credor. Já o caso narrado no enunciado é de condição simplesmente potestativa, porque estipula em benefício do credor, o qual escolherá o momento da efetivação do negócio jurídico por sua aceitação ao bem ofertado em doação, reproduzindo-se caso concreto já julgado pelo STJ, conforme precedente citado no Informativo 735: "DIREITO CIVIL. CONTRATOS. CONDIÇÃO SUSPENSIVA MERAMENTE POTESTATIVA. VALIDADE. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA RETOMADA DO JULGAMENTO DAS APELAÇÕES. [...] 2. Discute-se nos autos a validade de estipulação que conferia ao credor a possibilidade de exigir, "tão logo fosse de seu interesse", a transferência da propriedade de imóvel. 3. O art. 122 do CC/02 (correspondente ao art. 115 do CC/16) proíbe as condições puramente potestativas, assim compreendidas como aquelas que sujeitam a eficácia do negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes, comprometendo a seriedade do acordo e depondo contra a boa-fé objetiva. 4. No caso, a estipulação assinalada mais se assemelha a termo incerto ou indeterminado do que, propriamente, a condição potestativa. 5. E mesmo admitindo tratar-se de condição, seria de rigor verificar quem ela beneficiava (credor e devedor), não havendo falar, por isso, em falta de seriedade na proposta ou risco à estabilidade das relações jurídicas. 6. Ademais, foi estatuída em consideração a uma circunstância fática alheia à vontade das partes: o resultado de uma determinada ação judicial (usucapião), havendo, assim, interesse juridicamente relevante a justificar sua estipulação. 7. Desse modo a condição não seria inútil ou inconveniente e, em consequência, pode ser considerada válida, até mesmo para efeito de impedir a fluência do prazo prescricional. 8. Recurso especial provido com determinação de retorno dos autos à origem para prosseguir no julgamento dos recursos de apelação. (REsp n. 1.990.221/SC, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 3/5/2022, DJe de 13/5/2022.).

Destaca-se, ainda, que a doação é negócio jurídico bilateral, já que depende de aceitação do donatário, a teor do previsto no art. 539 do CC: "O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que aceitou, se a doação não for sujeita a encargo.". Isso demonstra que não há qualquer invalidade na cláusula narrada no enunciado da questão.

Assim, como a letra B é a única que atende às conclusões do precedente, todas as demais são incorretas.



QUESTÃO 68 – A Constituição da República de 1988 (Art. 227) estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Tendo em vista os princípios relacionados a esse tema, é INCORRETO afirmar que:

a) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ainda em vida, excluídos os herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça;

b) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial;

c) a mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos em lei;

d) à permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior Interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;

e) a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**.

A alternativa se encontra em desacordo com o teor do artigo 27 da Lei nº 8.069/90 (ECA): “O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.”

A letra B está correta, com base no que dispõe o art. 19, § 4º, da Lei nº 8.069/90 (ECA): “Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.”

A letra C está correta, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90 (ECA): “A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei.”

A letra D está correta, conforme se depreende da leitura do art. 19, § 2º, da Lei nº 8.069/90 (ECA): “A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.”

A letra E está correta, nos termos do art. 18-A, caput, da Lei nº 8.069/90 (ECA): “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos



executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”.

QUESTÃO 69 – A Lei nº 11.788/2008 dispõe sobre as relações de estágio, definindo-o como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Considerando os dispositivos legais, é correto afirmar que:

- a) o educando deverá ser inscrito e contribuir como segurado especial do Regime Geral de Previdência Social;**
- b) o número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá ser de 10% para empresas com mais de vinte e cinco empregados;**
- c) são obrigações das Instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos, entre outras, exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a um ano, de relatório das atividades;**
- d) o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso, sendo considerado estágio obrigatório aquele definido como tal no projeto do curso, sendo a carga horária requisito facultativo para aprovação e obtenção de diploma;**
- e) a manutenção de estagiários em desconformidade com a Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária, e a instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade ficará impedida de receber estagiários por dois anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Dispõe o art. 15, lei nº 11.788/08: “A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.”

A letra A está incorreta, com base no que dispõe o § 2º do art. 12 da lei nº 11.788/08: “Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.”

A letra B está incorreta, nos termos do art. 17, IV, da lei nº 11.788/08: “O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções: [...] IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.”

A letra C está incorreta, conforme se depreende da leitura do art. 7º, IV, da lei nº 11.788/08: “São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos: [...] IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;”

A letra D está incorreta, nos termos do art. 2º, § 1º, da lei nº 11.788/08: “O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. §1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.”



QUESTÃO 70 – Considerando as normas relativas ao contrato de aprendizagem, é correto afirmar que:

- a) em qualquer hipótese, o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos;
- b) a duração do trabalho do aprendiz não excederá cinco horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de Jornada;
- c) a validade do contrato de aprendizagem prescinde de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, devendo ser provada a matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e de inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;
- d) é considerada causa para a extinção do contrato de aprendizagem o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;
- e) contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito por prazo determinado ou indeterminado, em que o empregador se compromete a assegurar, ao maior de 14 e menor de 24 anos inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Dispõe o art. 433, I, da CLT: “O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses: I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;”

A letra A está incorreta, sob o fundamento do 428, § 3º, da CLT: “O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.”

A letra B está incorreta, nos termos do Art. 432, da CLT: “A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.”

A letra C está incorreta, conforme se depreende da leitura do Art. 428, § 1º, da CLT: “A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

A letra E está incorreta, nos termos do Art. 428, da CLT: “Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.”

QUESTÃO 71 - O atual Código de Processo Civil dedica alguns artigos ao que denominou Normas Fundamentais do Processo, demonstrando, inclusive, o fenômeno da constitucionalização do direito processual.



Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) o processo civil rege-se pelo princípio dispositivo e o processo começa a se desenvolver apenas por iniciativa da parte;
- b) sob pena de malferir o princípio da imparcialidade, o Juiz não deve apontar as partes eventuais deficiências formais do processo para permitir as devidas correções;
- c) embora as partes tenham o direito de obter em prazo razoável a solução integral do processo (CPC, Art. 49), nosso direito processual civil não admite o contraditório diferido;
- d) a proibição de decisão surpresa, conforme previsto no Art. 10 do Código de Processo Civil, não se aplica quando a matéria sobre a qual o juiz deva decidir seja de ordem pública ou possa ser conhecida de ofício;
- e) ao alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu, em sintonia com os princípios da primazia da decisão de mérito, da cooperação e da boa-fé processual, indicar, sempre que tiver conhecimento, o sujeito passivo da relação jurídica discutida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois o próprio Código de Processo Civil é expresso em mencionar exceções a serem previstas em lei, nos termos do art. 2º: “O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei”.

A alternativa B está incorreta, pois é conferido ao juiz apontar as deficiências formais para que sejam corrigidas, nos termos do art. 139, inc. IX, do Código de Processo Civil: “O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) IX - determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais”.

A alternativa C está incorreta, pois o Código de Processo Civil admite o contraditório diferido em algumas situações, como, a título de exemplo, o previsto no art. 9º: “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência; II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III ; III - à decisão prevista no art. 701”.

A alternativa D está incorreta, pois, mesmo em se tratando de ordem pública, a matéria deverá ser submetida ao contraditório, conforme art. 10º do Código de Processo Civil: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”.

A alternativa E está correta, por se tratar da expressa previsão do art. 339 do Código de Processo Civil: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”.

QUESTÃO 72 - Quanto às regras pertinentes à competência do órgão julgante, à luz da jurisprudência, é correto afirmar que:

- a) não se analisará a ocorrência de conexão ou continência quando suscitadas em exceção de incompetência relativa;
- b) em caso de indeferimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o processo principal deverá sofrer livre distribuição, não estando prevento o juízo que recebeu petição inicial cujo requerimento se limitava à antecipação de tutela;
- c) o princípio do *venire contra factum proprium* veda o comportamento contraditório da parte. E, em sendo assim, não deverá o juízo analisar a alegação de incompetência absoluta em razão da matéria formulada pela parte autora, após fase Instrutória que não lhe favoreça;
- d) qualquer das partes pode pretender a modificação de competência relativa, sendo possível que o órgão jurisdicional, ciente da existência de ação conexa, conheça da questão



de ofício. Quanto à incompetência relativa, pode suscitá-la o réu ou o Ministério Público, este apenas na condição de parte ré;

e) a exceção de incompetência relativa deverá observar o momento processual próprio para sua alegação, enquanto a solicitação de modificação de competência, por conexão ou continência, poderá ser feita mesmo que uma das causas já tenha sido julgada e esteja em execução, mas haja nítida relação de prejudicialidade, como nos casos de ação anulatória de débito fiscal e execução fiscal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a conexão e continência poderão modificar incompetência relativa, nos termos do art. 54 do Código de Processo Civil: “A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência, observado o disposto nesta Seção”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o art. 303, § 6º, do Código de Processo Civil dispõe que caberá ao próprio órgão jurisdicional que negou a concessão da tutela antecipada antecedente determinar a emenda da petição inicial: “Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito”.

A alternativa C está correta, conforme entendimento sedimentado pelo STJ: “(...) o comportamento da recorrente, in casu, viola a proibição do venire contra factum proprium, pois, em um primeiro momento, ela mesma indicou qual seria o órgão competente para o julgamento da causa e, posteriormente, quando tomou ciência da sentença que lhe foi desfavorável, questionou a competência do juízo que prolatou aquela decisão. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.472.899/DF, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 1º.10.2020; AgInt no HC 461.969/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 1º.3.2019; REsp 1.619.289/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 13.11.2017. 2. Ademais, verifica-se que o fundamento do acórdão recorrido quanto à falta de razoabilidade na conduta da recorrente não foi rechaçado nas razões do Recurso Especial, permanecendo esse fundamento incólume, a atrair a incidência do óbice, por analogia, da Súmula 283/STF. 3. Agravo Interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.928.495/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 23/8/2021, DJe de 31/8/2021.)

A alternativa D está incorreta, pois o MP pode suscitar a incompetência também como fiscal da lei, nos termos do art. 65, parágrafo único, do Código de Processo Civil: “Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação. Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar”.

A alternativa E está incorreta, uma vez que, em regra, dois processos não poderão ser reunidos caso um deles tenha sido sentenciado, nos termos do art. 55, §1º, do Código de Processo Civil: “Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. § 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado”.

QUESTÃO 73 - Quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, é correto afirmar que:

a) o princípio da sucumbência sempre deverá ser utilizado com critério determinante para a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios;

b) nas causas em que o valor da condenação se revelar elevado ou for irrisório, poderá o julgador fixar honorários advocatícios por apreciação equitativa;

c) a sentença que liminarmente julgar a pretensão improcedente, na forma do Art. 332 do Código de Processo Civil, deve condenar a parte autora sucumbente em honorários advocatícios;



d) nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor e nas ações civis públicas, a condenação da parte autora, sucumbente, em honorários advocatícios, somente ocorrerá se comprovada a má-fé;

e) a condenação em honorários advocatícios não depende de pedido expresso na petição inicial. Assim, mesmo que omissa a sentença quanto aos honorários advocatícios, o advogado da parte vencedora poderá exigí-los na execução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois há a possibilidade de se fixar honorários advocatícios também com base no critério da causalidade, nos termos do art. 85, § 10º, do Código de Processo Civil: “A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 10. Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo”.

A alternativa B está incorreta. De fato, caso o valor da condenação for irrisório, os honorários poderão ser fixados por meio de apreciação equitativa, nos termos do art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil: “Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º”.

No entanto, o STJ afastou a aplicação da referida disposição em caso de condenação elevado, conforme segue: “(...) 3. A propósito, quando o § 8º do artigo 85 menciona proveito econômico “inestimável”, claramente se refere àquelas causas em que não é possível atribuir um valor patrimonial à lide (como pode ocorrer nas demandas ambientais ou nas ações de família, por exemplo). Não se deve confundir “valor inestimável” com “valor elevado”. 4. Trata-se, pois, de efetiva observância do Código de Processo Civil, norma editada regularmente pelo Congresso Nacional, no estrito uso da competência constitucional a ele atribuída, não cabendo ao Poder Judiciário, ainda que sob o manto da proporcionalidade e razoabilidade, reduzir a aplicabilidade do dispositivo legal em comento, decorrente de escolha legislativa explicitada com bastante clareza” (STJ. Corte Especial. REsp 1850512-SP, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 16/03/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 1076) (Info 730).

A alternativa C está incorreta, na medida em que, uma vez que a parte ré nem mesmo integrou a relação processual, não haveria como se fixar honorários em favor do seu advogado.

A alternativa D está correta, por se tratar de disposição expressa do art. 87 do Código de Defesa do Consumidor: “Nas ações coletivas de que trata este código não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais”, cujo conteúdo se vê refletido igualmente no art. 18 da Lei de Ação Civil Pública.

A alternativa E está incorreta, pois deverá o advogado propor ação própria para requerer os honorários, quando estes não foram fixados na sentença, nos termos do art. 85, § 18º, do Código de Processo Civil: “Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança”.

QUESTÃO 74 - Por petição dirigida ao juízo que proferiu a sentença, Calo pretende a declaração de nulidade da intimação da decisão, afirmando que, surpreendentemente, o ato foi dirigido a advogado que não mais o representava, indicando, inclusive, as folhas dos autos em que se encontrava oportunamente juntado o substabelecimento sem reserva de poderes e outras intimações em nome dos atuais patronos. Diante do ocorrido, requereu que fosse realizada nova intimação, desta feita em nome de seu regular patrono, a fim de que novo prazo lhe fosse concedido para interposição do recurso cabível. Considerando corretas as informações de Caio, deverá o juízo:

a) indeferir o requerimento e, se for o caso, certificar o trânsito em julgado;



- b) obrigatoriamente dar vista à parte contrária antes de decidir sobre o requerimento;**
- c) anular o ato, publicando novamente a sentença;**
- d) proceder à nova e, desta feita, correta intimação da sentença;**
- e) chamar o feito à ordem e reabrir o prazo para a interposição de eventual recurso.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Nos termos do art. 272, § 5º, do Código de Processo Civil, “Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial. (...) § 5º Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade”.

Ademais, cumpre ressaltar a Súmula 427 do TST, segundo a qual “Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo”.

Considerando a nulidade da intimação, referido ato deverá ser refeito, corrigindo-se o advogado destinatário, pelo que a única alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 75 - Na Vara do Trabalho em que se processa a ação de execução fiscal de dívida ativa inscrita, no valor de vinte milhões de reais, a empresa XYZ Ltda. ajuíza ação judicial que denomina "ação declaratória de anulação de auto de infração", em face da União, em que pretende o reconhecimento de nulidade do auto de infração lavrado pela Gerência Regional do Trabalho como consta de processo administrativo. Pretende, ainda e alternativamente, nos termos do que fundamenta na causa de pedir, a redução da multa aplicada, para que se reconheça como devida apenas a quantia de cem mil reais.

De acordo com os dados informados, é correto afirmar que:

- a) os pedidos são de natureza condenatória e a forma de cumulação é sucessiva;**
- b) os pedidos são de natureza declaratória e a forma de cumulação é simples;**
- c) os pedidos são de natureza constitutiva e a forma de cumulação é subsidiária;**
- d) os pedidos são de natureza constitutiva e a forma de cumulação é alternativa;**
- e) os pedidos são de natureza declaratória, constitutiva e condenatória e a forma de cumulação é subsidiária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Segundo a sua natureza, os pedidos podem ser classificados da seguinte forma:

Um pedido de natureza constitutiva e, conseqüentemente, a sentença, tem por fator determinante o “(...) acréscimo da modificação de uma situação jurídica anterior, criando-se uma nova” (DINAMARCO, Cândido Rangel. Et al. Teoria Geral do Processo. 30ª edição. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 322).

Um pedido de natureza declaratória, por sua vez, “(...) visa apenas à declaração da existência ou inexistência da relação jurídica” (DINAMARCO, Cândido Rangel. Et al. Teoria Geral do Processo. 30ª edição. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 320).

Ainda, um pedido de natureza condenatória visa uma decisão que “(...) afirma a existência do direito e sua violação, aplicando a sanção correspondente à inobservância da norma reguladora do conflito de interesse” (DINAMARCO, Cândido Rangel. Et al. Teoria Geral do Processo. 30ª edição. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 322).

Quanto aos tipos de cumulação do pedido, tem-se:

Verifica-se cumulação sucessiva “(...) quando os exames dos pedidos guardam entre si um vínculo de precedência lógica: o acolhimento de um pedido pressupõe o acolhimento do anterior” (DIDIER



JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. 17ª ed. Editora JusPodivm: Salvador, 2016. p. 576).

A cumulação simples, por sua vez, verifica-se quando “(...) as pretensões não têm entre si relação de precedência lógica (pedido prejudicial ou preliminar), podendo ser analisadas uma independentemente da outra” (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. 17ª ed. Editora JusPodivm: Salvador, 2016. p. 576).

Por fim, a cumulação subsidiária está prevista no art. 326, caput, do Código de Processo Civil, segundo o qual: “É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior”.

A cumulação alternativa está disciplinada no art. 326, parágrafo único, do Código de Processo Civil, segundo o qual “É lícito formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles”.

Assim, quanto ao caso concreto apresentado na questão em comento, no que tange ao pedido, verifica-se uma natureza constitutiva (na sua modalidade desconstituição), uma vez que a anulação de auto de infração, bem como a redução da multa, é uma modificação de uma situação anterior.

No que tange ao tipo de cumulação de pedidos, tem-se a sua modalidade subsidiária, na medida em que o pedido de redução da multa só será apreciado caso indeferido o pedido de anulação do auto de infração.

Pelo exposto, tem-se como única opção correta a letra C.

QUESTÃO 76 - O atual Código de Processo Civil disciplina a formação do processo e sua extinção, bem como aspectos específicos sobre a concessão da tutela antecipada.

Considerando as normas legais em vigor, é correto afirmar que:

a) ao prever a reunião para julgamento conjunto de processos que possam gerar risco de decisões conflitantes, o CPC autoriza o órgão julgador, em juízo de conveniência e para evitar demora de processamento da segunda demanda, a receber aditamento de pedido e de causa de pedir até saneamento do processo;

b) concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, cuja petição inicial limitou-se a tal requerimento e à indicação do pedido de tutela final, deverá o autor promover o aditamento com a complementação de sua argumentação, bem como providenciar a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em quinze dias, caso não haja prazo maior fixado;

c) no que se refere ao procedimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, cuja petição inicial limitou-se a tal requerimento e à indicação do pedido de tutela final, não há previsão legal para se admitir a emenda da petição inicial, caso o órgão jurisdicional entenda que não há elementos para a concessão do pedido;

d) a desistência da ação, independentemente de oferecida a contestação, a desistência do recurso, ainda que já apresentadas as contrarrazões, e a renúncia ao direito de recorrer constituem negócios jurídicos unilaterais não receptivos e, portanto, não dependentes de aceitação da parte contrária;

e) oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu. Entretanto, a extinção do processo sem resolução de mérito somente estará autorizada se a parte autora, intimada por meio do Diário de Justiça, na pessoa de seu advogado, não promover os atos e as diligências que lhe incumbir.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da assertiva está de acordo com o art. 55, § 3º, do Código de Processo Civil, segundo o qual “Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos



separadamente, mesmo sem conexão entre eles”. No entanto, a segunda parte da assertiva está incorreta, vez que o aditamento do pedido e da causa de pedir pode ser realizada sem consentimento do réu tão somente até a citação, nos termos do art. 329, inc. I, do Código de Processo Civil: “O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu”.

A alternativa B está correta, conforme art. 303, § 1º, inc. I, do Código de Processo Civil: “Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. § 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo: I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar”.

A alternativa C está incorreta, por haver previsão expressa do prazo para a emenda da petição inicial, nos termos do art. 303, § 6º, do Código de Processo Civil: “Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que a desistência da ação independe da concordância do réu caso não apresentada a contestação, nos termos do art. 485, § 4º, do Código de Processo Civil: “Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação”.

A alternativa E está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta, nos termos do art. 485, § 6º, do Código de Processo Civil, que dispõe: “Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu”. A segunda parte da assertiva está incorreta, na medida em que há mais hipóteses que autorizam a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 77 - No atual microsistema de julgamento de casos repetitivos, a tese firmada permitirá, em outras causas, com a mesma base fático-jurídica e identidade essencial:

- a) ter por causa de pedir, em ação rescisória, a violação de norma jurídica, não ensejando o julgamento de plano pelo relator em conflito de competência;**
- b) o cabimento de reclamação da parte interessada, mas apenas nos casos em que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da decisão impugnada, ainda que a reclamação seja anterior preclusão máxima;**
- c) ao relator, por decisão unipessoal, negar provimento a recurso que for contrário à tese firmada, mas só possibilitará dar provimento ao recurso depois de facultada apresentação de contrarrazões;**
- d) conceder tutela de evidência, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas documentalmentemente, mas não servirá como fundamento para a sentença de improcedência liminar do pedido;**
- e) não submeter ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas não evitará a necessidade da caução para o cumprimento provisório da sentença impugnada que importe no levantamento de depósito em dinheiro.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta, por se tratar de previsão contida no art. 966, § 5º, do Código de Processo Civil: “Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão



proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento”.

No entanto, o relator poderá proceder com o julgamento de plano, nos termos do art. 955, parágrafo único, inc. II, do Código de Processo Civil: “O relator poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, o sobrestamento do processo e, nesse caso, bem como no de conflito negativo, designará um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes. Parágrafo único. O relator poderá julgar de plano o conflito de competência quando sua decisão se fundar em: (...) II - tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que, mesmo havendo o trânsito em julgado, é cabível a reclamação se anterior a ele, por interpretação lógica extraída do art. 988, § 5º, inc. I, do Código de Processo Civil: “É inadmissível a reclamação: I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada”.

A alternativa C está correta, por se tratar de hipóteses previstas no art. 932, inc. IV, alínea b e inc. V, alínea b, do Código de Processo Civil: “Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: (...) b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: (...) b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos”.

A alternativa D está incorreta, por se tratar da hipótese de improcedência liminar do pedido prevista no art. 332, inc. II, do Código de Processo Civil: “Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: (...) II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos”.

A alternativa E está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta, conforme art. 496, § 4º, inc. II, do Código de Processo Civil, segundo o qual: “Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (...) § 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: (...) II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos”. Porém, a segunda parte da assertiva está incorreta, devido ao art. 521, inc. IV, do diploma processual, segundo o qual “A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que: (...) IV - a sentença a ser provisoriamente cumprida estiver em consonância com súmula da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos”.

QUESTÃO 78. Sobre os precedentes judiciais, é correto, afirmar que, como técnica de julgamento:

a) o *overruling* visa demonstrar argumentativamente, por juiz ou por tribunal, como órgãos julgadores, o desgaste ou a superação de determinada razão de decidir, no que tange a sua congruência social e sua integridade sistêmica;

b) o *distinguishing* visa demonstrar de forma argumentativa, unicamente por uma Corte de precedentes, a ausência de identidade fática e jurídica entre os elementos essenciais e relevantes do precedente e do caso em análise;

c) para identificar o que é um *obiter dictum*, deve-se verificar se a decisão permanecerá íntegra e coerente em sua motivação essencial ao se retirar determinado dado argumentativo para a solução do problema jurídico posto;



d) na decisão plural, a *ratio decidendi* a ser adotada como precedente conterà necessariamente todas as *rationes decidendi* que levem a idêntico resultado na parte dispositiva do julgamento;

e) a *ratio decidendi* de um precedente deverá ser identificada nos enunciados de ementas dos acórdãos da Corte de precedentes, e a ausência de demonstração da distinção para a não adoção das razões de decidir do caso piloto importará no reconhecimento da decisão como não fundamentada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conceitua-se *overruling* como “(...) a técnica através da qual um precedente perde a sua força vinculante e é substituído (overruled) por outro precedente. O próprio tribunal, que firmou o precedente, pode abandoná-lo em julgamento futuro, caracterizando o *overruling*.” (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Et. at. Curso de Direito Processual Civil. Vol. II. 10ª ed. Editora JusPodivm: Salvador, 2015. p. 494). Nestes termos, a assertiva está errada, uma vez que não é dado aos juízes em geral fazer uso da *overruling*, tratando-se de atribuição do próprio Tribunais que emanou o precedente.

A alternativa B está incorreta. Verifica-se *distinguishing* quando “(...) houver distinção entre o caso concreto (em julgamento) e o paradigma, seja porque não há coincidência entre os fatos fundamentais discutidos e aqueles que serviram de base à *ratio decidendi* (tese jurídica) constante no precedente, seja porque, a despeito de existir uma aproximação entre eles, alguma peculiaridade no caso em julgamento afasta a aplicação do precedente” (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Et. at. Curso de Direito Processual Civil. Vol. II. 10ª ed. Editora JusPodivm: Salvador, 2015. p. 491). Nestes termos, depreende-se que a assertiva está incorreta pois a análise do *distinguishing* pode ser realizado desde o primeiro grau, não se restringindo aos Tribunais.

A alternativa C está correta. Conceitua-se *obiter dictum* como (...) o argumento jurídico, consideração, comentário exposto apenas de passagem na motivação da decisão, que se convola em juízo normativo acessório, provisório, secundário, impressão ou qualquer outro elemento jurídico-hermenêutico que não tenha influência relevante e substancial para a decisão (...)” (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Et. at. Curso de Direito Processual Civil. Vol. II. 10ª ed. Editora JusPodivm: Salvador, 2015. p. 444). Nestes termos, justamente por se tratar de argumento não determinante para que se chegue à conclusão final, a decisão proferida permanecerá íntegra caso o *obiter dictum* seja retirado da sua fundamentação.

A alternativa D está incorreta, uma vez que, no sistema brasileiro, as decisões colegiadas são agregativas, ou seja, são fruto de soma dos dispositivos dos votos individuais, não precisando ter a mesma fundamentação. Assim, independente do caminho argumentativo que cada membro do colegiado tenha adotado, o que importa, para fins de tomada de decisão, é se a maioria concede ou não o pedido apresentado em juízo.

A alternativa E está incorreta. A *ratio decidendi* conceitua-se como “(...) são fundamentos jurídicos que sustentam a decisão; a opção hermenêutica adotada na sentença, sem a qual a decisão não teria sido proferida como foi” (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Et. at. Curso de Direito Processual Civil. Vol. II. 10ª ed. Editora JusPodivm: Salvador, 2015. p. 442). Assim, a *ratio decidendi* deve ser extraída da lógica propulsora da decisão, o que não se confunde com a ementa da decisão, que se caracteriza por seu um breve resumo das questões submetidas à decisão no caso concreto.

QUESTÃO 79. Sobre a coisa julgada material, é correto afirmar que:

a) o reconhecimento da existência de um fato jurígeno pelo juiz que motivou o resultado de procedência de uma pretensão, impede o reexame do mesmo fato em uma outra ação em que litiguem as mesmas partes.



b) no Código de Processo Civil de 2015, nos termos do Art. 503, a questão preliminar resolvida expressa e incidentalmente no processo pode ter força de lei entre as partes, fazendo coisa julgada material.

c) na sentença líquida, constatado erro de cálculo, admitir-se-á a devida correção de ofício, desde que ainda no prazo recursal. Porém, a correção de erro referente a critérios de cálculo, que constituem fundamentos da decisão, depende de interposição de recurso para sua revisão.

d) nas sentenças determinativas - que decidem relação jurídica de trato continuado, sobrevindo modificação no estado de fato ou de direito, poderá a parte ré ajuizar ação de revisão, o que afasta a ideia de intangibilidade e de imutabilidade da decisão anterior.

e) na hipótese de litisconsórcio necessário simples, a ausência de citação permite ao litisconsorte que não integrou a lide, mesmo após o trânsito em julgado da decisão, propor, como terceiro, simples ação judicial para reconhecer o provimento judicial como ineficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme dispõe o art. 504, inc. II, do Código de Processo Civil: “Não fazem coisa julgada: (...) II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença”.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 503, § 1º, do Código de Processo Civil dispõe sobre questão prejudicial e não preliminar, nos seguintes termos: “A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. § 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, se (...)”

A alternativa C está incorreta, pois poderá haver correção mesmo após o prazo recursal, conforme se extrai do art. 494, inc. I, do Código de processo Civil: “Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que não é dada apenas à parte ré a possibilidade de revisar questões submetidas à relação de trato continuado, tratando-se de faculdade também concedida à parte autora. Referida conclusão se extrai da ausência de limitação do art. 505, inc. I, do Código de Processo Civil: “Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo: I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobrevier modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença”. Pelo que se verifica, não é dado somente ao réu requerer a revisão, pelo que a redação da assertiva seria questionável.

A alternativa E está correta. O art. 115, inc. II, do Código de Processo Civil dispõe: “A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será: I - nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo; II - ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados”. Pela redação colacionada, depreende-se ser já ser ineficaz a sentença, independentemente do seu requerimento em juízo. No entanto, nada impede que o pedido de ineficácia seja objeto de ação autônoma.

QUESTÃO 80. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica é correto afirmar que:

a) nas sociedades em comum, por serem dotadas de personalidade processual – capacidade de ser parte – para que seus sócios sejam responsabilizados, solidária e limitadamente, haverá a necessidade de instauração do incidente de desconsideração da personalidade

b) o inciso II do Art. 790 do Código de Processo Civil, quando estatui que os bens dos sócios, nos termos da lei, estão sujeitos à execução, refere-se à responsabilidade secundária indireta do sócio e, portanto, pressupõe a observância do instituto da desconsideração da personalidade jurídica;



- c) a decisão proferida no processo de conhecimento que afasta a responsabilidade do sócio pela dívida da sociedade, sob o fundamento de não demonstrada a confusão patrimonial, não inibe, na execução, pedido para instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica por outra causa de responsabilização secundária indireta;
- d) considera-se, para efeitos da lei processual, como instaurado o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica quando, desde a petição Inicial, haja pretensão de responsabilidade patrimonial dos sócios;
- e) pelo princípio da eventualidade ou da concentração da defesa, no procedimento incidental de desconconsideração da personalidade jurídica, o sócio (ou a sociedade no caso de desconconsideração inversa) deve defender-se a respeito de todos os pontos relativos à dívida, à correção dos cálculos de liquidação e mesmo sobre a validade do título executivo, sob pena de preclusão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a sociedade em comum não possui personalidade jurídica, respondendo os seus sócios diretamente, independentemente de desconconsideração de personalidade jurídica. Nos termos do art. 990 do Código Civil: “Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que na hipótese do art. 790, inc. II, do Código de Processo Civil prevê situação em que não será necessária a desconconsideração de personalidade jurídica para responsabilização do sócio: “ São sujeitos à execução os bens: (...) II - do sócio, nos termos da lei”.

A alternativa C está correta, uma vez que a desconconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer tanto na fase de conhecimento, quanto na fase de execução, nos termos do art. 134 do Código de Processo Civil: “O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”, não inibindo pedido para instauração de incidente por outra causa de responsabilização secundária indireta.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o pedido de desconconsideração da personalidade jurídica formulado na petição inicial dispensa a instauração do incidente, nos termos do art. 134, § 2º, do Código de Processo Civil: “Dispensa-se a instauração do incidente se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica”.

A alternativa E está incorreta, pois, na hipótese de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, o sócio deverá se ater ao assunto discutido tão somente no incidente, não precisando enfrentar todos os assuntos tratados no processo principal, que, inclusive, será suspenso, nos termos do art. 134, § 3º, do Código de Processo Civil: “A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º”.

QUESTÃO 81 - Quanto aos incidentes na execução, é correto afirmar que:

- a) os embargos à arrematação constituem meio idôneo para desconstituir a arrematação, desde que opostos antes da assinatura do auto;
- b) somente por ação autônoma poderá o executado invalidar a arrematação, quando comprovada a quitação integral de crédito exequendo em data anterior ao leilão;
- c) por simples petição, poder-se-á pretender que a arrematação seja invalidada, desde que provocado o juiz em até dez dias contados do aperfeiçoamento da arrematação;
- d) em ação autônoma é possível o desfazimento da arrematação, mesmo que o arrematante não tenha dada causa ou contribuído para a invalidação da alienação forçada;



e) o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar seu pedido após o início do segundo leilão, desde que, não sendo o lance vil, a proposta contenha oferta de pagamento de pelo menos 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até trinta meses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois os embargos à arrematação, antes vigentes no CPC/73, foram extintos com o CPC/15.

A alternativa B está incorreta. O art. 903, § 4º, do Código de Processo Civil: “Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos. (...) § 4º Após a expedição da carta de arrematação ou da ordem de entrega, a invalidação da arrematação poderá ser pleiteada por ação autônoma, em cujo processo o arrematante figurará como litisconsorte necessário”. O diploma processual exige forma específica de ação autônoma para invalidação da arrematação tão somente após a expedição da carta ou ordem de entrega, pelo que se extrai a possibilidade de se valer de simples petição para situações não enquadradas no referido § 4º. Assim, a assertiva está incorreta, pois a invalidação da arrematação pode se dar por ação autônoma ou simples petição.

A alternativa C está incorreta, pois a invalidação da arrematação pode se dar por ação autônoma ou simples petição, conforme fundamentação da letra B.

A alternativa D está correta, por se tratar de situação prevista no art. 903, § 4º, do Código de Processo Civil: “Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos. (...) § 4º Após a expedição da carta de arrematação ou da ordem de entrega, a invalidação da arrematação poderá ser pleiteada por ação autônoma, em cujo processo o arrematante figurará como litisconsorte necessário”.

A alternativa E está incorreta, pois o pedido poderá ser formulado até início do segundo leilão, nos termos do art. 895, inc. II, do Código de Processo Civil: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (...) II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”.

QUESTÃO 82 - Sobre os embargos de terceiro, é correto afirmar que:

a) diante do que dispõe o atual Código de Processo Civil, embargos de terceiro servem à defesa daquele que sofrer constrição ou ameaça de constrição apenas sobre bens que estejam em sua posse direta ou sobre os quais tenha direito de posse incompatível com o ato construtivo;

b) considera-se terceiro o sócio de sociedade mercantil em que a lei lhe reconhece responsabilidade direta pela dívida da sociedade e que não fez parte de incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

c) embora se admitam embargos de terceiro preventivos, será com a ciência da penhora que se iniciará o prazo decadencial de cinco dias para o seu ajuizamento. Contudo, no processo de conhecimento a defesa do domínio e da posse poderá ocorrer enquanto não transitada em julgado a sentença;

d) não é terceiro e não poderá opor embargos de terceiro o adquirente de coisa litigiosa na condição de sucessor processual. Não sendo admitido como parte no processo, é lícito seu ingresso como assistente litisconsorcial;



e) será competente órgão de primeiro grau de jurisdição para processar e julgar ação de embargos de terceiro, mesmo quando a constrição for determinada em grau de recurso ou for oriunda de ação de competência originária de tribunal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois não há uma limitação dos embargos de terceiros à tutela apenas da posse direta. Conforme art. 674, caput e § 1º, do Código de Processo Civil: “Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constitutivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro. § 1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor”.

A alternativa B está incorreta. De fato, o art. 674, § 2º, inc. III, do Código de Processo Civil que: “Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos: (...) III - quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte”. No entanto, a utilização da desconsideração da personalidade jurídica acima mencionada pressupõe uma responsabilidade indireta da pessoa afetada pela constrição, enquanto que a assertiva afirma que seria terceiro o sócio da sociedade mercantil com responsabilidade direta, pelo que se conclui pela sua incorreção.

A alternativa C está incorreta, pois os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer momento, conforme redação do art. 675 do Código de Processo Civil: “Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta”.

A alternativa D está correta. O art. 109, § 1º, do Código de Processo Civil dispõe: “A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes. § 1º O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária.” Ou seja, havendo concordância da parte contrária, o adquirente poderá suceder no processo, passando a figurar como parte no processo principal, pelo que se tem como desnecessária a oposição de embargos de terceiro.

A impossibilidade de terceiro adquirente se valer de embargos de terceiro encontra-se estampada na jurisprudência do STJ, segundo a qual: “1. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, o adquirente de coisa litigiosa não é parte legítima para embargos de terceiro. Essa posição é relativizada apenas quando demonstrada a boa-fé do adquirente. Precedentes. 1.1. No caso em tela, o Tribunal de origem constatou a boa-fé dos adquirentes, que não poderiam ter ciência da lide, uma vez que não havia averbação na matrícula do imóvel nem constavam como parte no processo os alienantes. Incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ” (STJ, Agint no Resp 1.574.382/MT, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 23/10/2018).

Ademais, não figurando na qualidade de sucessor processual, é dada a possibilidade de o adquirente intervir no processo como assistente litisconsorcial, nos termos do art. 109, § 2º, do Código de Processo Civil: “A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes. (...) § 2º O adquirente ou cessionário poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente”.

A alternativa E está incorreta, uma vez que “Os embargos serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado”, nos termos do art. 676 do Código de Processo Civil.

**QUESTÃO 83 - "A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o Sol nasce**



De madrugada é que as aranha tece no breu
E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu
E o Sol só vem depois
O Sol só vem depois"

Emicida, 2019

Profissões relacionadas ao trabalho reprodutivo (trabalho doméstico e de cuidado) são preponderantemente ocupadas por mulheres, tais como: auxiliares na área de saúde, trabalhadoras domésticas, professoras no ensino infantil, babás, cuidadoras de idosos ou pessoas doentes, trabalhadoras na área de limpeza e conservação. O trabalho reprodutivo é o que assegura a vida e a reprodução social - já parou para pensar quantas pessoas cuidaram para que você pudesse fazer esta prova hoje?

No entanto, em geral, são profissões desvalorizadas e com baixa remuneração. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no 4º trimestre de 2021, 5,7 milhões de pessoas estavam ocupadas em trabalhos domésticos, das quais 92% são mulheres, das quais 65% são negras; 4,2 milhões trabalhavam sem carteira assinada.

À luz da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) da OIT, é correto afirmar que:

a) trabalho doméstico é aquele executado em ou para um ou mais domicílios, como ocupação profissional e de forma não ocasional ou esporádica, no marco de uma relação de trabalho;

b) o conceito de trabalho doméstico na Convenção nº 189 tem como requisito a prestação de serviços por mais de dois dias na semana no âmbito residencial de pessoa ou família;

c) trabalho doméstico é aquele prestado sem objetivo de lucro em ambiente familiar e, por isso, não há exigência de idade mínima;

d) trabalho doméstico não visa ao lucro nem tem caráter profissional e, por isso, não enseja medidas que assegurem a segurança e a saúde no ambiente de trabalho;

e) no contrato de trabalho doméstico, é possível que o empregador retenha os documentos de viagem e de identidade do trabalhador ou trabalhadora migrante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme a previsão do art. 1º da Convenção nº 189 da OIT: “Para o propósito desta Convenção: a. o termo "trabalho doméstico" designa o trabalho executado em ou para um domicílio ou domicílios; b. o termo "trabalhadores domésticos" designa toda pessoa, do sexo feminino ou masculino, que realiza um trabalho doméstico no marco de uma relação de trabalho; c. uma pessoa que executa o trabalho doméstico apenas ocasionalmente ou esporadicamente, sem que este trabalho seja uma ocupação profissional, não é considerada trabalhador doméstico”.

A alternativa B está incorreta, pois a Convenção nº 189 não prevê esse requisito. Em verdade, tal disposição vem expressa no art. 1º da Lei Complementar nº 150 de 2015: “Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei”.

A alternativa C está incorreta, conforme a previsão do art. 4º da Convenção nº 189 da OIT: “1. Todo Membro deverá estabelecer uma idade mínima para os trabalhadores domésticos, em consonância com as disposições da Convenção sobre a Idade Mínima, 1973 (nº 138), e a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (nº 182), idade que não poderá ser inferior à idade mínima estabelecida na legislação nacional para os trabalhadores em geral (...)”.



A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 13 da Convenção nº 189 da OIT: “1. Todo trabalhador doméstico tem direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável. Todo Membro, em conformidade com a legislação e a prática nacionais, deverá adotar medidas eficazes, com devida atenção às características específicas do trabalho doméstico, a fim de assegurar a segurança e saúde no trabalho dos trabalhadores domésticos (...)”. Além disso, o trabalho doméstico tem caráter profissional, conforme exposto no fundamento da alternativa A.

A alternativa E está incorreta, conforme a previsão do art. 9º da Convenção nº 189 da OIT: “1. Cada Membro deverá tomar medidas para assegurar que os trabalhadores domésticos: (...) c. tenham o direito de manter em sua posse seus documentos de viagem e identidade”.

QUESTÃO 84 - "Amou daquela vez como se fosse máquina

Beijou sua mulher como se fosse lógico

Ergueu no patamar quatro paredes flácidas

Sentou pra descansar como se fosse um pássaro

E flutuou no ar como se fosse um príncipe

E se acabou no chão feito um pacote bêbado

Morreu na contramão atrapalhando o sábado"

Chico Buarque, 1971

No mesmo ano em que o Brasil foi tricampeão mundial no futebol (1970), foi também campeão mundial no número de acidentes de trabalho.

O número de acidentes de trabalho e de óbitos deles decorrentes ainda é alto no Brasil, e especialistas afirmam que o índice de subnotificação esconde um volume ainda maior. A segurança e a medicina no trabalho são, portanto, essenciais para garantir a vida saudável e produtiva de quem trabalha.

Sobre a proteção internacional quanto à saúde e medicina do trabalho é correto afirmar que:
a) o Brasil ratificou tanto a Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores (nº 155) quanto a Convenção do Quadro Promocional para a Segurança e Saúde Ocupacional (nº 187);

b) embora o assunto saúde e medicina seja relevante, ele ainda não é considerado um direito fundamental pela OIT;

c) o princípio de um ambiente de trabalho seguro e saudável recentemente passou a ser considerado uma das cinco categorias de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho pela OIT;

d) como a Convenção nº 155 não foi ratificada pelo Brasil, o Estado brasileiro não está comprometido a respeitá-la nem a promovê-la;

e) a Convenção nº 187 foi ratificada pelo Brasil, mas o Estado brasileiro não a vem respeitando.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o Brasil ratificou a Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores (nº 155) mas não ratificou a Convenção do Quadro Promocional para a Segurança e Saúde Ocupacional (nº 187).

A alternativa B está incorreta, pois o direito à segurança e saúde no trabalho foi acrescentado aos Princípios e Direitos Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A alternativa C está correta, pois o direito à segurança e saúde no trabalho foi acrescentado aos Princípios e Direitos Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além dessa nova categoria, já existiam quatro categorias de Princípios e Direitos fundamentais no Trabalho: a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) a eliminação de



todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A alternativa D está incorreta, pois a Convenção nº 155 foi ratificada pelo Brasil e está consolidada no Decreto nº 10.088. Assim, deve o Estado brasileiro respeitá-la e promovê-la.

A alternativa E está incorreta, pois o Brasil não ratificou a Convenção nº 187.

QUESTÃO 85 - Com relação às Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é correto afirmar que:

- a) são tratados particulares, discutidos, aprovados e assinados exclusivamente por representantes dos Estados;**
- b) visam apenas à fixação de vantagens, prestações e contraprestações recíprocas, como outros tratados internacionais;**
- c) buscam universalizar as normas de proteção ao trabalho, com a incorporação no direito interno dos Estados-membros;**
- d) têm destinatários certos e a adesão só pode se dar no momento da aprovação da Convenção em Assembleia Geral;**
- e) o descumprimento de uma convenção da OIT por alguma das partes prejudica o cumprimento pelas demais, uma vez que compromete a execução do tratado como um todo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. As Convenções da OIT são tratados internacionais e, conforme a previsão do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT): "(...) 5. Tratando-se de uma convenção: a) será dado a todos os Estados-Membros conhecimento da convenção para fins de ratificação; b) cada um dos Estados-Membros compromete-se a submeter, dentro do prazo de um ano, a partir do encerramento da sessão da Conferência (ou, quando, em razão de circunstâncias excepcionais, tal não for possível, logo que o seja, sem nunca exceder o prazo de 18 meses após o referido encerramento), a convenção à autoridade ou autoridades em cuja competência entre a matéria, a fim de que estas a transformem em lei ou tomem medidas de outra natureza".

A alternativa B está incorreta, pois afirma o preâmbulo da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT): "Considerando que existem condições de trabalho que implicam, para grande número de indivíduos, miséria e privações, e que o descontentamento que daí decorre põe em perigo a paz e a harmonia universais, e considerando que é urgente melhorar essas condições no que se refere, por exemplo, à regulamentação das horas de trabalho, à fixação de uma duração máxima do dia e da semana de trabalho, ao recrutamento da mão-de-obra, à luta contra o desemprego (...). As Altas Partes Contratantes, movidas por sentimentos de justiça e humanidade e pelo desejo de assegurar uma paz mundial duradoura, visando os fins enunciados neste preâmbulo, aprovam a presente Constituição da Organização Internacional do Trabalho".

A alternativa C está correta, pois as Convenções da OIT são tratados multilaterais, com força normativa, que se inserem no direito interno visando a universalização das normas de proteção ao trabalho.

A alternativa D está incorreta, conforme a previsão do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT): "(...) 5. Tratando-se de uma convenção: a) será dado a todos os Estados-Membros conhecimento da convenção para fins de ratificação; b) cada um dos Estados-Membros compromete-se a submeter, dentro do prazo de um ano, a partir do encerramento da sessão da Conferência (ou, quando, em razão de circunstâncias excepcionais, tal não for possível, logo que o seja, sem nunca exceder o prazo de 18 meses após o referido encerramento), a convenção à autoridade ou autoridades em cuja competência entre a matéria, a fim de que estas a transformem em lei ou tomem medidas de outra natureza; c) os Estados-Membros darão



conhecimento ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho das medidas tomadas, em virtude do presente artigo, para submeter a convenção à autoridade ou autoridades competentes, comunicando-lhe, também, todas as informações sobre as mesmas autoridades e sobre as decisões que estas houverem tomado; d) o Estado-Membro que tiver obtido o consentimento da autoridade, ou autoridades competentes, comunicará ao Diretor-Geral a ratificação formal da convenção e tomará as medidas necessárias para efetivar as disposições da dita convenção (...)". A alternativa E está incorreta, pois o descumprimento de uma Convenção da OIT por alguma das partes não prejudica o cumprimento pelas demais, uma vez que são obrigações autônomas.

QUESTÃO 86 - Com relação à internalização de tratados internacionais de direitos humanos e Convenções da OIT, é correto afirmar que:

a) todos os tratados internacionais que abarcam normas materialmente constitucionais são equivalentes às normas formalmente constitucionais, portanto, o controle concentrado de constitucionalidade é o que analisa a compatibilidade da lei com a norma contida em qualquer tratado internacional vigente no Brasil;

b) a produção legislativa nacional deve observar a dupla Compatibilidade vertical material, ou seja, deve respeitar a Constituição da República de 1988, bem como os tratados internacionais de direitos humanos ratificados e em vigor no Brasil;

c) a contrariedade de nova lei com qualquer tratado internacional vigente no Brasil é passível de controle concentrado de convencionalidade;

d) a compatibilidade entre lei e tratados internacionais de direitos humanos, incluindo Convenções da OIT, se dá por meio de controle difuso de convencionalidade apenas se forem equivalentes a emenda constitucional;

e) o princípio internacional pro homine não se aplica no plano interno, pois não tem relação com o princípio da dignidade da pessoa humana ou o princípio da prevalência dos direitos humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Os tratados internacionais que abarcam normas materialmente constitucionais não são, necessariamente, equivalentes às normas formalmente constitucionais. Apenas aqueles tratados de direitos humanos que ingressarem no ordenamento jurídico seguindo o rito especial do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, é que possuem esse status. Declara o referido artigo: "(...) § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Segundo Valerio Mazzuoli, o controle concentrado de constitucionalidade, tendo como paradigma o tratado internacional, é possível apenas quando este for formalmente e materialmente constitucional.

A alternativa B está correta. De acordo com Valerio Mazzuoli, para que uma lei brasileira entre em vigor e seja válida, é necessário que se observe a dupla compatibilidade vertical material: deve ser compatível com a Constituição Federal e com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

A alternativa C está incorreta, pois só é possível o controle concentrado de convencionalidade se o tratado internacional paradigma for formalmente e materialmente constitucional.

A alternativa D está incorreta. Para o controle difuso de convencionalidade basta que o tratado internacional seja materialmente constitucional, ou seja, não se exige que tenha status equivalente à emenda constitucional.

A alternativa E está incorreta, pois o princípio internacional pro homine, segundo o qual, num confronto entre normas, deve-se observar a norma mais favorável à dignidade da pessoa, encontra



relação direta com o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e com o princípio da prevalência dos direitos humanos.

QUESTÃO 87 - Considerando as normas de Direito Internacional e Comunitário, é correto afirmar que:

a) o Brasil é membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), mas não se submete à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH);

b) empregado contratado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para prestar serviços no Brasil terá o mérito de sua reclamação trabalhista apreciado pela Justiça do Trabalho brasileira;

c) não será apreciada pela Justiça brasileira, tendo em vista a imunidade de jurisdição, reclamação trabalhista de trabalhadora doméstica que presta serviços em residência de embaixadora com representação no Brasil;

d) a pessoa imigrante sem visto ou passaporte, encontrada em trabalho em condição análoga à de escravo em território nacional, não tem direito à autorização de residência no Brasil, devendo ser deportada imediatamente, pois não detém nenhum direito trabalhista ou humanitário;

e) são objetivos estratégicos da Agenda de Trabalho Decente da OIT: aplicar os princípios e direitos fundamentais no trabalho; promover as oportunidades de trabalho e renda decentes para homens e mulheres; adotar e ampliar medidas de proteção social; promover o diálogo social e tripartismo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O Brasil é membro da Organização dos Estados Americanos (OEA) e se submete à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Segundo o art. 1º do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: "(...) 1. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos que tem como função principal promover a observância e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria. 2. A Comissão representa todos os Estados membros que compõem a Organização".

A alternativa B está incorreta, conforme o entendimento do STF (RE 578.543): "(...) 1. Segundo estabelece a 'Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas', promulgada no Brasil pelo Decreto 27.784, de 16 de fevereiro de 1950, 'A Organização das Nações Unidas, seus bens e haveres, qualquer que seja seu detentor, gozarão de imunidade de jurisdição, salvo na medida em que a Organização a ela tiver renunciado em determinado caso. Fica, todavia, entendido que a renúncia não pode compreender medidas executivas'. 2. Esse preceito normativo, que no direito interno tem natureza equivalente à das leis ordinárias, aplica-se também às demandas de natureza trabalhista. 3. Recurso extraordinário provido".

A alternativa C está incorreta, pois não existe imunidade de jurisdição quando ajuizada reclamação trabalhista contra um Estado estrangeiro ou sua missão diplomática acreditada no Brasil. Assim, reclamação trabalhista contra embaixadora com representação no Brasil é de competência da Justiça brasileira.

A alternativa D está incorreta, conforme a previsão do art. 30, inciso II, alínea g, da Lei de Migração (Lei nº 13.445): "A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiro ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses: (...) II – a pessoa: g) tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória".

A alternativa E está correta. Segundo a Agenda de Trabalho Decente da OIT: "Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apóia em quatro pilares



estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social”. Aponta, ainda, como prioridades: “Prioridade 1: Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; Prioridade 2: Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; Prioridade 3: Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática”.

QUESTÃO 88 - Segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2.575 pessoas foram resgatadas de trabalho em condições análogas às de escravo no Brasil.

Recentemente, um grupo de mais de 200 trabalhadores foi resgatado em Bento Gonçalves/RS, sendo que 198 deles eram provenientes do Estado da Bahia. O grupo foi contratado para trabalhar na safra da uva e foi encontrado em um alojamento em condições precárias. De acordo com o levantamento do grupo de fiscalização, as pessoas eram submetidas a ameaças e agressões, bem como a restrição da liberdade no local e a jornada exaustiva, além de terem contraído dívidas em razão de transporte e alimentação.

Diversos tratados internacionais que guardam relação com a eliminação do trabalho forçado ou em condição análoga à escravidão estão em vigência no Brasil, EXCETO:

- a) Convenção sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório (nº 29), adotada pela OIT (1930);
- b) Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU (1948);
- c) Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (nº 130), adotada pela OIT (1957);
- d) Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil (nº 182), adotada pela OIT (1999);
- e) Protocolo à Convenção sobre o Trabalho Forçado (P029), adotado pela OIT (2014).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A Convenção nº 29 da OIT, concernente a Trabalho Forçado ou Obrigatório, foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 24 e promulgada no Brasil em 1957.

A alternativa B está incorreta. O Brasil foi um dos primeiros signatários da Declaração, ratificando o documento durante a Assembleia de 1948.

A alternativa C está incorreta. A Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (nº 105) adotada pela OIT (1957) foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 20 e está em vigor no Brasil desde 1966. Embora a alternativa aponte o nº 130, o número correto da Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado é o nº 105.

A alternativa D está incorreta. A Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil (nº 182) adotada pela OIT (1999) foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178 e está em vigor no Brasil desde 2001.

A alternativa E está correta. O Brasil não ratificou o Protocolo à Convenção sobre o Trabalho Forçado (P029).

QUESTÃO 89 - João laborava em uma propriedade rural, onde cultivavam uvas, posteriormente revendidas para vinícolas da região. Além de alimentar e cuidar dos poucos animais do local, também auxiliava no plantio e na colheita das uvas, sempre que necessário. João recebia dois salários mínimos por mês. Quando trabalhava nas parreiras, recebia mais um salário mínimo. Após cinco anos trabalhando na informalidade, quando mandado embora pelo novo dono da propriedade, ingressou com ação trabalhista, postulando o



reconhecimento da relação de emprego e o adimplemento de verbas trabalhistas do período contratual. Mesmo sem juntar qualquer documento no processo, na audiência designada pelo juízo, foi celebrado um acordo entre as partes, em que, ajustada a anotação de três anos do contrato de trabalho na sua carteira profissional, além do pagamento de R\$ 30.000,00 a título de parcelas salariais e indenizatórias.

Com base no relato acima e considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar, para efeito de futura concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, que:

- a) a anotação do contrato de trabalho de três anos na CTPS permite o reconhecimento de idêntico tempo de serviço rural, desde que efetuado o recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o valor pago no acordo trabalhista;
- b) a anotação do contrato de trabalho de três anos na CTPS permite o reconhecimento dos cinco anos de serviço rural, desde que efetuado o recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre as remunerações devidas ao longo do período contratual registrado na CTPS;
- c) a anotação do contrato de trabalho na CTPS permite o reconhecimento de idêntico tempo de serviço rural, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas;
- d) a anotação do contrato de trabalho na CTPS, aliada à produção em ação própria de prova oral relativa à parte do período contratual restante, permite o reconhecimento dos cinco anos de serviço rural, independentemente do recolhimento das contribuições previdenciárias;
- e) a anotação do contrato de trabalho na CTPS, aliada a outros elementos probatórios convincentes e contemporâneos aos fatos, permite o reconhecimento de até cinco anos de serviço rural, sem prejuízo do adimplemento das contribuições previdenciárias devidas.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A anotação na carteira de trabalho goza de presunção relativa e permite o reconhecimento de idêntico tempo para fins de aposentadoria rural.

Neste sentido, é o teor da Súmula 75 da TNU: "*A Carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS) em relação à qual não se aponta defeito formal que lhe comprometa a fidedignidade goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não conste no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)*".

Assim, como João celebrou acordo ajustando a anotação de três anos do contrato de trabalho na sua carteira profissional, terá direito ao reconhecimento do mesmo período (3 anos) de serviço rural (incorretas, portanto, as letras D e E).

Vale registrar, ademais, que eventual não recolhimento das contribuições previdenciárias devidas nesse período não pode ser atribuído ao segurado, pois essa é uma incumbência do empregador, nos termos do artigo 30, inciso I da Lei 8.212/1991.

Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:

I - a empresa é obrigada a:

a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração;

Assim, demonstrado o preenchimento dos requisitos legais, o segurado faz jus à concessão da aposentadoria pretendida, independentemente do pagamento das contribuições previdenciárias devidas.

As letras A e B estão incorretas, pois condicionam o reconhecimento do tempo de serviço ao pagamento das contribuições, revelando-se equivocadas.



A única resposta correta à questão, pelo exposto, é a **letra C**: a anotação do contrato de trabalho na CTPS permite o reconhecimento de idêntico tempo de serviço rural, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas.

QUESTÃO 90 - Após quinze anos de trabalho em UTI hospitalar, Maria foi afastada para gozo de auxílio por incapacidade temporária em Janeiro de 2020, para tratamento da Covid-19 e das sequelas decorrentes dessa doença. Aposentou-se por incapacidade permanente em novembro de 2021. Em dezembro de 2022, teve reconhecido na Justiça do Trabalho o nexo de causalidade da doença com o seu labor.

Com base no relato acima, é correto afirmar, acerca da renda mensal inicial e da competência jurisdicional para discussão sobre essa matéria, que:

- a) a renda mensal inicial da aposentadoria por incapacidade permanente usufruída inicialmente por Maria segue idêntico critério de cálculo utilizado caso decorresse de acidente de trabalho, não havendo prejuízo financeiro da trabalhadora no particular;**
- b) Maria deverá ajuizar outra ação contra o empregador na Justiça do Trabalho, pleiteando diferenças da aposentadoria por incapacidade permanente, em razão do reconhecimento judicial posterior de sua origem acidentária;**
- c) Maria deverá ajuizar outra ação contra o INSS na Justiça de Trabalho, pleiteando diferenças da aposentadoria por incapacidade permanente, em razão do reconhecimento Judicial posterior de sua origem acidentária;**
- d) Maria deverá ajuizar outra ação contra o INSS na Justiça Federal, pleiteando diferenças da aposentadoria por incapacidade permanente, em razão do reconhecimento Judicial posterior de sua origem acidentária;**
- e) Maria deverá ajuizar outra ação contra o INSS na Justiça Comum Estadual, pleiteando diferenças da aposentadoria por incapacidade permanente, em razão do reconhecimento judicial posterior de sua origem acidentária.**

Comentários

A resposta correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Se a aposentadoria por incapacidade permanente tiver natureza não acidentária (previdenciária), a Renda Mensal Inicial (RMI) será de 60% do salário de benefício + 2% para cada ano de contribuição que exceder 20 anos de contribuição, se homem ou 15 anos de contribuição, se mulher (art. 26, § 2º, I, da EC 103/2019).

Já o valor da aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho (natureza acidentária), corresponderá a 100% do salário de benefício (art. 26, § 3º, II, da EC 103/2019).

Os critérios, portanto, não são idênticos. A partir da constatação do nexo de causalidade entre a doença o trabalho (ocorrida em dezembro de 2022 na Justiça do Trabalho), Maria, que antes recebia um benefício de natureza não acidentária (e, portanto, estava incorrendo em prejuízo financeiro), terá direito a um incremento de sua renda mensal inicial que agora será de 100% do valor do benefício.

A alternativa B está incorreta. A ação deverá ser proposta em face no INSS (e não do empregador, como afirma o item). Outro equívoco concerne à competência. Neste caso, aplica-se o teor da Tese 414 da Repercussão Geral do STF que atribuiu a competência à Justiça Comum Estadual.

Tema 414 da Repercussão Geral (RE 638483): Compete à Justiça Comum Estadual julgar as ações acidentárias que, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visem à prestação de benefícios relativos a acidentados de trabalho.

No mesmo sentido é o entendimento consolidado no enunciados de Súmula 15 do STJ (*Compete à justiça estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho*) e a Súmula 501 do STF (*Compete à justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias,*



das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista).

A alternativa C está incorreta. De fato, a demanda deverá ser proposta contra o INSS. A competência, todavia, não é da justiça do trabalho, mas, sim, da Justiça Comum Estadual. Vide comentários ao item B.

A alternativa D está incorreta. De fato, a demanda deverá ser proposta contra o INSS. A competência, todavia, não é da justiça federal, mas, sim, da Justiça Comum Estadual. Vide comentários ao item B.

A alternativa E está correta. A demanda deverá ser proposta em face do INSS na Justiça Comum Estadual. Vide comentários ao item B.

QUESTÃO 91 - João ajuizou ação trabalhista contra a empresa em que laborava, como vendedor externo, pleiteando a conversão da justa causa em despedida imotivada e o pagamento de verbas trabalhistas. Por ocasião da sentença, houve a reversão da justa causa para despedida imotivada, além da condenação ao pagamento das parcelas salariais e indenizatórias.

Com base no relato acima, considerando a Lei nº 8.212/1991 e a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, haverá a incidência de contribuição previdenciária na seguinte parcela recebida pelo trabalhador:

- a) aviso prévio indenizado;**
- b) terço constitucional de férias indenizadas;**
- c) horas extras;**
- d) diárias para viagens;**
- e) vale-transporte, na forma da legislação própria.**

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. É pacífica a jurisprudência do STJ quanto à não incidência de contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado. Vejamos: “Não incide contribuição previdenciária a cargo da empresa sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado. Isso porque essa verba não ostenta caráter salarial, mas sim de natureza indenizatória” (STJ. 1ª Seção. REsp 1230957-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 26/2/2014 - Recurso Repetitivo - Info 536).

O tema, ademais, encontra previsão expressa no art. 28, § 9º, “e”, item 3, da Lei 8.212/ combinado com o art. 479 da CLT, *in verbis*:

Lei 8.212/91.

Art. 28, § 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

e) as importâncias:

3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT.

Art. 479 - Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

A alternativa B está incorreta. A não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias indenizadas decorre de expressa previsão legal, qual seja, o art. 28, § 9º, “d”, da Lei 8.212/91.

Lei 8.212/91

Art. 28, § 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT;



A alternativa C está correta. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça “é legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de salário-maternidade, férias gozadas, descanso semanal remunerado e adicionais de horas extras, insalubridade, periculosidade e noturno” (STJ. REsp 1.634.027).

Referida interpretação decorre tanto do art. 28, I, da Lei 8.212/91, que preconiza que todos os rendimentos pagos integram o salário de contribuição (a albergar, portanto, as horas extras), quanto do art. 28, § 9º, da mesma lei, que prevê de forma exaustiva as parcelas que não compõem referido salário. Assim, como as horas extras não constam do rol taxativo do § 9º, há de ser reconhecida a incidência de contribuição previdenciária quanto aos valores pagos a tal título.

A alternativa D está incorreta. As diárias para viagens não integram o salário de contribuição e, portanto, estão expressamente excluídas da incidência de contribuição previdenciária (vide art. 28, § 9º, “h”, da Lei 8.212/91).

Lei 8.212/91.

Art. 28, § 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

h) as diárias para viagens; (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

A alternativa E está incorreta. Trata-se de previsão legal expressa do art. 28, § 9º, “f”, da Lei 8.212/91:

Lei 8.212/91.

Art. 28, § 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria.

QUESTÃO 92 - A Constituição da República de 1988 prevê que os benefícios previdenciários não terão valor mensal inferior ao salário mínimo. Entretanto, essa regra comporta algumas ressalvas.

Dentre as hipóteses abaixo indicadas, o benefício que NÃO poderá ser concedido em montante inferior ao salário mínimo, conforme a legislação vigente sobre a matéria, é o(a):

- a) salário-maternidade de empregada doméstica que recebe salário mensal inferior ao mínimo legal;**
- b) auxílio-acidente de empregado que sofreu acidente e que retorna ao trabalho, com redução de sua capacidade laboral;**
- c) pensão por morte concedida a cônjuge do de cujus, sem outros dependentes legais;**
- d) cota-parte do auxílio-reclusão concedido aos dependentes do trabalhador recolhido à prisão em regime fechado;**
- e) mensalidade paga a empregado aposentado por invalidez e que retorna ao trabalho, com redução de sua capacidade laboral.**

Comentários

A questão apresenta duas respostas corretas: **letra A** e **letra C**. Cabível, portanto, recurso para pleitear a sua anulação.

A alternativa A está correta. O *caput* do art. 73 da Lei 8.213/91 ao dispor sobre o salário-maternidade para a empregada doméstica, assegura que este será correspondente ao seu último salário de contribuição, todavia, deixa claro que o valor pago não será inferior ao salário-mínimo.

Lei 8.213/91. Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

I - em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;

Assim sendo, a empregada doméstica que recebe salário mensal inferior ao mínimo legal não receberá salário maternidade equivalente ao valor do seu último salário-de-contribuição. Terá, ao revés, garantido o benefício no valor equivalente ao salário-mínimo.



A alternativa B está incorreta. O auxílio-acidente pode ser inferior ao salário mínimo, eis que não substitui a renda mensal do trabalhador, mas, sim, complementa a renda do segurado que retorna ao trabalho após consolidação das lesões que reduziram a sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Como a renda mensal inicial do auxílio-acidente corresponde a 50% do salário de benefício (art. 86, § 1º da Lei 8.213/91), se o segurado possuir salário de benefício igual a um salário-mínimo, o valor do benefício será metade desse valor, ou seja, inferior ao mínimo.

A alternativa C está correta. Conforme a Reforma da Previdência, a pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado, ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% por dependente habilitado, até o máximo de 100% (art. 23 da EC 103/2019).

Instrução Normativa nº 128/2022 do INSS.

Art. 235, § 7º. A renda mensal inicial da pensão por morte não poderá ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

O valor global da pensão por morte não pode ser inferior ao salário-mínimo. Como o cônjuge é o único dependente legal, receberá o valor integral.

A alternativa D está incorreta. O valor do auxílio-reclusão, hoje, é de um salário mínimo. Este montante, todavia, será repartido em cotas iguais entre os dependentes, de modo que cada cota parte poderá ser inferior ao salário mínimo.

EC 103/2019.

Art. 27. Até que lei discipline o acesso ao salário-família e ao auxílio-reclusão de que trata o inciso IV do art. 201 da Constituição Federal, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 1.364,43 (mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), que serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º Até que lei discipline o valor do auxílio-reclusão, de que trata o inciso IV do art. 201 da Constituição Federal, seu cálculo será realizado na forma daquele aplicável à pensão por morte, não podendo exceder o valor de 1 (um) salário-mínimo.

A alternativa E está incorreta. Existem situações (art. 47, II, da Lei 8.213/91) em que o segurado aposentado por invalidez retorna ao trabalho e ainda receberá este benefício em uma redução progressiva por 18 meses, até zerar. Como ele retornou ao trabalho, ainda que com redução de capacidade laborativa, essas parcelas temporárias poderão ser inferiores ao salário-mínimo, já que complementarão a renda do segurado (e não a substituirão).

Lei 8.213/91

Art. 47. Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento: (...)

II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;

b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;

c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.

QUESTÃO 93 - A respeito dos princípios previdenciários, e considerando a jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:



- a) o princípio da solidariedade norteia as regras dos sistemas públicos e privados de previdência social no ordenamento jurídico pátrio, sob a égide de que os indivíduos têm deveres sociais, independentemente de qualquer contraprestação;
- b) a partir do princípio da universalidade de custeio da Previdência Social, justifica-se a contribuição previdenciária do aposentado que permaneça em atividade ou que retorne à atividade;
- c) diante do caráter contributivo da Previdência Social, não se admite a percepção de benefício sem a contribuição específica para o regime, mesmo quando a responsabilidade pelo recolhimento tenha sido transmitida a pessoa diversa do próprio segurado;
- d) o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários garante o reajustamento com vistas à preservação apenas do valor nominal obtido no momento de sua concessão;
- e) a partir do princípio da equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais, os requisitos para concessão de determinado benefício devem ser os mesmos entre os trabalhadores urbanos e rurais.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O princípio da solidariedade não se aplica ao regime previdenciário privado, regido pelo sistema da capitalização.

A alternativa B está correta. O aposentado que continua trabalhando ou que, uma vez aposentado, decide retornar ao trabalho, terá de contribuir sobre esta nova atividade. A contribuição vertida pelos aposentados destina-se ao custeio do sistema e decorre dos princípios constitucionais da universalidade do custeio e da solidariedade.

A alternativa C está incorreta. O erro está parte final da assertiva. De fato, o sistema previdenciário é marcado pelo caráter contributivo, fazendo-se necessário verter contribuições ao sistema para que o indivíduo tenha reconhecido o direito à percepção de benefícios.

Há, contudo, hipóteses em que a responsabilidade pelo recolhimento de contribuições não é do empregado, mas, sim, do empregador (casos dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso). O empregador retém as contribuições devidas e, em seguida, deve repassá-las ao Fisco.

Em tais situações, será admitida a percepção de benefício previdenciário, mesmo sem o pagamento da contribuição específica para o regime, se o segurado comprovar que prestou a atividade e que sofreu as retenções do valor devido pelo empregador, ainda que este não tenha repassado os valores ao Fisco.

A alternativa D está incorreta. O benefício previdenciário além da garantia da preservação do valor nominal (assegurada para toda a seguridade social), também comporta a preservação do valor real. É este o teor do art. 201, § 4º, da CF: *“É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.*

A alternativa E está incorreta. A equivalência dos benefícios e serviços significa que devem ser oferecidas às populações urbanas e rurais os mesmos benefícios, com a mesma qualidade. Isso não significa que os requisitos para concessão serão os mesmos. Eventuais distinções, todavia, devem ser pautadas na isonomia material e realizadas com razoabilidade.

QUESTÃO 94 - A respeito da recuperação judicial da sociedade empresária, é correto afirmar que:

- a) é vedada a previsão, no plano de recuperação sujeito à supervisão judicial, de obrigações excedentes ao prazo bienal.
- b) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a trinta dias para pagamento de créditos trabalhistas de qualquer natureza.



c) à conclusão bem-sucedida da recuperação judicial se opera automaticamente, após os dois anos de homologação do plano de recuperação judicial.

d) é possível a convolação da recuperação judicial em falência após o transcurso do prazo bienal de supervisão judicial, enquanto não houver decisão judicial de encerramento da recuperação.

e) O prazo bienal do estado recuperacional do devedor representa o período para o cumprimento das obrigações do plano de recuperação e se sujeitará à supervisão exclusiva da assembleia geral de credores.

Comentários

Questão passível de recurso, pois não há alternativa plenamente correta, mas a questão sugerida como correta é alternativa **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não há na lei de recuperação essa vedação, sendo plenamente cabível a instituição de obrigações para além do biênio.

A alternativa B está incorreta. O prazo geral para pagamento dos débitos trabalhistas é de um ano, conforme artigo 54 da Lei 11.101/05.

A alternativa C está incorreta. O encerramento da recuperação realmente se dará ao final do biênio com o cumprimento integral e bem-sucedido do plano de recuperação, mas não de forma automática, sendo necessária sentença proferida pelo juízo recuperacional, nos termos do artigo 63 da Lei 11.101/05

A alternativa D está incorreta. Após o biênio é possível a decretação de falência da empresa em recuperação, mas não será considerada convolação, mas decretação nos termos do artigo 94 da Lei 11.101/05 devendo ser requerida por credor diante de descumprimento de obrigação assumida no plano, como bem dispõe o artigo 62 da citada lei.

A alternativa E está incorreta. A supervisão em recuperação judicial não cabe apenas a Assembleia Geral de Credores, mas ao Administrador Judicial e ao próprio juiz da falência.

QUESTÃO 95 - A sociedade XXX, que desenvolve atividade de cursos de línguas, tem como maior canal de publicidade e promoção de seus serviços os provedores de busca na internet. A sociedade YYY, sua concorrente na atividade desenvolvida, contratou serviço de publicidade paga de um dos provedores de busca mais utilizados pelos usuários da internet. Com base no uso de certas palavras-chave, dentre elas, a marca registrada da sociedade XXX, a sociedade YYY visa colocar em destaque e precedência o conteúdo pretendido por ela, anunciante pagador por meio de links patrocinados.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

a) a sociedade YYY infringe a legislação de propriedade industrial quando elege, em links patrocinados, palavra-chave que é marca registrada da sociedade XXX.

b) a sociedade YYY, devido ao uso indevido de sua marca registrada pela sociedade XXX, faz jus a indenização por danos morais, sendo necessária à prova do abalo reputacional sofrido.

c) a sociedade YYY não comete ato ilícito, na medida em que o consumidor é capaz de reconhecer que o serviço por ela oferecido não se confunde com aquele prestado pelo seu concorrente, sociedade XXX.

d) a sociedade YYY não comete ato ilícito, pois a contratação de links patrocinados com o provedor de buscas é lícita, respaldada pelas normas de direito contratual, sendo, portanto, válida.

e) o uso da expressão "XXX" quando atrelada à expressão "curso de inglês" pela sociedade YYY não configura uso indevido da marca e prática de concorrência desleal, na medida em que não é possível reconhecer o desvio de clientela.

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta e as alternativas C, D e E estão incorretas. O tema foi apreciado pelo STJ no REsp nº 1937989 / SP, tendo decidido da seguinte forma: "(...) *infringe a legislação de propriedade industrial aquele que ele como palavra-chave, em links patrocinados, marcas registradas por um concorrente, configurando-se o desvio de clientela, que caracteriza ato de concorrência desleal, reprimida pelo art. 195, III e V, da Lei da Propriedade Industrial e pelo art. 10 bis, da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial. (...). Utilizar a marca de um concorrente como palavra-chave para direcionar o consumidor do produto ou serviço para o link do concorrente usurpador é capaz de causar confusão quanto aos produtos oferecidos ou a atividade exercida pelos concorrentes. Ainda, a prática desleal conduz a processo de diluição da marca no mercado e prejuízo à função publicitária, pela redução da visibilidade (...)*"

A alternativa B está incorreta. No caso de uso indevido de marca, os danos morais são *in re ipsa*, conforme decidido no REsp nº 1674375 / SP.

QUESTÃO 96 - Sobre a incorporação de sociedade por ação, é correto afirmar que:

- a) na incorporação, uma ou mais sociedades se unem para formar uma sociedade nova;
- b) o acionista passa a participar de nova sociedade, desde que consinta quanto ao procedimento de incorporação;
- c) a sociedade sucessora poderá ser companhia aberta ou fechada, ainda que à incorporada seja companhia aberta;
- d) na incorporação de companhia aberta, o acionista tem o direito ao recesso, mediante reembolso do valor de suas ações, em casos excepcionais;
- e) credor prejudicado terá até noventa dias para requerer judicialmente a anulação da Incorporação, a contar da publicação dos atos relativos à incorporação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A alternativa traz a descrição de fusão e não de incorporação, conforme artigo 228 da Lei 6.404/76

A alternativa B está incorreta. Não há tal previsão legislativa.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 223 da Lei 6.0404/76, a incorporação poderá ser feita entre empresas de tipos iguais ou diferentes.

A alternativa D está incorreta. O direito de recesso se dá apenas em companhias fechadas e não em abertas, conforme exegese dos artigos 136, 137 e 230 da Lei 6.0404/76.

A alternativa E está incorreta. O prazo para pleitear a anulação é de 60 dias e não 90 dias, como traz o artigo 232 da Lei 6.0404/76.

QUESTÃO 97 - João contrata com a sociedade Z o arrendamento mercantil de um carro. Pelo acordado expressamente no contrato, João, arrendatário, em caso de inadimplemento a ele imputado, ficaria obrigado ao pagamento integral do valor contratado reconhecendo-se o vencimento antecipado da dívida.

Sobre o acordado contratualmente, é correto afirmar que:

- a) somente pode ser reconhecido o vencimento antecipado da dívida nas hipóteses previstas no Art. 333 do Código Civil, dentre as quais se destaca o concurso de credores;
- b) a sociedade Z tem direito não só ao pagamento integral do valor contratado, como também o de reaver o bem arrendado por meio de ação judicial de busca e apreensão;
- c) à cláusula que reconhece o vencimento antecipado da dívida decorrente do inadimplemento do arrendatário é válida, sendo facultado à sociedade Z à cobrança integral do valor antes do termo avençado;



d) João pode exigir a restituição integral dos valores pagos, pois tal cláusula contratual deve ser reconhecida com excessivamente onerosa, gerando o enriquecimento ilícito da sociedade Z, o que permite à sua revisão;

e) sendo o contrato de arrendamento mercantil classificado como de fornecimento de produto regido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), a cláusula que prevê o vencimento antecipado é abusiva, com base no Art. 51 do CDC.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta e as alternativas A, D e E estão incorretas. O tema foi apreciado pelo STJ no REsp nº 1699184 / SP, tendo decidido da seguinte forma: "(...) O art. 333 do CC disciplina o vencimento extraordinário da dívida, possibilitando sua exigência antes do termo originalmente pactuado. A lei não estabelece qual o número de parcelas inadimplidas é capaz de gerar a antecipação, sendo possível às partes estabelecer que a impontualidade de uma única parcela gere tal efeito. Ademais, é exemplificativo o rol do dispositivo, podendo a autonomia da vontade eleger outras situações de antecipação. (...). Não é abusiva a cláusula contratual que prevê o vencimento antecipado do contrato (...)"

A alternativa B está incorreta. Com o pagamento integral do valor contratado não há motivos para busca e apreensão do bem, sob pena de se caracterizar enriquecimento ilícito.

QUESTÃO 98 – O documento Princípios de Yogyakarta, que trata da aplicação de normas de direitos humanos a questões de orientação sexual identidade de gênero, preconiza que:

“1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Os seres humanos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero têm o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos humanos”.

Considerando tal enunciado, é correto afirmar diante dos Princípios de Bangalore sobre conduta judicial:

a) no caso de divergência entre o nome social e o nome constante do registro civil, o magistrado deve utilizar o prenome registrado nos documentos oficiais, para se dirigir à parte ou testemunha durante a audiência, pois o uso do que consta do documento oficial determina o que é ser imparcial;

b) no caso de divergência entre o nome social e o nome constante do registro civil, o magistrado deve utilizar o nome social para se dirigir à parte ou testemunha durante a audiência, pois deve reconhecer compreender a diversidade na sociedade;

c) em audiência, é facultativo ao magistrado utilizar o nome social ou o nome constante no registro civil da parte ou testemunha, conforme sua percepção, observadas as máximas da experiência, e assim proceder no julgamento do caso;

d) em audiência, é facultativo ao magistrado utilizar o gênero que, na sua avaliação, melhor se adequar à pessoa interlocutora, observadas as máximas da experiência, e assim proceder no julgamento do caso;

e) o magistrado deverá utilizar apenas os dados já incluídos no cadastramento inicial do processo eletrônico, imparcialmente, e a insistência do advogado no uso do nome social da parte ou testemunha enseja reprimenda por quem preside a audiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão demanda do candidato a análise das alternativas com base nos Princípios de Bangalore sobre conduta judicial. Com efeito, as normas de Bangalore exigem do juiz a observâncias de seis valores: 1) independência; 2) imparcialidade; 3) integridade; 4) idoneidade; 5) igualdade; e 6) competência e diligência.



Para responder à questão devemos nos ater ao princípio da igualdade (Valor 5). O valor 5 “Igualdade” estabelece o seguinte princípio: “Assegurar a igualdade de tratamento de todos perante as cortes é essencial para a devida execução do ofício judicial”. Em continuidade, o item 5.1 dispõe: “Um juiz deve ser ciente e compreensivo quanto à diversidade na sociedade e às diferenças que surgem de várias fontes, incluindo (mas não limitadas à) raça, cor, sexo, religião, origem nacional, casta, deficiência, idade, estado civil, orientação sexual, status social e econômico e outras causas (‘razões indevidas’)”.

Verifica-se, portanto, que dentre as alternativas, a constante na letra B é aquela que atende ao princípio da igualdade, uma vez que exige do magistrado estar atento às diversidades sociais, incluindo a orientação sexual, devendo respeitar o nome social da pessoa para se dirigir ou se referir a ela no decorrer do processo.

QUESTÃO 99 – Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no segundo trimestre de 2022, enquanto os homens não negros (= brancos + amarelos + indígenas) receberam a remuneração mensal média R\$ 3.708,00, as mulheres não negras (= brancas + amarelas e indígenas) receberam R\$ 2.274,00, os homens negros (= negros + pardos) receberam R\$ 2.142,00 e as mulheres negras (= negras + pardas), R\$ 1.715,00.

Com base nesses dados, é correto afirmar que:

- a) a igualdade salarial entre homens e mulheres não é objeto de convenções internacionais de direitos humanos;**
- b) as diferenças de remuneração são resultantes de escolhas pessoais quanto aos estudos e à profissão escolhida ao longo das gerações e, por isso, não importam aos direitos humanos sociais;**
- c) as desigualdades no mercado de trabalho vão se diluir com o decorrer do tempo em razão do princípio da igualdade formal e, por isso, não há necessidade de outros mecanismos jurídicos para enfrentá-las;**
- d) as diferenças de remuneração apenas refletem o número de horas trabalhadas por integrantes de cada grupo social, o que demonstra o mérito de cada um, afastando a legitimidade de políticas especiais e ações afirmativas.**
- e) a desigualdade salarial pode ser melhor compreendida a partir do conceito da discriminação múltipla ou agravada, que encontra fundamento na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A letra A está incorreta, uma vez que a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor é tema tratado pela Convenção n. 100 da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

A letra B está incorreta, porquanto as diferenças de remuneração, conforme apontado pela própria questão, são decorrentes da discriminação de gênero e de cor, dentre outros fatos, de modo que são tratadas em diversos diplomas internacionais de Direitos Humanos.

A letra C está incorreta. O princípio da igualdade formal demanda o tratamento igualitário perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Todavia, não garante a diminuição das desigualdades encontradas no mercado de trabalho, as quais requererem o manejo de políticas públicas e de ações afirmativas para que a desigualdade se torne menor, como por exemplo as cotas raciais em faculdades.



A letra D está incorreta. Conforme já apontado, a diferença salarial deriva da própria discriminação de gênero e de cor, como apontado pelos números expostos pela questão, que são fatores que demandam ações afirmativas para que a desigualdade se torne menor.

A letra E está correta. Conforme item 1 do art. 1º da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância: “Discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes. A discriminação racial pode basear-se em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica”.

Na sequência, o item 3 do mesmo artigo estabelece: “Discriminação múltipla ou agravada é qualquer preferência, distinção, exclusão ou restrição baseada, de modo concomitante, em dois ou mais critérios dispostos no Artigo 1.1, ou outros reconhecidos em instrumentos internacionais, cujo objetivo ou resultado seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes, em qualquer área da vida pública ou privada”.

QUESTÃO 100 – A empregada que sofreu de paralisia cerebral na infância e ficou com graves sequelas quanto ao funcionamento de seus membros inferiores, foi contratada pelo banco “em vaga para pessoa com deficiência”. No decorrer do contrato de trabalho, o banco alterou o local de prestação de serviços para uma agência a vinte quilômetros de distância da residência de trabalhadora, o que passou a ensejar baldeações em ônibus e metrô, tornando mais longo e difícil seu deslocamento. A empregada ingressa com reclamação trabalhista e pede alteração do local de trabalho para uma agência próxima de sua residência, para a qual conseguisse se deslocar sozinha com menos tempo e menor dificuldade. O banco afirma que o atual local de trabalho atende aos requisitos de acessibilidade, recusando-se a alterar a lotação da reclamante para uma agência mais próxima.

Uma solução atenta aos direitos da pessoa com deficiência consideraria:

- a) o pedido improcedente por não existir direito subjetivo a trabalhar em um local próximo de sua residência;**
- b) não caber ao Poder Judiciário interferir no âmbito do poder diretivo do empregador, que determina com exclusividade a forma de execução do contrato de trabalho;**
- c) não reconhecer o direito, pois atender às medidas adaptativas pode ter o efeito inverso de ampliar a discriminação contra as pessoas com deficiência;**
- d) o pedido improcedente, pois constituiria conduta discriminatória em relação aos demais colegas de trabalho, inclusive outras pessoas com deficiência;**
- e) que a alteração do local de trabalho da reclamante para uma agência de acesso mais fácil equivaleria à adaptação razoável, pois leva em conta a especificidade de seu caso concreto e não gera carga excessiva ou desproporcional ao empregador.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão requer do candidato a análise da problemática com observância aos direitos da pessoa com deficiência. Com efeito, a norma a ser observada é aquela disposta na Lei n. 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O art. 34 do referido Estatuto assegura o direito ao trabalho, nos seguintes termos: “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. Além disso, vale ressaltar a



conceituação de adaptações razoáveis, apresentada no inc. VI do art. 3º da 13.146/15, segundo o qual: “Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: [...] VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais”.

De fato, considerando que a contratação já ocorrera para vaga reservada à pessoa com deficiência, a alteração do local de trabalho da reclamante para uma agência de acesso mais fácil equivaleria à adaptação razoável, pois leva em conta a especificidade de seu caso concreto e não gera carga excessiva ou desproporcional ao empregado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

